



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS**

MÔNICA ALVES FERNANDES

**A MULHER NA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: *MARÉIA*, POR MIRIAM
APARECIDA ALVES**

**VITÓRIA
2022**

MÔNICA ALVES FERNANDES

**A MULHER NA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: *MARÉIA*, POR MIRIAM
APARECIDA ALVES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Letras.

Linha de pesquisa: Literatura, Alteridade e Sociedade (LAS).

Orientadora: Profa. Dra. Michele Freire Schiffler.

VITÓRIA
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

F363m FERNANDES, Mônica Alves, 1991-
A MULHER NA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA :
MARÉIA, POR MIRIAM APARECIDA ALVES / Mônica Alves
FERNANDES. - 2022.
142 f. : il.

Orientadora: Michele Freire SCHIFFLER.
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Literatura afro-brasileira. 2. Indústria Cultural. 3. Miriam Alves. 4. Maréia. 5. Interseccionalidade. 6. Feminismo negro. I. SCHIFFLER, Michele Freire. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 82

MÔNICA ALVES FERNANDES

**A MULHER NA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: *MARÉIA*, POR MIRIAM
APARECIDA ALVES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Letras.

Aprovada em 01 de dezembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Michele Freire Schiffler

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Orientadora e Presidenta da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. Viviana Mónica Vermes

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Examinadora Titular Interna.

Prof. Dr. André Domingues dos Santos

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Examinador Titular Externo.

À minha mãe, Dinalva.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus e a todas as forças do universo existentes que guiaram minha jornada até aqui.

A minha mãe Dinalva que sempre esteve comigo em todos os momentos me dando apoio incondicional.

Ao meu melhor amigo Paulo Ricardo, por sempre me suportar e não ter desistido de mim diante de todos os momentos que deixamos de sair por eu estar estudando.

Um abraço no coração da professora Michele Freire Schiffler que me adotou e me salvou após um momento difícil da minha vida acadêmica. A aura extremamente iluminada dela me guiou e me ajudou a sair diversas vezes dos “surtinhos” que eu estava tendo. Obrigada por acreditar na minha capacidade mais do que eu mesma.

Ao Clube das Botinhas (Isa, Ana, Itana, Mih e Karla) que me apoiaram e não desistiram de me amar mesmo eu sumindo do grupo do *Whatsapp* frequentemente e dando bolo constantemente nos rolês.

Aos meus colegas da UFES, que mesmo de longe me apoiaram imensamente e me ajudaram a não desistir durante meus surtos.

A minha amiga Katiane Martins por me aguentar diariamente, me informar sobre as fofocas e me ajudar a amadurecer na vida acadêmica com conversas extremamente construtivas e pertinentes.

MAHIN AMANHÃ

Ouve-se nos cantos a conspiração
vozes baixas sussurram frases precisas
escorre nos becos a lâmina das adagas

Multidão tropeça nas pedras

Revolta

há revoada de pássaros

sussurro, sussurro:

“é amanhã, é amanhã.

Mahin falou, é amanha”

A cidade toda se prepara

Malês

bantus

geges

nagôs

vestes coloridas resguardam esperanças

aguardam a luta

Arma-se a grande derrubada branca

a luta é tramada na língua dos Orixás

é aminhã, aminhã”

sussuram

Malês

bantus

geges

nagôs

“é aminhã, Luiza Mahin falô”

(*Cadernos negros*: melhores poemas, p. 104)

FERNANDES, Mônica Alves; M. Sc. Universidade Federal do Espírito Santo; dezembro de 2022; A MULHER NA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: *MARÉIA*, POR MIRIAM APARECIDA ALVES; Orientadora: Michele Freire Schiffler.

RESUMO

O presente trabalho tem por principal objetivo analisar características da cultura negro-brasileira a partir da obra *Maréia* (2019), da escritora negra Miriam Aparecida Alves. Para se chegar a tal análise foi necessário traçar um breve histórico da formulação do feminismo até alcançar o feminismo negro, fundamentado na metade do século XX. Posteriormente se faz necessário a apresentação da concepção de interseccionalidade, que é apresentada com o intuito de dar vazão as discussões acerca do racismo estrutural que é conseqüentemente transferido e disperso pela Indústria Cultural e suas contribuições para perpetuar a influência do patriarcado. Utilizou-se de teóricos diversos os quais foram de extrema importância para se conceituar a narrativa, como: bell hooks, Djamila Ribeiro, Michele Schiffler, Heleieth Saffioti, Silvia Federici, Silvio Almeida, Fábio Leite, Homi Bhabha, dentre outros. Como fonte de informações sobre a escritora Miriam Alves foi necessário o acesso a entrevistas, livros e sites. Jornais e sites governamentais também foram utilizados para dar suporte a informações divulgadas durante o texto.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura afro-brasileira; Indústria Cultural; Miriam Alves; *Maréia*; Interseccionalidade.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze characteristics of black-brazilian culture from the book *Maréia* (2019), by the black writer Miriam Aparecida Alves. In order to arrive at such an analysis, it was necessary to trace a brief history of the formulation of feminism until it reached black feminism, based on the mid-twentieth century. Subsequently, it is necessary to present the concept of intersectionality, which is presented in order to give space to discussions about structural racism that is consequently transferred and dispersed by the Cultural Industry and its contributions to perpetuating the influence of patriarchy. Several theorists were used, which were extremely important to conceptualize the narrative, such as: bell hooks, Djamila Ribeiro, Michele Schiffler, Heleieth Saffioti, Silvia Federici, Silvio Almeida, Fábio Leite, Homi Bhabha, among others. As a source of information about the writer Miriam Alves, it was necessary to have access to interviews, books and websites that show information about her. Newspapers and Brazilian government websites were also used to support information disclosed during the text.

KEYWORDS: Afro-brazilian literature; Cultural Industry; Miriam Alves; *Maréia*; Intersectionality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – FEMINISMO NEGRO EM TEORIA.....	19
1.1 Breve histórico de pautas feministas.....	23
1.2 Ideologia do patriarcado.....	33
1.3 Feminismos plurais: por que falar do feminismo negro?.....	39
CAPÍTULO 2 – CONTEXTO BRASILEIRO: RACISMO ESTRUTURAL E INTERSECCIONALIDADE.....	55
CAPÍTULO 3 – INDÚSTRIA CULTURAL.....	69
3.1 Literatura e Industria Cultural.....	72
3.2 Questão de gênero e mulheres na literatura.....	75
3.3 Estereótipos e questão racial.....	82
CAPÍTULO 4 – MARÉIA, POR MIRIAM APARECIDA ALVES.....	92
4.1 Miriam Aparecida Alves, trajetória.....	93
4.2 Maréia.....	101
4.2.1 Família Santos.....	107
4.2.2 Família Menezes de Albuquerque.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	133

INTRODUÇÃO

O perfil da mulher considerada “ideal” foi moldado no decorrer dos séculos através do viés do olhar masculino e classificou desde aspectos físicos a psicológicos. Naomi Wolf (2020) articula que desde o século XIV o patriarcado estipula qual o posicionamento da mulher perante a sociedade de forma que a cultura prossiga majoritariamente masculina.

Durante o percurso, antecedente à idealização do objeto de estudo do presente inscrito, foram observadas diversas questões envoltas a representação da mulher na Indústria Cultural. Primeiramente foi considerado que a concepção da identidade feminina foi estabelecida através do apagamento histórico da multiplicidade de perfis da mulher. Socialmente a personalidade feminina constituiu-se de forma que as mulheres que apresentem comportamentos considerados divergentes do “padrão” são vistas de forma incomum e, automaticamente, são descartadas e condenadas por seus comportamentos díspares. Diante de tal assertiva, compreende-se que “Quando as mulheres na cultura demonstram personalidade, elas não são desejáveis, em contraste com a imagem desejável da ingênua sem malícia.” (WOLF, 2020, p. 93). A ocorrência desse e de tantos outros episódios foram pivôs para o início de lutas travadas pelo feminismo em busca da liberdade e conquista de direitos que, conseqüentemente, culminaram no tema base do presente trabalho.

bell hooks classificou que o “[...] ‘Feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão.’” (hooks, 2020, p. 13), definição que foi transformada e tomada pelo senso comum de forma errônea, tomando-a como forma de desvalorização e caracterizando-a como o inverso do machismo. A desconstrução do significado do termo, realocando-o de forma negativa, proporcionou menor adesão ao movimento e a geração de preconceito desconsiderando suas verdadeiras reivindicações.

hooks declara que:

Nesta ansiedade de chamar a atenção para a injustiça sexista, as mulheres concentraram-se quase exclusivamente na ideologia e na prática do

domínio masculino. Infelizmente, isto levou-nos a acreditar que o feminismo estava mais próximo de ser uma declaração de guerra entre sexos do que uma luta política contra a opressão sexista, uma luta que implicaria mudança por parte das mulheres e dos homens. a mudança pessoal à custa da análise e da luta política. (hooks, 2019, p. 27).

Logo, compreende-se que “O movimento feminista é importante (quando não é cooptado por forças oportunistas e retrógradas), uma vez que oferece um ponto de encontro ideológico para os sexos, um espaço para crítica, luta e transformação.” (hooks, 2019, p. 27). As pautas colocadas pelo feminismo atual abordam inúmeros temas sociais pertinentes que discutem acerca das multiplicidades da mulher em relação a sua identidade coletiva e individual.

Diversos processos políticos e sociais acabaram por agregar padrões impostos utilizando de condições funcionais. Como resultado dessa idealização a identidade da mulher se tornou objeto fundamental para a manutenção social do patriarcado. A filósofa Silvia Federici alega que a sensação é de que “Desde que ‘feminino’ se tornou sinônimo de ‘dona de casa’, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e as ‘habilidades domésticas’ que adquirimos ao nascer.” (FEDERICI, 2019, p. 74).

Atualmente, mesmo em comunidades consideradas tradicionais, devido a globalização pode-se encontrar influências, mesmo que mínimas, dos preceitos alinhados à dominação patriarcal. O capitalismo, por exemplo, utiliza de arquétipos para compor narrativas padronizadas com fins lucrativos, desconsiderando a individualidade das envolvidas. Constata-se que o Estado é o principal responsável para a conservação dos estereótipos patriarcais, pois:

É por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos é realizada. Os regimes colonialistas e escravistas, o regime nazista, bem como o regime do apartheid sul-africano não poderiam existir sem a participação do Estado e de outras instituições como escolas, igrejas e meios de comunicação. (ALMEIDA, 2020, p. 87).

Tais regimes têm como objetivo o controle social das ações dos indivíduos inseridos na comunidade. O regime patriarcal está totalmente inserido na discussão tendo em vista a aplicação do poder masculino em detrimento das ações das mulheres. Como resultado de tal posicionamento, ocorreu de forma proposital o

apagamento histórico das mulheres em todas as áreas da sociedade e, conseqüentemente, dando espaço para a argumentação sobre a suposta fragilidade feminina. As falácias disseminadas contribuíram para a construção de uma falsa confirmação da mulher como sexo frágil, adquirindo um perfil unificado, engessando-as.

A partir das observações feitas houve a necessidade de se recorrer a eventos históricos os quais dão suporte ao objeto do presente estudo alicerçados na representação da mulher na Indústria Cultural. Um dos principais recursos utilizados para o silenciamento da mulher foi a proibição de acesso à educação. Sabe-se que “A trajetória da ausência da educação feminina coincide também com a história da construção social dos gêneros, das práticas da sexualidade e da servidão no Brasil. O corpo feminino deveria servir ao português.” (RIBEIRO, A., 2007, p. 2). Até meados do século XX as mulheres raramente conseguiam cursar e/ou terminar a educação básica.

Em 2016 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que somente 23,5% da população feminina com mais de 25 anos tinha concluído o ensino superior e apenas 10,4% eram formados por mulheres negras. Conseqüentemente o acesso a universidades era restrito, compondo-se apenas daquelas poucas mulheres advindas de famílias de classe alta.

Durante o período colonial, com a difusão das terras invadidas pela Europa houve a necessidade, não só, do uso de vidas humanas como forma de acumulação de bens caracterizando o tráfico atlântico, mas a inserção de mão de obra barata para conferir a continuidade das colônias. Nesse sentido, “Ao homem português era dado o direito de usufruir da vida de todos os habitantes da colônia.” (RIBEIRO, A., 2007, p. 2). O regime escravocrata foi justificado pela necessidade da supressão de demandas e, conseqüentemente, a promoção de terras as quais serviam de fonte de renda para os países invasores.

O período foi caracterizado pelo genocídio de povos africanos e indígenas brasileiros onde, paralelamente, o Brasil se estruturou tendo como base um sistema escravocrata que tem o racismo como base de sua construção social. Diante de tais

acontecimentos, houve a necessidade da constituição de lutas não somente pela liberdade, mas também pela conservação cultural.

Depois de anos, as evidências históricas deixadas pelo período escravocrata foram suficientemente fortes para que seus descendentes carreguem sequelas profundas explicitadas através do preconceito, reprodução de estereótipos, racismo e desigualdade social, movidos por processos de racialização reproduzidos pela colonialidade do poder. Segundo Silvio Almeida, a raça:

[...] não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. (ALMEIDA, 2020, p. 24-25).

Inteirando a discussão, observa-se que a figura masculina domina o espaço público. É esperado que os homens exerçam o papel de provedor do lar, possuindo o dever de sair para trabalhar e, como recompensa, o direito de frequentar plenamente os ambientes sociais indiscriminadamente. Essa é a ideologia proposta pelo regime patriarcal. As atribuições destinadas às mulheres passam a ser secundárias e reservadas ao ambiente doméstico, onde vivem para servir ao marido e para cuidar dos filhos.

Constata-se que:

O espaço público é ainda muito masculino, estando os homens mais sujeitos a atropelamentos, passando por acidentes de trânsito e chegando até ao homicídio. As mulheres ainda têm uma vida mais reclusa, estando infinitamente mais expostas à violência doméstica. (SAFFIOTI, 2015, p. 90).

O lugar de reclusão designado para a manutenção do patriarcado, busca preservar o isolamento das mulheres que, por diversos fatores, abdicam dos seus direitos, dando continuidade à soberania masculina. A busca pela exclusão das mulheres nas questões designadas para a estrutura social é evidente. Tem-se como exemplo, dados expostos por Paola Lima e Raissa Portela (2022) na Agência Senado, que no ano de 2018, 31,65% das candidatas a cargos políticos eram mulheres contra 68,35% de homens. Nas eleições seguintes, em 2020, 33,54% eram

candidatas e 66,41% homens. Em 2020 somente 12,2% dessas candidatas foram eleitas contra 87,8% dos homens. A disparidade de dados mostra numericamente a distinção do papel da mulher na esfera do ambiente público. Como forma de suprir a lacuna existente e promover a equidade no sistema político houve a necessidade de estabelecer a Emenda Constitucional nº 111, de 28 de setembro de 2021. O artigo 2 disserta que:

Para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro. (BRASIL, 2021, s.n.).

Dados sobre o acesso à educação configuram outra forma de explicitar a designação de gênero no espaço coletivo. No Brasil, por exemplo, para assegurar a educação para as mulheres foi necessário a elaboração do Decreto nº 31.643, de 23 de outubro de 1952. O decreto traz na grafia do artigo 1º que “Os Estados Americanos convém em outorgar à mulher os mesmos direitos civis de que goza o homem.” (BRASIL, 1952, p. s.n.).

Dentro dessas perspectivas, observa-se que existe a necessidade de discutir quais aspectos sexistas e raciais foram transpostos para a constituição da Indústria Cultural e suas respectivas influências na construção identitária dos indivíduos consumidores. Levou-se em consideração os aspectos históricos apresentados anteriormente acrescidos de discussões acerca da: produção literária no mundo; aspectos envolvidos da publicação de livros por mulheres; a distribuição de livros no Brasil; as implicações da indústria literária no Brasil ao se tratar de autoras negras.

Todas essas considerações foram feitas a fim de promover a discussão acerca das produções literárias brasileiras tendo como base uma discussão envolvendo gênero, classe e raça. A partir desse ponto, a contribuição de Carla Akotirene foi de extrema importância com sua pauta sobre a interseccionalidade. No livro *Interseccionalidade* (2019), a autora traz como uma das definições do termo, a partir da criação do termo por Kimberlé Crenshaw:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à

inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Tais concepções se concretizaram através da análise de dados, como o número reduzido de protagonistas mulheres e quando aparecem são desconsideradas em sua pluralidade, utilizando como base os moldes patriarcais. Desse modo, a Indústria Cultural reproduz padrões limitados de representação feminina, principalmente, no que diz respeito a personagens negras mulheres. Djamila Ribeiro (2018, p. 27) salienta que para mudar tal situação “É imprescindível que se leia autoras negras, respeitando suas produções de conhecimento e se permitindo pensar o mundo por outras lentes e geografias da razão”, promovendo a visibilidade das múltiplas facetas da representação e representatividade do feminino na Indústria Cultural.

A indústria literária, perceptivelmente, tem como característica a reprodução de estereótipos acerca do perfil feminino perpetua-os em suas produções. A designação de mulheres negras nas narrativas demonstra a suposta homogeneidade do perfil esperado para as mesmas. Michele Schiffler (2006) afirma que a Indústria Cultural pontua que:

[...] a cultura contemporânea pauta-se no princípio da semelhança, e cada vez mais tem-se a liberdade de ser um só. Nesse sentido observa-se a construção de uma falsa identidade entre o particular e o universal, tendo em vista que toda cultura de massas tende a ser idêntica aos interesses coletivos da sociedade de consumo. (SCHIFFLER, 2006, p. 71).

Como fruto do desenvolvimento tecnológico, observa-se que recentemente houve o aumento das produções audiovisuais e de *best-sellers* com personagens femininas que se desviam do padrão demarcado pelo patriarcado. O mercado cultural dispõe de produções de filmes baseados em livros, principalmente com a representação de personagens femininas singulares, que destoam do esperado, abandonando o local de “mocinha indefesa”, passando a conquistar o papel de protagonistas de sua própria narrativa.

Consequentemente, tal dado foi diretamente influenciado pela progressão do

movimento feminista, mas que também diz respeito a um determinado mercado a ser consumido, concretizando-se em visibilidade e conquista de espaços sociais. A Indústria Cultural precisa utilizar da sua influência para a disseminação de uma perspectiva heterogênea do ser humano. Observa-se que:

Daí a importância de esse produto cultural apresentar semelhanças e afinidades com o mundo real, pois faz uma grande apologia à sociedade, fazendo com que facilmente o homem se veja em determinadas situações consumindo e adquirindo padrões de conduta e comportamento. (SCHIFFLER, 2006, p. 76).

A Indústria Cultural, quando utilizada de uma forma equalitária pode ajudar na construção de uma identidade social tangível. Logo a produção de literatura afro-brasileira se faz de extrema importância para diminuir as lacunas sociais alicerçadas através da implantação de regimes promotores do racismo de sexismo no país.

A produção literária negra feminina no Brasil, apesar de se encontrar em constante expansão dentro do mercado, ainda é insuficiente quando comparada a produção e venda de livros de escritores homens. A Revista EXAME (2018) divulgou uma lista, baseada em dados fornecidos pela Livraria Saraiva, que contava com a os 10 livros mais vendidos em 2018. Mediante a análise dos exemplares listados observou-se que apenas *Textos cruéis demais para serem lidos rapidamente* (2017), da Editora Globo, contava com a presença de uma escritora, porém trata-se de um livro construído por meio de autoria coletiva. No ano seguinte, segundo a Gazeta do Povo (2019), dentre os 15 livros mais vendidos apenas dois eram de autoria feminina. Em 9º lugar *Me Poupe!* (2018), escrito por Nathalia Arcuri e em 13º *Mindset* (2006), escrito por Carol Dweck, ambos publicados pela Editora Sextante. Constatou-se que os livros mais vendidos no Brasil nos últimos anos, em sua grande maioria são de autoria masculina e quando existe a presença de autoras mulheres elas são majoritariamente brancas e estrangeiras.

A escritora Conceição Evaristo, em entrevista para a BBC News Brasil (2018), disserta sobre as dificuldades de mulheres negras publicarem no Brasil. Conceição foi à Paris, com 71 anos de idade, para a divulgação do seu livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2011) e alegou que:

[...] são 130 anos de uma abolição inconclusa. Inconclusa porque nós - a população pobre em geral, e mais ainda as mulheres negras - ainda não conquistamos uma cidadania plena no que diz respeito a habitação, emprego, condições de vida. A sociedade brasileira ainda tem essa dívida histórica para com a população negra, e mais ainda para com as mulheres negras. (EVARISTO, 2018, s.n.).

A necessidade de se conquistar espaços de fala para a produção feminina negra é imprescindível. As escritoras negras brasileiras de destaque são publicadas, em sua grande maioria, por editoras independentes como a Malê, Pallas, Mazza, assim também como a Companhia das Letras, com os ditos clássicos literários brasileiros produzidos no último século.

Claro que esses e outros tantos outros feitos, como a aplicação de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, foram resultados de diversas lutas históricas. Mulheres que lutaram, e ainda lutam por seus direitos, apesar de todas as ferramentas de apagamento implantadas, conseguiram sobressair-se tornando possível um espaço, mesmo que ainda de forma não ideal, para a discussão de assuntos relacionados a gênero e raça.

Para objeto do presente estudo, primeiramente, seria escolhido um romance produzido por uma autora negra que seria escolhido entre os livros mais vendidos entre os anos de 2018 e 2019 no Brasil. O segundo aspecto para a seleção da obra seria o protagonismo de uma mulher negra na narrativa. A pesquisa de obras publicadas com esse perfil foi feita utilizando a base de dados das maiores editoras do Brasil e, mesmo assim, somente foram encontrados livros díspares da proposta de romance.

Como atestado nos dados expostos, a proposta inicial fracassou. O resultado das pesquisas apenas reafirmou a constituição do racismo estrutural na indústria literária brasileira. Os aspectos analisados relacionados a ideologia patriarcal, sexismo e racismo foram evidentes.

A necessidade de dedicar-se a uma produção negro-brasileira de autoria feminina se tornou mais urgente a fim de se discutir diversos aspectos envoltos tanto na construção da narrativa assim como a publicação e distribuição da obra. Foi necessário recorrer-se a publicações de editoras independentes brasileiras

buscando o mesmo perfil de obra inicialmente formulada para a análise. A obra escolhida foi *Maréia*, escrita por Miriam Alves e publicada pela editora Malê em 2019.

A professora e assistente social Miriam Aparecida Alves é paulista e começou seu processo de produção aos 11 anos de idade e desde então contribui amplamente para a constituição da literatura afro-brasileira dando lugar a debates relacionadas ao local da mulher negra na indústria literária negro-brasileira. Em seu livro, Miriam Alves, narra paralelamente histórias de duas famílias que possuem heranças diferentes, levando o leitor experimentar as suas angústias, felicidades, culturas e constituições familiares díspares.

Dentro de *Maréia* é possível identificar a riqueza e pluralidade de elementos os quais, além de cultivar as raízes afro descendentes, dispõem de recursos culturais atuais. A divisão do livro dispõe ao leitor duas famílias distintas as quais apresentam raízes e heranças divergentes, possuindo ao mesmo tempo mulheres plurais como personagens centrais da trama.

Contudo, o presente trabalho tem por objetivo evidenciar o perfil dos principais personagens da obra, destacando a protagonista Maréia, tecendo considerações acerca dos estudos de gênero, como também, vínculos com a trajetória do feminismo, análise da representação e representatividade da mulher, a ancestralidade, aspectos ligados a cultura afro-brasileira, considerando a construção da identidade da mulher.

Considerou-se também numerosos aspectos pertinentes, fazendo *links* com os mais diversos temas. Para embasamento teórico foi proposto a inserção de autores de destaque como bell hooks (2014, 2019, 2020), Djamila Ribeiro (2018), Heleieth Saffioti (2015), Carla Akotirene (2019), Silvio de Almeida (2020), Michele Schiffler (2006, 2017), Fábio Leite (1996), Homi Bhabha (1998), dentre outros.

hooks trazendo questões de gênero acerca do feminismo e sua aplicabilidade; Saffioti contribuindo com colocações acerca da mulher e a sociedade patriarcal; Akotirene com suas pontuações sobre a interseccionalidade; Almeida e as definições de raça e racismo estrutural; Michele Schiffler e suas colocações acerca da Indústria Cultural; Fábio Leite dissertando acerca da ancestralidade; Bhabha com suas

considerações acerca da constituição cultural. Citações secundárias, porém, pertinentes são apresentadas com Beauvoir, Wolf dentre outros. Com a escassez de trabalhos científicos com informações sobre a autora Miriam Alves e seu romance, foi necessário acessar entrevistas e sites os quais dispunham de dados a acrescentar informações pertinentes a serem expostas durante o escrito.

CAPÍTULO 1 – FEMINISMO NEGRO EM TEORIA

Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela.

Talíria Petroni

A construção de atribuições designadas para a figura da mulher se deu através da visão patriarcal. Tal sistema, segundo Heleieth Saffioti (2015), se dá através da “incursão na vertente sexual”, onde o homem se impõe como detentor supremo das possibilidades de ações tanto no âmbito social como sexual colocando a figura da mulher como inferior.

Com o passar do tempo, esse sistema moldou as mulheres de acordo com a estrutura necessária para o fortalecimento de uma supremacia masculina ilusória e pretensa. Tal perspectiva se constituiu durante as gerações e é o agente responsável pela construção dos padrões impostos às mulheres até os dias atuais. Observa-se que “Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado.” (SAFFIOTI, 2015, p. 57).

É perceptível a mudança do papel social da mulher durante as últimas décadas. Um dos dados que asseguram a tese se dispõe após a Segunda Guerra Mundial, quando ocorre o aumento significativo das mulheres no mercado de trabalho, de 31,8% para 53,4% nos Estados Unidos em 1984 (WOLF, 2020). A necessidade de recapitular esse e outros acontecimentos significativos se justifica pela primordialidade de conhecer e reconhecer os marcos que constituíram a base para a atual condição social da mulher, dando ênfase no feminismo negro.

Inicialmente é necessária a compreensão do surgimento do termo “feminismo”. Tal nomenclatura foi validada somente no final do século XIX, através do reconhecimento de sucessivas lutas travadas pelas mulheres durante a história. Claro que, a priori, as pautas levantadas eram referentes às necessidades protagonizadas pelas mulheres brancas pertencentes à elite. Ao discorrer sobre o tópico, bell hooks diz que:

Muitas vezes, quando os indivíduos falam do movimento feminista contemporâneo ou escrevem sobre ele, dão a sensação de que existe um

conjunto de princípios e de crenças que serviam de base desde o início. Na verdade, quando a revolução feminista começou no final da década de 60, manifestou-se em diferentes localizações, entre mulheres que muitas vezes não tinham qualquer conhecimento da existência umas das outras. (hooks, 2019, p. 7).

O feminismo iniciou-se em diversas partes do mundo, coexistindo, independentemente da ligação entre as figuras que representavam o movimento. Saffioti (2015, p. 49) relate que as feministas buscaram, e ainda buscam, por “[...] igualdade social para ambas as categorias de sexo.”. A desigualdade existente entre os sexos fazia e faz parte de culturas ao redor do mundo.

As formas as quais os papéis de gênero foram constituídos trouxeram consigo efeitos colaterais significativos. Segundo Saffioti (2015, p. 47), “*Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual.”. O levantamento histórico da luta de gênero auxilia na compreensão dos termos e vias as quais levaram a nomenclatura “feminismo negro” que, atualmente, é utilizado com frequência e é alvo de diversas discussões no âmbito acadêmico.

Djamila Ribeiro disserta em seu livro, *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018), que no período denominado “segunda onda o feminismo” (1960-1980), começou a se pensar na singularidade da mulher e o termo “feminismo negro” surgiu oficialmente. Articular discussões acerca do feminismo negro não é uma tarefa simples, é necessário considerar definições e temas transversais sob a ótica de uma análise minuciosa, abordando-os juntamente com os aspectos históricos.

A teoria envolta do feminismo negro descende de diversos fatores os quais são indissociáveis, constituindo a Interseccionalidade, sendo eles: gênero, classe e raça. Akotirene (2019, p. 14) traz tal termo definido como “[...] instrumentalidade teórico-metodológica a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”.

Tais aspectos são influenciados por questões do passado que, conseqüentemente, refletem em como as mulheres são tratadas e vistas atualmente. O patriarcado, como traz Saffioti (2015), constitui uma ordem de poder o qual a mulher passa a ser objeto para satisfazer as necessidades do homem, e constitui-se

em todas as esferas sociais.

[...] o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. (SAFFIOTI, 2015, p. 145).

A primordialidade da abordagem das discussões envoltas ao termo e suas respectivas ramificações também serão tratadas, consolidando assim a pertinência da discussão. Contudo, os pontos levantados serão analisados em profundidade no tópico seguinte.

1.1 Breve histórico de pautas feministas

Ser oprimido significa a ausência de escolhas.

bell hooks

Os registros mais antigos da história da civilização humana são as chamadas pinturas rupestres. Referir-se a tais pinturas tem a finalidade de expor quais são as referências de organização social diante dos primeiros registros históricos dos primeiros grupos de seres humanos.

A priori, analisando tais pinturas, pode-se inferir que as mulheres ocupavam um papel secundário nos processos envolvidos na manutenção dessas comunidades, pois apresenta majoritariamente figuras masculinas. Ao tecer informações acerca das pinturas é comumente desconsiderado, por exemplo, que a caça representada era apenas um dos tantos meios de sustento das comunidades. Entende-se que:

Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existentes ou em seus últimos estertores. (SAFFIOTI, 2015, p. 48).

Ao analisar dados históricos, obtêm-se informações divergentes das comumente dissipadas que, validam a igualdade entre os sexos no processo de assistência e sustentação nas comunidades primitivas. Eventualmente, as mulheres detinham um importante papel, pois eram as principais responsáveis pela manutenção das terras e da colheita de frutas e vegetais, sobretudo nas tribos não nômades. As comunidades coletoras-caçadoras dispunham das mulheres para prover as refeições, pois a caça não era uma prática que garantia o sustento diário das famílias.

Tal ocasião potencialmente influenciou na composição das pinturas rupestres, já que o momento de caça representava uma ação singular de grande destaque. Wolf também cita em seu livro, *O Mito da Beleza* (2020), a supremacia do trabalho feminino nas sociedades primitivas:

A historiadora Rosalind Miles ressalta que nas sociedades pré-históricas "as tarefas das mulheres eram árduas, incessantes, variadas e opressivas. Se

fosse elaborada uma relação do trabalho primitivo, a conclusão seria a de que as mulheres cumpriam cinco tarefas enquanto os homens cumpriam uma". Ela acrescenta que as modernas sociedades tribais, "trabalhando sem parar durante as horas do dia, as mulheres regularmente produzem até 80% do total de alimentos consumidos pela tribo, dia após dia... os homens faziam, e fazem, apenas um quinto do trabalho necessário à sobrevivência do grupo, enquanto os quatro quintos restantes são de inteira responsabilidade das mulheres" (WOLF, 2020, p. 42).

Apesar da incontestável importância social da mulher, um questionamento é levantado: como chegou-se ao disseminado termo "sexo frágil" designado as mulheres? Segundo Saffioti (2015), um dos fatores que podem ter contribuído para a manutenção distorcida de tal expressão se iniciou justamente nas tribos primitivas.

Como não havia Nestlé, era obrigatório o aleitamento do bebê ao seio. Desta sorte, o trabalho feminino era realizado com a mulher carregando o seu bebê amarrado ao peito ou às costas. Os bebês eram, assim, aleitados facilmente toda vez que sentissem fome. Como bebê não fala, sua maneira de expressar suas necessidades é o choro. Daí vem a sabedoria popular, inclusive em sentido figurado, dizendo: "Quem não chora não mama". (SAFFIOTI, 2015, p. 64).

A necessidade de carregar os bebês junto a si descartava a possibilidade da participação das mulheres nas caçadas, pois as crianças poderiam eventualmente chorar ou proferir algum som que afastasse os animais. Por conseguinte, afirma-se que o evento contribuiu para o prosseguimento da suposta posição de inferioridade física designada às mulheres.

A pesquisadora segue discorrendo que "A organização social de gênero, baseada na virilidade como força-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres." (SAFFIOTI, 2015, p. 79). Como exerciam as tarefas consideradas mais "leves", os homens acabavam por ocupar o papel do forte protetor, já que era exigido deles o combate físico com os mais diversos animais selvagens.

Nos Estados Unidos, na década de 50, sabia-se que:

Somente 20% dos estudantes universitários nos Estados Unidos eram mulheres (dentre as quais somente um terço concluía o curso) em comparação com 54% nos dias de hoje. Já em 1986, dois quintos dos estudantes universitários na Grã-Bretanha eram mulheres. (WOLF, 2020, p. 45).

O atentado a Malala Yousafzai em outubro de 2012 demonstra que mesmo na sociedade designada “pós-moderna” existe uma resistência à disponibilização do acesso à educação para as mulheres em alguns locais do mundo. Existem movimentos governamentais/religiosos que se dispõem contra o acesso aos direitos básicos voltados para as mulheres (YOUSAFZAI, 2013). A estudante foi baleada por um membro do Talibã por se posicionar publicamente a favor dos direitos de as mulheres frequentarem escolas no Paquistão.

Durante o Renascimento, as relações de gênero sofreram transformações que se refletem nas concepções sociais atualmente. Durante o momento histórico foi definido a base do modelo “ideal” do homem, que era basicamente a personificação do europeu, branco e heterossexual. Diante de tal filosofia o homem, classificado pelo gênero masculino, passa a ter sua primeira vantagem por ser homem e “Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (SAFFIOTI, 2015, p. 33). Tal afirmação dialoga diretamente com Akotirene (2019, p. 16) quando trata de uma ligação entre “O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado¹ e capitalismo.”.

Claro que, apesar da reconfiguração de pensamento, muito teria de ser mudado na prática. As alterações e questionamentos voltados para o “eu” não consistiam apenas em práticas pertinentes e esperadas para as mulheres. Observa-se que “A mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o ‘ataque’ do caçador.” (SAFFIOTI, 2015, p. 28), logo a compreensão de sua posição social não sofreu grandes mudanças diante da ótica masculina, pois tal pensamento poderia acarretar a instabilidade do sistema patriarcal. Porém, o pensamento egocêntrico fez com que provavelmente diversas ações fossem repensadas pelas mulheres. Elas refletem a posição de “fragilidade” e sobre a real necessidade de se ter um casamento (um homem) e filhos para que finalmente alcancem a felicidade.

¹ Termo usado pela escritora Akotirene determinando uma Ideologia onde o **Eu**, a referência, é cisgênero, heterossexual e masculino.

Considerando esses e outros marcos, nota-se que antes do século XIX as bases feministas já se faziam presentes, porém não configuradas com a atual nomenclatura. O constante questionamento das mulheres em relação aos seus respectivos papéis sociais, proporcionou a evolução de pensamentos voltados para si mesmas e os possíveis modos de resistir às opressões, reivindicando seus direitos.

Na introdução de seu livro *O Feminismo é para Todo Mundo* (1952), bell hooks (2020, p. 13) define que o “[...] ‘Feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão’.”. A indicação da origem da nomeada “primeira onda do feminismo” ocorreu na metade do século XIX com o nascimento do próprio nome “feminismo”. A vertente surge a partir do momento que é consolidada a necessidade de se combater o sexismo implantado pelo patriarcado.

A autora acrescenta que “O movimento feminista acontece quando grupos de pessoas se juntam com uma estratégia organizada, com vista a adotar medidas para a eliminação do patriarcado.” (hooks, 2019, p. VII). O principal objetivo é a conquista de direitos os quais foram negados mediante os padrões enraizados pelo patriarcado, considerando que as mulheres podem e devem ocupar os mesmos locais sociais os quais os homens têm direito.

A definição do termo, principalmente nas últimas décadas, tornou-se distorcida adquirindo uma conotação negativa. É pregado erroneamente é que o movimento descende da definição de machismo, ocupando o extremo oposto, onde as mulheres supostamente lutam para ocupar uma posição de supremacia feminina, ignorando totalmente a verdadeira vertente da busca por igualdade entre os gêneros.

Tamanha distorção surge como forma de deslegitimar o movimento descaracterizando os direitos da mulher e para a contínua manutenção do patriarcado. Numa sociedade moldada para que a mulher ocupe o local de silenciamento e submissão de forma naturalizada, não iria e nem irá mudar sua configuração rapidamente. Segundo Saffioti (2015, p. 139) “O homem é visto como essencial, a mulher, como inessencial. O primeiro é considerado sujeito, à mulher, o outro. O fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele

as mulheres não opunham resistência”. Socialmente, observa-se que “Simultaneamente, as mulheres integram e não entregam a ordem civil, uma vez que são incorporadas como mulheres, subordinadas, e não como indivíduos.” (SAFFIOTI, 2015, p. 140).

Abigail Adams, em 1744, foi considerada uma das primeiras mulheres a marcarem o movimento feminista, justamente por observar o silenciamento social da mulher e a anulação de suas necessidades. Adams constantemente enviava cartas para o seu marido, John Adams que ocupava a posição de segundo presidente dos Estados Unidos e, conseqüentemente, viajava muito a trabalho. O conteúdo de suas correspondências era em suma a sinalização da sua inquietação em relação a necessidade da inserção das mulheres diante das decisões políticas, já que elas também seriam diretamente afetadas.

Em 1792, Mary Wollstonecraft reivindicava seus direitos se opondo aos estereótipos pregados acerca da dona de casa feliz que vivia para servir ao marido e os filhos, conforme Djamila Ribeiro especifica em seu artigo *‘Bela, recatada e do lar’: que coisa mais 1792* (2018). A escritora inglesa compartilhava das ideias levantadas por Adams e reafirmava a necessidade do envolvimento da população feminina nas decisões políticas. Mary foi uma das pioneiras a se pronunciar oficialmente sobre questões envoltas aos papéis de gêneros e a discrepância entre os direitos e deveres de ambos os sexos. Seu discurso basicamente não defendia a supremacia feminina, mas o conceito de que as mulheres pudessem obter o direito de opinar sobre as decisões que iriam influenciar suas vidas.

Wollstonecraft sustentava o direito ao voto e a educação, fato que era comumente pauta de questionamentos. Sua escrita colocava em evidência os papéis de gênero deliberados para meninos e meninas, criticava o pensamento francês, defendia o direito à educação e ao casamento igualitário. Em seu livro *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792), Mary faz uma comparação acerca do que se é esperado socialmente do homem e da mulher:

[...] os homens na juventude são preparados para as profissões, e o casamento não é considerado o grande feito de sua vida; enquanto as mulheres, ao contrário, não têm outro projeto para aguçar as faculdades.

Não são os negócios, longos planos ou quaisquer divagações ambiciosas que ocupam seu tempo; seus pensamentos não são empregados em criar conjecturas tão nobres. Para elevar-se no mundo e ter a liberdade de correr de um prazer a outro, elas devem casar-se vantajosamente, e a esse objetivo seu tempo é sacrificado, e sua pessoa, com frequência, prostituída legalmente. Quando um homem entra em uma profissão, tem em vista alguma vantagem futura (e a mente ganha grande força ao direcionar todos os esforços para um único fim) e, atribulado com os negócios, considera o prazer um simples descanso; já as mulheres procuram o prazer como o principal propósito da existência [...] (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 84).

A discrepância na criação dos indivíduos classificados como masculino e feminino era nítida. Enquanto os meninos eram incentivados às mais diversas conquistas, o principal objetivo das atividades voltadas para as meninas era “produzir” mulheres que fossem boas mães e esposas devotas. Wollstonecraft (2016) articulava também sobre a necessidade de um relacionamento conjugal horizontal, para que o casamento fosse de fato bem sucedido e igualitário.

A submissão das esposas apenas proporcionava uma boa vida para o marido, já que apenas as suas vontades eram consideradas importantes. A autora acrescenta que “Não nos é dito em que consiste a existência das mulheres quando não há casamento nem promessa de casamento.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 55), ou seja, para a mulher não existia vida possível se não houvesse um casamento. As ocupações domésticas eram constantemente estimuladas, construindo a mentalidade de que o “natural” seria que essas funções só fossem desenvolvidas por mulheres.

Outro fator agravante de tais práticas foi, além do não acesso à educação, a não inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. Essa exclusão resulta, portanto, na dependência financeira, o que sugere que, até os dias atuais, seja um dos pontos agravantes da manutenção de relacionamentos abusivos e exploratórios, principalmente quando existem filhos envolvidos.

Nos Estados Unidos surgiram filosofias similares às de Wollstonecraft e Adams, Angelina e Sarah Grimké. O destaque ocorreu ao discorrer acerca dos direitos inerentes às mulheres, além de fazerem parte do movimento antiescravidão (LERNER, 2004). A reivindicação sobre a inserção das mulheres nos âmbitos políticos continuava, acrescido do levantamento de outras pautas pertinentes à luta.

A constituição de uma união das mulheres era fundamental para dar força ao movimento e, somente dessa maneira, suas respectivas reivindicações surtiram algum efeito perante o Estado. As irmãs foram pivôs de debates recorrentes, pois reivindicavam constantemente a igualdade entre os sexos e eram vistas socialmente como “loucas”, pois deixavam de proferir os discursos padrões de comportamento esperados por “mulheres de bem”.

A escritora anglo-americana Frances Wright também foi um ícone que serviu de base para polêmicas nos Estados Unidos (DELAURIER, 2015). Wright viajou por todo país propagando e defendendo as ideias voltadas para a necessidade da aplicação dos direitos às mulheres, dentre outras pautas relacionadas ao planejamento familiar e à educação. Claro que, mesmo destacando assuntos extremamente pertinentes, se impor em prol da conquista de direitos básicos sociais traziam o malefício do apagamento.

Com a baixa taxa de escolarização das mulheres, os homens que detinham maior acesso aos documentos produzidos e, logicamente, trabalhavam em prol da conservação de seus privilégios. As questões apresentadas pelas irmãs Grimké feriam diretamente os “valores” dos homens, já que buscavam direitos iguais para ambos os sexos.

Em 1798 as memórias de Mary Wollstonecraft foram publicadas por seu marido, Godwin (GORDON, 2015). Por conseguinte, surgiram uma série de obras de cunho conservador, justamente como forma de deslegitimar as obras feministas. Alguns “Especialistas alertaram os pais a não deixarem suas filhas lerem os livros de Wollstonecraft, alegando que suas palavras poderiam promover o suicídio, depravação e indecência social.” (GORDON, 2015, p. 459, tradução nossa²). A necessidade de garantir a supremacia masculina justificava o momento (que tempos mais tarde voltaria a se repetir), disseminando novamente a necessidade de que as mulheres continuassem dedicadas exclusivamente ao lar e a seu marido.

² Experts warned parents against letting their daughters read Wollstonecraft's books, claiming her words could promote suicide, foster licentiousness, and destroy the very fabric of decent society.

Os anos seguintes foram marcados por uma onda conservadora. A disseminação de discursos que tentavam mais uma vez concretizar a superioridade masculina em detrimento da feminina foram propagados. Os “direitos” das mulheres limitaram-se, mais uma vez, às tarefas de casa, cuidado com marido e filhos. Já o homem foi super valorizado como provedor familiar e continuava por ser o “dono” do espaço público, enquanto suas esposas continuavam reclusas.

Dando continuidade às reivindicações, Harriet Taylor Mill, filósofa londrina que escreveu o primeiro requerimento oficial solicitando o voto feminino (JACOBS, 2002). Sua vida pessoal foi envolta a diversos comentários que a desqualificavam como mulher. Harriet também defendia assuntos relacionados à liberdade de gênero e a oposição à desigualdade sexual implantada, alegando que nunca foi um fator biológico e sim social.

Caroline Norton, ao lutar pela guarda dos filhos após conseguir o divórcio, se tornou referência para o feminismo (CRAIG, 2009). A dificuldade de concessão da guarda dos filhos para Norton, considerando também os bens acumulados pela família, desencadeou diversos problemas e ocasionou uma série de reflexões acerca da disparidade das relações entre os casais. Muitas mulheres acabam sendo obrigadas a permanecerem em relacionamentos infelizes por conta da instabilidade financeira (violência patrimonial), afastamento dos filhos e, conseqüentemente, o comportamento social envolto na perversidade em ser mãe e divorciada. Sobre as relações entre casais Saffioti (2015, p. 66) aponta que “Qualquer que seja a razão do rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isto constitui uma afronta para ele. Na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade.”. Norton não conseguiu a guarda dos filhos e continuou reivindicando na justiça pelo direito de ver seus filhos. Apesar da negação do pedido, ela continuou a fazer duras críticas em relação à custódia de crianças em casos de separação.

Virginia Woolf, escritora britânica que viveu entre o final do século XIX e início do século XX (WOOLF, 2020), presenciou de forma efetiva a transição dos dois séculos e a concretização da evolução dos direitos das mulheres. A escritora foi um

marco para o movimento feminista e trouxe consigo outros nomes relevantes pelos direitos das mulheres. Durante o período pós-guerra, se juntou a outros pensadores os quais se posicionaram contra a tradicionalidade literária, além de lutar pelos ideais que consideravam oportunos. Deixou importantes trabalhos citados até os dias atuais que contribuem grandemente para o desenvolvimento da crítica feminista.

Outro nome extremamente importante para a crítica feminista é a francesa Simone Beauvoir. Em seu célebre livro, *Segundo Sexo* (1949), Beauvoir narra as mais diversas disparidades acerca da aceitação e construção social da mulher. Nascida no século XX, Beauvoir é referência do feminismo contemporâneo deixando um extenso legado, críticas à revolução moral, como expressa a seguinte frase: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). A escritora segue sua narrativa alegando que:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

A criação do anticoncepcional feminino em 1960 foi um marco importantíssimo para a segunda onda do feminismo (EIG, 2015). A invenção da pílula oral significou a liberdade jamais pensada para as mulheres estadunidenses e, conseqüentemente, para tantas outras ao redor do mundo. O controle reprodutivo, e conseqüentemente o controle do próprio corpo, desvencilhou as mulheres do seu destino “predestinado”. O sexo passou a ser considerado como uma forma de prazer e não mais uma obrigação para fins reprodutivos.

Mesmo após essas e outras conquistas durante a evolução do movimento feminista no Brasil, somente em 27 de agosto de 1962 foi alterada a lei da mulher casada. Saffioti (2015, p. 140) diz que “Até a primeira promulgação desta lei, a mulher não podia desenvolver atividade remunerada fora de casa sem o consentimento de seu marido, entre outras limitações.”. Após 50 anos da lei muita

coisa mudou, claro que por conta da continuidade da luta pelos direitos de igualdade entre os sexos. A partir desse momento, houve a criação de várias organizações as quais tinham/tem por objetivo dar visibilidade e continuidade à luta pela igualdade de gênero.

Contudo, pode-se observar que a luta pela a igualdade de gênero não é algo recente e descende de uma série de fatores conectados dando vasão a conjuntura atual da mulher. Muito ainda precisa ser discutido, apesar do visível avanço das questões envoltas aos direitos da mulher, pois ainda existe a necessidade de dar seguimento a luta feminista considerando que ainda não se alcançou a igualdade de gênero plenamente.

Observa-se dentre esses e outros fatos que “Rigorosamente, é ainda muito incipiente a consideração dos direitos humanos como também femininos. Em tudo, ou quase tudo, ainda é feito sob medida para o homem.” (SAFFIOTI, 2015, p. 81). Saffioti (2015, p. 82) acrescenta que mesmo a mulher se caracterizando como “humana” para se obter os direitos vigentes em lei é necessário que ocorra uma situação extrema que sirva de prova, é “[...] necessária uma especial releitura dos direitos humanos, de modo a contemplar as diferenças entre homens e mulheres, sem perder de vista a inspiração a igualdade social [...]”.

Diante dos pontos abordados nesse tópico, como outras tantas infinidades de discussões pertinentes, existe uma gama de questões sociais que precisam ser discutidas e modificadas para a mulher ocupe seu local de direito na sociedade.

1.2 Ideologia do patriarcado

É do interesse do contínuo domínio racista branco sobre o planeta que o patriarcado branco mantenha o controle sobre os corpos das mulheres.

Bell hooks

Discorrer acerca da história do feminismo e suas motivações se faz de extrema importância pois explicita a motivação de todo o movimento, a ideologia do patriarcado. Durante séculos o papel masculino foi alicerçado numa alienada posição de superioridade em detrimento da figura da mulher. Atualmente, dentro da estrutura capitalista, entende-se que “[...] o patriarcado está estruturado de forma a que o sexismo limite o comportamento das mulheres em alguns domínios, mesmo que não haja limitações noutras áreas.” (hooks, 2019, p. 4).

Saffioti (2015, p. 35) dá seguimento à discussão afirmando que “[...] os homens sabem que o organismo feminino é mais diferenciado que o masculino, mais forte, embora tendo menor força física, capaz de suportar até mesmo as violências por eles perpetradas”. Reproduzir discursos descontextualizados acabam por perpetuar a errônea supremacia masculina e não é de interesse dos mesmos que o regime patriarcal perca força.

No início da idade moderna a predominância social da autoridade do homem era incontestável. As mulheres detinham poucos benefícios e mesmo assim eram ajustados de forma a favorecer a manutenção de uma suposta superioridade masculina. Direitos considerados básicos atualmente, como, por exemplo, o acesso à educação, não eram reservados a todas as mulheres.

A proibição e/ou a coibição do acesso à educação, mesmo que em menor escala, incide ainda hoje principalmente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Opor-se ao acesso à educação e cultura, assim como, impor as mulheres a serem submissas a seus maridos formulou uma errônea imagem de fragilidade perante todas as esferas sociais.

A ideia cultivada acerca da suposta incapacidade das mulheres é apenas uma implantação do patriarcado diante de diversos fatores descontextualizados e não tem

nenhuma base biológica inerente ao ambiente. Tal afirmativa considera que “[...] o valor central da cultura, gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas da convivência social.” (SAFFIOTI, 2015, p. 130). Os discursos perpetuados geraram uma falsa fragilidade em que se prega que não existe a mulher sem a figura masculina, que ela é o outro.

Com a modernização, o desenvolvimento das consideradas “grandes civilizações”, os seres humanos foram conduzidos a diversas mudanças significativas. Mesmo que existam evidências de uma vasta gama de sociedades tradicionais que detinham bases matriarcais ou de igualdade de gênero, no decorrer dos séculos houve uma exclusão generalizada da mulher durante o dito “progresso da humanidade”. Contudo, a supressão do papel social da mulher, o patriarcado passou a ter o status de sistema social dominante. Diante de tal afirmativa é necessário apresentar fatores os quais definiram desde muito tempo papéis onde:

[...] o gênero diz respeito às imagens que a sociedade constrói destes mesmos masculino e feminino. Neste sentido, o conceito de gênero pode representar uma categoria social, histórica, se tomado em sua dimensão meramente descritiva, ainda que seja preferível voltar à velha expressão categoria de sexo. (SAFFIOTI, 2015, p. 117).

O gênero não está ligado a uma definição singular, ao se dissertar acerca do tema é preciso considerar todo o conjunto de situações que conduziram diretamente às suas vertentes. Saffioti (2015, p. 63) aponta que historicamente “[...] o processo de instauração do patriarcado teve início no ano de 3100 a. C. e só se consolidou no ano de 600 a. C.”. Ao se colocar como sistema dominante, o patriarcado passou a influenciar a cultura e as relações sociais.

Ao viés desse sistema, as mulheres, segundo Saffioti (2015, p. 37), “[...] são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem.”. A afirmação leva a compreensão de diversos eventos relacionados à posição social esperada a ser ocupada por homens e mulheres implantada pelo processo estrutural do patriarcado utilizando de estereótipos. Conforme o trecho a seguir, entende-se que:

Estereótipos são generalizações impostas a grupos sociais específicos, geralmente aqueles oprimidos. Numa sociedade machista, impõe-se a criação de papéis de gêneros como forma de manutenção de poder, negando-se humanidade as mulheres. Dizer por exemplo que as mulheres são naturalmente maternais e que devem cuidar de afazeres domésticos naturaliza opressão que são construídas socialmente e que passam a mensagem de que o espaço público não é para elas. (RIBEIRO, D., 2018, p. 56).

O patriarcado promoveu o apagamento da importância da mulher, alegando e estimulando moldes que corroboram para a manutenção da supremacia masculina. Entende-se que “O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero é demasiadamente forte, atravessando todas as instituições [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 99) e tal sistema impõe efetivamente, em todas as esferas sociais, suas respectivas filosofias, mesmo que por muitas vezes ocorra de forma velada.

Resultante das relações de gênero, marcadas por processos de hierarquização no contexto patriarcal, obtém-se a concepção ideológica do sexismo. O conceito baseia-se na diminuição do outro tomando como base somente seu gênero e/ou orientação sexual. Saffioti (2015, p. 37) disserta que “[...] o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres”. A atribuição sexista demonstra que as mulheres, mediante os processos expostos até o momento, estão em desvantagem por serem o principal alvo de discriminação.

Todavia, porém com menos frequência, os seres classificados com o gênero masculino sofrem também a segregação de gênero já que “[...] o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações” (SAFFIOTI, 2015, p. 37). Observa-se que os homens, que não apresentam um comportamento previsto pela opressão sexista, acabam por ser excluídos socialmente. A partir do momento em que os atores sociais não cumprem o papel destinado a seu gênero deixam de fazer parte da base comum esperada e, conseqüentemente, levando-os à segregação.

Sob esse aspecto é notável que há o receio em relação aos homens em ceder sua posição de controle, já que uma possível articulação em prol das mulheres resultaria na perda de poder. Como forma de impulsionar tal associação observa-se que “As mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões

aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 24), promovendo uma ação reversa, onde as agentes dominadas acabam por se responsabilizar por estar abandonando os moldes sociais esperados.

A culpabilidade imposta às mulheres acaba por consolidar a suposta inferioridade e gera aos homens a situação de estabilidade, já que os mesmos não precisam necessariamente se articular excessivamente para alcançar seus objetivos. Akotirene destaca em seu livro, *Interseccionalidade* (2019), que:

A teoria feminista argumentou haver discursos masculinos produzidos pela ordem patriarcal, responsáveis por modelar subjetividades femininas condicionadas a tornar a mulher uma categoria de Outro: obedientes filhas, boas esposas, mães compulsórias e cúmplices das violências praticadas contra elas, conforme assinala Simone de Beauvoir, no livro *O segundo sexo*, publicado em 1949, e Marilena Chauí, em 1985, no artigo “Participando do debate sobre mulher e violência”. (AKOTIRENE, 2019, p. 20).

A relação das mulheres com o próprio corpo é repleta de tabus devido a influência da conservação do patriarcado. Saffioti (2015, p. 51) relata que “Um dos elementos nucleares do *patriarcado* reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido.”.

Durante muito tempo apenas atividades que desenvolviam o lado “feminino” eram permitidas como: a costura, a música, o canto, dentre outras. Compreende-se que:

Como o homem foi educado para ir a caça, para, na condição de macho, tomar sempre a iniciativa, tende a não ver com bons olhos a atitude de mulheres desinibidas, quer para tomar a dianteira no início do namoro, quer para provocar um homem na cama, visando a com ele manter uma relação sexual, salvo no seio de tribos da juventude, pelo menos das grandes cidades, em que isto é uma prática corrente. (SAFFIOTI, 2015, p. 28).

A exploração do corpo feminino se dava de diversas formas. A liberdade sexual feminina sempre foi um tabu, mesmo após o período que poderia ter significado a liberdade sexual da mulher com a invenção da pílula anticoncepcional, ainda hoje é um tema extremamente discutido. Quando o assunto é abordado observa-se que o mesmo segue:

Focando-se unicamente nos aspectos da expressão sexual masculina que têm a ver com a consolidação do domínio masculino sobre as mulheres, elas hesitam e demonstram relutância em reconhecer que a sexualidade da forma que está construída na sociedade sexista não é "libertadora" nem para as mulheres nem para os homens (apesar de obviamente oprimir as mulheres de uma forma diferente dos homens). (hooks, 2019, p. 118).

A mulher surge também como provedora de mão de obra, principalmente no que tange o capitalismo. O trabalho reprodutivo é destinado às mulheres, que mesmo sem ter consciência de tal, acaba por dar à luz aos futuros trabalhadores que, por sua vez, servirão de mão de obra para a manutenção do capitalismo. Silvia Federici faz diversas considerações acerca do tema em seu livro *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), destacando que Marx, em sua conhecida obra *O Capital* (1867) desconsidera a produção capitalista sustentada pelas mulheres como um trabalho não reconhecido e não-remunerado. Sua crítica trata:

[...] a análise do capitalismo feita por Marx foi prejudicada por sua incapacidade de conceber o trabalho produtor de valor de outra forma que não seja a da produção de mercadorias, e sua consequente cegueira quanto a importância do trabalho reprodutivo não remunerado realizado pelas mulheres no processo de acumulação primitiva. (FEDERICI, 2019, p. 195).

A preservação da mulher como objeto essencial para o capitalismo constitui nada mais do que outra forma de preservação do patriarcado. Ao considerar que as mulheres, que são os alvos de tais projetos, são produtos dos anteriormente colocados sistemas que dão continuidade a supremacia masculina. Justifica-se tal condição com “[...] a cumulação de bens em poucas mãos e a farta distribuição da miséria para muitos, nestas abissais desigualdades morando o inimigo, ou seja, contradição fundante deste modo de produção, ao qual são inerentes à justiça e a iniquidade.” (SAFFIOTI, 2015, p. 14).

Durante um longo período a concepção da forma do corpo feminino foi estipulada. Voltando ao período de conquistas territoriais, as mulheres:

[...] eram preservadas, pois serviam a três propósitos: constituíam força de trabalho, importante fator de produção em sociedades sem tecnologia ou possuidoras de tecnologias rudimentares; eram reprodutoras desta força de trabalho, assegurando a continuidade da produção e da própria sociedade;

prestavam (cediam) serviços sexuais aos homens do povo vitorioso. (SAFFIOTI, 2015, p. 133).

Em meio a ascensão de Beauvoir e tantas outras escritoras de destaque, foi evidenciado pelo olhar da mulher as formas mais comuns de manutenção do patriarcado como, por exemplo, o controle reprodutivo. Cada país, das mais diversas formas, tentou dominar os corpos femininos através de leis as quais controlavam a quantidade de filhos que cada uma poderia conceber. Essa assertiva remete novamente ao discurso idealizado por Federici acerca do papel fundamental da mulher como reprodutora e produtora de mão de obra para a sustentabilidade do capitalismo. Ela alega que “[...] não surpreende que a reestruturação produzida pela globalização da economia mundial tenha levado a uma grande reorganização da reprodução, assim como a uma campanha contra as mulheres em nome do ‘controle populacional’.” (FEDERICI, 2019, p. 208).

O Estado, utilizando de programas governamentais, dispõe de ferramentas as quais manipulam os corpos da população feminina e decide quem morre e quem vive. O controle, mesmo se apresentando muitas vezes de forma velada, mostra-se como uma vertente política a fim de manter o controle dos corpos femininos. Quando há a necessidade de geração de mão de obra barata, se projeta para que exista a manipulação da não distribuição, por exemplo, de métodos contraceptivos ou se decidir ao caso contrário, promove a esterilização em massa de mulheres. Para manter o poder é necessário conservar o controle dos meios e métodos de reprodução. Acerca do controle de natalidade onde:

Os Estados Unidos patrocinam clínicas de esterilização em países não brancos, especialmente na Índia, onde cerca de 3 milhões de jovens homens e meninos em Nova Déli e arredores foram esterilizados em salas de cirurgia improvisadas, montadas pelos trabalhadores americanos da força de paz. Nestas circunstâncias, é compreensível que certos países considerem o Corpo da Paz não como um projeto benevolente, não como evidência da preocupação da 20 América com áreas subdesenvolvidas, mas como uma ameaça à sua própria existência. (AKOTIRENE, 2019, p. 20-21).

1.3 Feminismos plurais: por que falar do feminismo negro?

O imaginário brasileiro, pelo racismo, não concebe reconhecer que as mulheres negras são intelectuais.

Conceição Evaristo

Diante dos pontos abordados anteriormente observa-se que, a priori, as reivindicações das mulheres eram pautadas mediante os questionamentos de uma minoria. O feminismo basicamente incluía pautas voltadas apenas para as necessidades de mulheres brancas, heterossexuais, de classe média e alta. Quando a pauta feminista afirmava que “todas as mulheres são oprimidas” (hooks, 2019, p. 4), tende-se a compreender que todas as mulheres estão no mesmo local de fala, ou seja, no mesmo grau de opressão. Observa-se que:

O princípio fundamental do pensamento moderno feminista tem sido a afirmação de que "todas as mulheres são oprimidas". Esta afirmação pressupõe que as mulheres partilham um destino comum, que fatores como classe, raça, religião e preferência sexual, etc. não criam uma diversidade de experiências que determina em que medida o sexismo será uma força opressora na vida de cada mulher. O sexismo está institucionalizado como sistema de domínio, porém nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimido significa a *ausência de escolhas*. É o principal ponto de contacto entre o opressor e o oprimido. (hooks, 2019, p. 4).

A afirmativa de uma suposta opressão universal das mulheres tende a levar a pressuposição de que todas as mulheres, além de serem oprimidas, são oprimidas da mesma forma. Tais aspectos ignoram totalmente situações sócio-históricas que influenciaram diretamente em como as mulheres de determinada comunidade serão vistas, tratadas e posicionadas socialmente. O que advém de tal assertiva é uma nova fórmula do que seria a mulher universal.

A singularidade da bandeira apresentada pelo feminismo branco é um dos problemas mais latentes e se tornou pauta de diversas discussões atuais. Observando pela ótica do pensamento europeu, as mulheres deveriam basicamente olhar apenas para si e transcender os problemas das demais.

As mulheres das classes mais baixas e dos grupos mais pobres, mais especificamente as não brancas, não teriam definido a libertação das mulheres como a conquista da igualdade social relativamente aos homens,

uma vez que lhes é lembrado continuamente, nas suas vidas quotidianas, que nem todas as mulheres têm o mesmo estatuto social. (hooks, 2019, p. 15).

A luta feminista acaba por posicionar-se de forma excludente, onde apenas as problemáticas apresentadas pelo mínimo dominante passa a ser colocado como o problema macro. Para seguir com tal discussão, Akotirene tece comentários acerca dos discursos de Audre Lorde e Achille Mbembe que dispõe que:

[...] enquanto as mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas, que confessional e militarmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista-branco de valorização da vida e contra o aborto – que é um direito reprodutivo. [...] Nela, como é sabido, muitos se confundiram, seguiram a esmo metodológico o caminho do socorro epistêmico às mulheres negras acidentadas, múltiplas vezes, em avenidas identitárias. Daí não ter cabimento exigirem agência política para que se levantem sozinhas depois dos impactos da colonização, nem as tratem como a mãe preta, sobrenatural, matriarca, guerreira, que tudo aguenta e suporta. (AKOTIRENE, 2019, p. 16).

As mulheres brancas pertencentes à burguesia buscavam, nada mais, do que igualdade entre seus pares. As pautas abordadas eram estritamente voltadas para alcançar objetivos individuais e elitistas, constituídos por reivindicações de uma fração mínima da população.

A mulher universal é inconcebível. É irracional cogitar a construção de um perfil único, ora, pois tal pensamento desconsidera fatores históricos e culturais envoltos na construção da humanidade. Leila Lehnen (2015, p. 14) ao dissertar acerca do local de referência geográfico, que se estende ao cultural, uma narrativa única “Por sua vez pode desafiar a constituição e a dominação de uma narrativa nacional hegemônica, centrada em oposições como centro e periferia, dominante e subalterno, nacional e estrangeiro”. Constatando tamanha diversidade, outras pesquisadoras, escritoras e militantes adotaram vertentes paralelas do feminismo que possuem o objetivo de abordar as mais diferentes reivindicações das mulheres.

O movimento expandiu-se construindo uma espécie de subclassificação para dar apoio à pluralidade de mulheres. Considera-se que:

As mulheres não brancas que se sentem afirmadas dentro da atual estrutura

do movimento feminista (apesar de formarem grupos autônomos) também sentem que a sua definição de ideias e objetivos, quer relativamente ao feminismo negro, quer a outros problemas, é o único discurso legítimo. Em vez de encorajarem uma diversidade de vozes, o diálogo crítico e a polémica, procuram, tal como algumas mulheres brancas, reprimir a dissensão. No papel de ativistas e escritoras cujas obras são vastamente conhecidas, agem como se tivessem capacidade de avaliar se as vozes de outras mulheres devem ou não ser ouvidas. (hooks, 2019, p. 8).

Os aspectos apresentados desenvolvem-se de forma que se tornam excludentes. Observa-se que “A cor da pele, a textura do cabelo, as características faciais e outros aspectos físicos tornaram-se marcadores raciais de fato para distribuição de educação, emprego e outros bens sociais.” (BILGE e COLLINS, 2021, p. 20).

O negacionismo diante dos problemas sociais evidentes proporciona a aceitação de situações sociais normalmente inconcebíveis. Quando se propõe a não existência do sexismo, racismo, dentre outros tipos de pautas excludentes, acrescido da suposta liberdade nacional uma sociedade movida a inconsistência se forma. Observa-se que mesmo após a suposta libertação colonial, problematiza-se que “Se o regime Colonial foi rompido, não houve ruptura com as relações coloniais de poder, e por isso nosso feminismo também precisa questionar fortemente a concepção universalista de mulher.” (PETRONI, 2021, p. 14). Toda estrutura social foi moldada para e em prol do suporte dos indivíduos dominantes do poder.

Assim sendo, surge o denominado feminismo negro na terceira onda do movimento, o qual debate pautas que finalmente consideraram ações voltadas exclusivamente para as necessidades das mulheres negras. Considerando as diferenças, segundo coloca Djamil (2018, p. 47) “O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher”. As vidas das mulheres negras são atingidas com as piores formas de opressão e/ou mais violentas do que as sofridas pelas mulheres brancas.

Claro que o objetivo do presente texto não é a propagação do discurso de que “mulheres brancas não sofrem opressão”, o ponto exposto traz à tona a necessidade de articulação dentro do movimento para com as necessidades singulares das mulheres negras e a revelação de estruturas as quais acabam por perpetuar a

opressão. Observa-se que:

Existem muitas provas que comprovam a realidade de que a identidade racial e de classes cria diferenças na qualidade de vida, no estatuto social e no estilo de vida que prevalecem sobre a experiência comum partilhada pelas mulheres – diferenças que raramente são ultrapassadas. Os motivos que levam estas mulheres brancas, formadas e privilegiadas a nível material, com uma variedade de opções de emprego e estilo de vida ao seu dispor, a insistirem que "o sofrimento não pode ser medido" têm de ser questionados. (hooks, 2019, p. 4).

A “experiência comum”, por muitas vezes, leva a generalização da mulher, desconsiderados diversos fatores os quais influenciam diretamente a sua existência social. A moldura colocada em torno de todas as discussões apontadas anteriormente pelo feminismo, descartavam completamente a existência do corpo da mulher negra e as suas mais diversas vertentes significativas.

A interseccionalidade entra em pauta, formulando um assunto atual que se configura como um conjunto de sistemas relacionados a opressão, racismo, dominação e discriminação. Akotirene acrescenta que:

[...] a interseccionalidade permite as feministas criticidade política a fingir compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas à preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e as opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem. (AKOTIRENE, 2019, p. 24).

As vozes das mulheres negras foram durante muito tempo e ainda hoje são silenciadas. Atos os quais levaram a situação atual são justificados por uma falsa representatividade, que é uma pauta em alta nas discussões contemporâneas. Quando se disserta acerca do assunto, principalmente no Brasil, coloca-se como se as problemáticas acerca dos preconceitos e subordinações já tivessem sido superadas, quando a verdade é que os sistemas de opressão estão apenas camuflados. Ao se tratar das relações de interseccionalidade percebe-se que:

Nem toda mulher é branca, nem todo negro é um homem, nem todas as mulheres são adultos heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, vistas geografias do colonialismo limitarem as capacidades humanas. (AKOTIRENE, 2019, p. 28).

A primeira onda do feminismo no Brasil é datada no princípio do século XIX,

onde o nome de destaque foi o de Nísia Floresta que buscou abordar temas voltados para o direito ao voto e a aplicabilidade da mulher na vida pública (RIBEIRO, D., 2018), comentado anteriormente.

Em 1851, Sojourner Truth, mulher anteriormente escravizada, se tornou um dos marcos da luta feminista e uma das principais representantes negras do ainda não nomeado movimento. O famoso discurso “E não sou eu uma mulher?” questionava que os valores e comportamentos esperados das mulheres brancas não se encaixavam no que era esperado das mulheres negras. Djamila (2018, p. 52) acrescenta ainda que em dado momento histórico “Enquanto naquela época mulheres brancas lutavam pelo direito de voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas”.

[...] Sojourner Truth, raça impõe a mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido. Para mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vinde o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas cidades no não emprego expropriados: e de geração, infantil, porque deve fazer o que ambos -marido e patroa- querem, como se faltasse vontade própria e, o que é pior, capacidade crítica. (AKOTIRENE, 2019, p. 18).

Por não se encaixar nas reivindicações das mulheres brancas de classe média, as mulheres negras acabam por não se caracterizarem como mulheres? Ao excluir a mulher negra dos parâmetros esperados para as mulheres brancas, o feminismo acabou por desconsiderar outras mulheres que não se encaixam no padrão estabelecido.

Diversos fatores excludentes são objetos de manutenção para que eles permaneçam inertes e que o diálogo social continue com tons racistas e sexistas. Petroni apresenta questionamentos pertinentes relacionados a questão dos feminismos:

Com quais mulheres os femininos diversos dialogam? Que mulheres estão convencidas sobre a importância do feminismo? De que mulheres tratam os feminismos? Quais mulheres seguem ainda guetificadas e marginalizadas nos feminismos? (PETRONI, 2021, p. 13).

Observou-se a necessidade de conceber uma vertente feminista que, além de abordar o que seria o “básico” para todas as mulheres, tecessem estruturas as quais

embarcassem leituras pertinentes as mulheres negras e a outras diversas mulheres que não se encaixam nos padrões sociais estabelecidos como as mulheres lésbicas e transexuais, por exemplo. Não considerar os possíveis perfis existentes de mulheres acaba por conceber um retrocesso grave em relação às discussões feministas.

Uma vez que um número reduzido de mulheres conquistava o direito de seguir uma carreira e/ou estudar, alcançando a sonhada independência, as mulheres negras passavam a suprir suas tarefas domésticas. Ou seja, houve a abertura da educação e trabalho para as poucas mulheres que detinham condições financeiras e sociais para tal. As mulheres brancas conseguiram:

[...] transformar os seus interesses no principal objetivo do movimento feminista e utilizarem uma retórica de generalização que tornou a sua condição sinónima de "opressão" era um sinal do privilégio de raça e de classe das mulheres brancas da classe média, bem como uma expressão de liberdade das muitas restrições que o sexismo coloca às mulheres da classe trabalhadora. (hooks, 2019, p. 5).

A não reivindicação pelos direitos da trabalhadora doméstica, por exemplo, acabou por silenciar outras tantas vozes femininas que não se justapunham aos padrões. Segundo aborda Akotirene (2019, p. 22), “Os efeitos do capitalismo, racismo e sexismo marcam um ponto de vista feminista negro, reconhecendo as mulheres brancas como trabalhadoras companheiras antiescravocratas, não obstante, próximas do racismo.”.

Com a base histórica focada primordialmente nas mulheres brancas, o feminismo apresentava a luta por uma igualdade excludente. A percepção da pluralidade fez com que todas as pautas feministas fossem reavaliadas. A considerada “segunda onda do feminismo”, começou a busca por compreender a diversidade de identidades femininas silenciadas até o momento. Começou-se a discorrer sobre o feminismo negro (pauta protagonizada por mulheres negras), iniciando-se com a fundação da *National Black Feminism*, segundo Djamila (2018). Acrescenta-se a discussão a fala de Saffioti quando a autora pontua que:

Sexismo e racismo são irmãos gêmeos. Na gênese do *escravismo* constava um tratamento distinto dispensado a homens e a mulheres. Eis por que o

racismo, base do escravismo, independentemente das características físicas ou culturais do povo conquistado, nasceu no mesmo momento histórico em que nasceu o *sexismo*. (SAFFIOTI, 2015, p. 132).

O racismo logo se faz presente e é um dos pontos mais importantes a ser discutido, já que a mulher negra não é referenciada somente no que tange o sexismo. É inquestionavelmente concluído que “[...] a vida das mulheres negras no trabalho, na família e na economia era moldada por gênero, raça e sexualidade.” (BILGE e COLLINS, 2021, p. 16) e ainda é adaptada para tal.

A indissociabilidade de gênero, raça e classe gera a discussão acerca da importância de se discutir acerca da interseccionalidade. O estudo de tal termo abrange:

Teoria, metodologia e instrumento prático, a interseccionalidade revela o ciclo lunar da militância encabeçada pelas intelectuais negras, numa diversidade de marés na história do feminismo, rejeita a brancura das ondas feministas que não passaram experiências da colonização e nem sequer compuseram o projeto intelectual emocionado, Manifesto de força teórica negra, sem estar presa as correntes eurocêntricas e saberes narcísicos. (AKOTIRENE, 2019, p. 22).

Devido a construção histórica, a mulher negra é por diversas vezes desconsiderada dentro das significações feitas sobre o que é ser mulher num país em desenvolvimento, recém-liberto da escravatura e de cunho conservador, como é o caso do Brasil. Como Akotirene (2019, p. 21) traz em sua narrativa que “Antes de serem estadunidenses, as feministas eram/são negras e refletem experiências pós-coloniais nas águas atlânticas como nós, suas irmãs de barco, noutra América.” o mesmo acontece com as mulheres brasileiras.

Dissociar o racismo estrutural, capitalismo e cisheteropatriarcado é irreal. Todos esses âmbitos estão envolvidos nos processos discriminatórios os quais as mulheres negras e pobres são os principais alvos e a interseccionalidade vem à tona para discutir esses aspectos. Djamila (2018, p. 123) cita também que “Raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, porque são indissociáveis”, reafirmando a discussão.

No Brasil tal conjuntura se aplica. Mesmo após a “libertação” dos escravizados, os vestígios do sistema escravocrata se fazem presentes atualmente.

Claro que a escravatura moderna se dá de forma, muitas vezes velada, de atitudes ou até mesmo em forma de políticas públicas voltadas para a subordinação da comunidade negra brasileira. Como exemplo observa-se que no Brasil foi utilizado de um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2006) que tem, dentre outros: a igualdade de gênero, raça e etnia; o pleno exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais para distintos grupos de mulheres; o equilíbrio de poder entre mulheres e homens, em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais; o combate às distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres.

Nesse sentido, os movimentos feministas brasileiros ainda estão sendo criados e/ou se adequando. Na década de 90, Sueli Carneiro destacava que:

[...] o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. Isso se torna mais dramático no mercado de trabalho, no qual mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo da “boa aparência”, cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras.” (CARNEIRO, 2015, p. 112).

O que se percebe é que todo um sistema está se movimentando em prol da manutenção da não ascensão social das mulheres negras construindo uma identidade feminina racializada e marcada pelo racismo estrutural. O que Sueli afirma a 20 anos atrás ainda se faz presente nas discussões acerca do feminismo negro. Djamila (2018, p. 27) disserta que “Quando discutimos identidades, estamos dizendo que o poder deslegitima umas em detrimento de outras.”, logo vale reforçar que o movimento feminista se baseava em reivindicações as quais não abrangiam todas as mulheres como era pregado.

Ao acessar o livro de Friedan, *The Feminine Mystique* (1963), observa-se a exclusão das mulheres negras pobres das reivindicações indicadas como viáveis para as mulheres. Acerca dessa obra, bell hooks discorre que:

Embora muitas mulheres desejassem ser donas de casa, só as mulheres com tempo livre e dinheiro podiam verdadeiramente formar as suas identidades segundo o modelo da mística feminina. Eram mulheres a quem, nas palavras de Friedan, havia sido “dito pelos pensadores mais avançados

dos nossos tempos para viverem as suas vidas, novamente, como Noras, confinadas pelos preconceitos vitorianos à casa de bonecas." (hooks, 2019, p. 2).

A obra de Friedan desconsiderou grande parte da população estadunidense, que era constituída de mulheres negras e pobres, as quais não teriam condições de edificar uma vida a partir do modo sustentado pela autora. Ao refletir acerca dos aspectos envolvidos para que realmente existisse a libertação das mulheres dos seus afazeres, conclui-se que as mesmas deveriam ser substituídas, já que as tarefas ainda sim precisam ser cumpridas. A solução apresentada foi a terceirização do seu trabalho, dos afazeres domésticos e maternos. Enquanto algumas mulheres passaram a ocupar gradativamente seu espaço de direito, outras tantas foram compelidas a suprir seus papéis domésticos, definidos pelo patriarcado. No Brasil:

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos. (CARNEIRO, 2015, p. 120).

Claro que a crítica a obra de Friedan é pertinente, porém não se deve esquecer o local de fala da escritora. A obra foi um marco para a propagação da literatura feminista e deve ser analisado de forma a qual se identifique os seus pontos positivos e negativos. hooks acrescenta ainda que:

Assim como Friedan, hoje em dia, as mulheres brancas que dominam o discurso feminista raramente se questionam se o seu ponto de vista relativamente à realidade das mulheres é ou não verdadeiro, tendo em conta as experiências vividas pelas mulheres como um grupo coletivo. Também não compreendem em que medida os seus pontos de vista refletem preconceitos de raça e classe, embora, nos últimos anos, tenha havido uma maior sensibilização em matéria de preconceitos. Existe um grande número de obras de feministas brancas em que o racismo está presente, o que apoiou, assim, a supremacia branca e negou a possibilidade de as mulheres se unirem politicamente para além das fronteiras étnicas e raciais. A ligação entre raça e classe foi suprimida pelas feministas que se negaram a chamar a atenção para as hierarquias raciais e a atacá-las. (hooks, 2019, p. 2).

Por um lado, o livro foi relevante para o início de questionamentos acerca dos direitos das mulheres, mas por outro ele apenas concretizou os processos de apagamento histórico das mulheres negras. O feminismo surge com a base

primordial voltada para o fortalecimento da supremacia branca em detrimento, mais uma vez, da exploração dos negros, ou como no caso, das mulheres negras.

Socialmente a mulher negra foi utilizada como alicerce para que as mulheres brancas pudessem adquirir os seus direitos tão cobiçados e “ Contrariando o que está posto, o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global.” (AKOTIRENE, 2019, p. 16).

Quando uma hierarquia social é estabelecida, observa-se que o homem branco heterossexual ocupa o topo da pirâmide. Logo abaixo a mulher branca, heterossexual aparece e adquire certos privilégios devido a sua colocação hierárquica. Na camada seguinte o homem negro heterossexual. Na base encontra-se a figura da mulher negra sustentando toda a pirâmide. Abaixo ainda da base temos as mais diversificadas classificações de mulheres, considerando as mulheres negras transsexuais, lésbicas, bissexuais, assexuais, dentre outras. Eventualmente, várias vertentes dentro do próprio movimento negro foram levantadas durante os anos e diversas pautas para discussões, principalmente na contemporaneidade. O que por muitas vezes fica oculto é que “[...] o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas as experiências apenas do homem negro.” (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Visto que existem teorias diversas a respeito da pirâmide social exposta, alega-se que homens e mulheres negras não estão no mesmo patamar social. Por conseguinte, observa-se que dentro do próprio movimento negro (que teve inicialmente sua pauta antiescravocata e mais tarde antirracista destacada) existem falhas as quais levam os indivíduos envolvidos a tratarem as mulheres negras como inferiores reforçando assim o local de base ocupado.

Ora, percebe-se que as mulheres negras além de lutar contra estratégias racistas dentro do próprio movimento sofrem com o seu gênero. Entende-se que:

Porque grupos historicamente discriminados – como mulheres, negros e mulheres negras – carregam estigmas e estereótipos criados pelo machismo e pelo racismo. Como diz a historiadora Joan Scott em “O enigma da igualdade”, “como objeto de discriminação, alguém é transformado em estereótipo”. (RIBEIRO, D., 2018, p. 55-56).

Perante tais fatos a discussão leva a outra gama de questionamentos os quais compreende-se que a luta da mulher negra é dificultada pelo racismo e sexismo. Diante disso:

Diferentemente das brasileiras brancas, a população brasileira negra de todos os sexos e gêneros teve de criar uma identidade política coletiva como "negra" para construir um movimento social anti-racista que mostrasse os efeitos do racismo antinegro. (BILGE e COLLINS, 2021, p. 22).

A não representatividade, e tantos outros aspectos envoltos ao gênero feminino, ao não serem abordados podem gerar a supressão ou apagamento de pautas extremamente necessárias. A necessidade da criação de um movimento social que combata o racismo demonstra o quanto as concepções sociais estão deturpadas. Além disso, a soma do racismo e sexismo cria outro grande problema que não costumava entrar em pauta. Mediante tal assertiva, Sueli Carneiro destacou que:

[...] constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2015, p. 118-119).

As mulheres brancas começaram a adquirir minimamente seus direitos a custo de terceirizar as suas incumbências para as mulheres negras. O efeito é a transposição de seus respectivos papéis para as mulheres negras de baixa renda, cujo a principal (por muitas vezes única) fonte de renda eram os serviços domésticos prestados para as famílias mais ricas.

Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, "abrem" a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas. Geralmente, viajam por longas horas de manhã cedo ou tarde da noite. Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma interseção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam

possam trabalhar, praticar esporte e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas. (VERGÈS, 2020, p. 12).

Durante o período colonial uma das atividades incumbidas das mulheres escravizadas era cuidar dos filhos dos donos da casa-grande e hoje, após mais de 130 anos de “abolição”, o mesmo sistema continuou de forma maquiada. Mesmo mudando a nomenclatura, as mulheres negras continuaram por cuidar da casa e dos filhos das mulheres brancas a troco de salários miseráveis e de condições precárias de trabalho. A conversão do colonialismo para o neocolonialismo onde “Esse é um colonialismo que visa a controlar políticas e recursos, em vez de ganhar posses territoriais” (FEDERICI, 2019, p. 178).

É injusto e injustificável que uma minoria social detenha a maioria dos recursos disponíveis, enquanto uma maioria dispõe do mínimo para sobrevivência. As circunstâncias são postas de forma a abastecer critérios de coação para que apenas as necessidades da burguesia venham a ser supridas. O mesmo que ocorreu na França durante a Revolução Francesa, pode ser aplicado para acrescentar a discussão quando se entende que:

[...] o monopólio de tomada de decisão por parte dos ricos, em princípio por sua natureza antidemocrática, mas também por suas consequências concretas. Os ricos querem que o sistema se reestabeleça, que o lucro seja restaurado; eles forçam os pobres a não atrapalhar essa ‘retomada’, mesmo que ela agrave a desigualdade; eles afirmam que os mais pobres também terão vantagens no longo prazo, como consequência do êxito dos mais fortes”. (VERGÈS, 2020, p. 12).

Os projetos institucionais sugeridos e/ou aplicados pelo governo por muitas vezes escondem uma suposta igualdade social onde o verdadeiro objetivo é mascarar a real intenção. Em suma, a ideia é criar estratégias de mão de obra barata a fim de monetizar todo o sistema e gastar o mínimo possível mantendo o sistema capitalista operante. Mesmo com várias reivindicações sendo alcançadas:

A cada novo 8 de março, Dia Internacional da Mulher, celebra-se o contínuo crescimento da presença feminina no mundo dos negócios, nas esferas de poder, em atividades secularmente privatizadas pelos homens, e, em geral, omite-se o fato de as negras não estarem experimentando a mesma diversificação de funções sociais que a luta das mulheres produziu. (CARNEIRO, 2011, p. 110).

O Instituto Humphrey de Questões Públicas, traz dados que mostram que:

[...] "enquanto as mulheres representam 50% da população mundial, elas cumprem quase dois terços do O TRABALHO total das horas de trabalho, recebem apenas um décimo da renda mundial e possuem menos de 1% das propriedades". O "Relatório da Conferência Internacional das Nações Unidas para a Década das Mulheres" corrobora o fato. Quando são consideradas as tarefas domésticas, "as mulheres de todo o mundo acabam trabalhando o dobro de horas dos homens". (WOLF, 2020, p. 43).

A disparidade de presença de mulheres negras em posição de poder em detrimento às mulheres brancas é nítida. Mesmo o atual vice-presidente da república Hamilton Mourão (MAZUI, 2020) alegando que "No Brasil, não existe racismo" após o assassinato de João Alberto Silveira Freitas numa das unidades do Carrefour em Porto Alegre no ano de 2020. O vice ainda foi indagado novamente pelos repórteres sobre a sua afirmação e novamente confirmou "Não, eu digo para você com toda a tranquilidade: não tem racismo aqui".

Um dos dados que mostram a divergência entre a afirmação de Mourão e a realidade pode ser notada "Quando empregadas, as mulheres negras ganham em média metade do que ganham as mulheres brancas e quatro vezes menos do que os homens brancos. A porcentagem de atividades econômicas é apresentada (figura 1) por sexo e raça apresentada pelo IBGE (2018):

Figura 1 - Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Observa-se diante dos dados apresentados que no ano de 2016 a maioria dos trabalhos domésticos eram executados por mulheres. Já a assertiva da diferença de rendimentos com base no gênero mensal, mesmo após a criação de estatutos para o desenvolvimento da igualdade de gênero, é discrepante quando analisados os salários de homens e mulheres.

A divergência entre o que é pregado e a realidade é latente, por um lado um país que em seu governo afirma que não existe racismo e que as políticas afirmativas são desnecessárias, expõe mais uma vez a existência do negacionismo. Observa-se que:

As mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina. (CARNEIRO, 2011, p. 112).

O principal objetivo do sistema capitalista é a acumulação de bens através da

exploração de pessoas marginalizadas. Observa-se que “[...] a admiração e a valorização das características físicas e dos padrões de “beleza” dos povos europeus é também um indicador de quais indivíduos e grupos são considerados os ocupantes naturais de lugares de poder e destaque.” (ALMEIDA, 2020, p. 76).

O questionamento da mulher universal é colocado por terra quando se observa a discrepância dos discursos com a realidade. Segundo o IBGE (2021), houve um aumento significativo da população que se autodeclara negra, de 53% em 2012 para 56,1% em 2021. A situação contrária ocorreu com os brasileiros que se declaravam brancos, em 2012 contavam com 46,6% da população e agora a porcentagem está em 23%. Por um lado, a nação é majoritariamente negra, mas a mesma é administrada por uma minoria branca detentora do poder.

O descrédito das reivindicações das mulheres negras é consequência da intersecção complexa do sistema moderno, atravessado por discriminações de raça e de gênero, no qual o letramento interseccional de Kimberlé Crenshaw conclui que a interseccionalidade pode fornecer os meios para lidar com outras marginalizações também. (AKOTIRENE, 2019, p. 41).

Desta maneira observa-se que o debate em relação aos processos envolvidos na construção dos papéis sociais destinados às mulheres, sobretudo da mulher negra, necessita ser reformulados de forma as quais as mulheres construam as suas próprias narrativas. Djamila Ribeiro (2018, p. 7) acrescenta que “Pensar sobre feminismo negro é pensar projetos democráticos.”, daí surge a importância de se pensar em uma representatividade política e ruptura com as estruturas de poder vigente.

Quando as reivindicações acerca dos direitos da mulher perpassam somente pelas demandas de uma pequena parte, essa passa a ser incoerente e excludente. A consciência de que “O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz a representação às especificidades existentes no ser mulher.” (RIBEIRO, D., 2018, p. 47) possibilita a compreensão dos mais diversos eventos relacionados a forma esperada do “ser mulher”.

A exclusão de uma grande parte das mulheres é o que faz essas e tantas outras vertentes se tornarem tema de diversos debates na atualidade. O racismo

estrutural se dá como um dos principais causadores dos problemas explicitados neste capítulo e, por isso surge a necessidade de se fazer um recorte do mesmo no próximo tópico associando a presença da mulher negra na sociedade brasileira. Este e tantos outros trabalhos que estão sendo feitos a fim de legitimar e registrar a luta das mulheres negras para reivindicar o seu lugar de direito social.

CAPÍTULO 2 – CONTEXTO BRASILEIRO: RACISMO ESTRUTURAL E INTERSECCIONALIDADE

O racismo é um sistema de dominação, exploração e exclusão que exige a resistência sistemática dos grupos por ele oprimidos, e a organização política é essencial para esse enfrentamento.

Sueli Carneiro

Dando continuidade à discussão, compreende-se que atualmente muito se discute acerca da influência de marcadores raciais em detrimento da pregada meritocracia pelos indivíduos detentores de poder social. Apesar de ser uma pauta constantemente abordada em debates observa-se que, segundo Almeida (2020), os marcadores raciais são fatores determinantes para a propagação da desigualdade, tendo-o ligado diretamente com a desigualdade econômica. Djamila (2018, p. 71) coloca que “Racismo é um sistema de opressão que vai além de ofensas, negando direitos”.

O primeiro ponto crucial para dar-se início ao debate é a compreensão da definição de raça. O Doutor Kabengele Munanga, em seu artigo *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia* Almeida (2004), descreve cronologicamente a definição do termo “raça”. Segundo a autora, a necessidade de classificação existente no ser humano é um dos fatores que contribuíram para a criação do termo, que mais tarde passou a se formar uma ação de hierarquização racial.

No século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d'água entre as chamadas raças. Por isso, que a espécie humana ficou dividida em três raças estancas que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. (MUNANGA, 2004, p. 3).

Claro que as características visuais utilizadas para a classificação das raças assumem caráter plausível a partir da análise de características físicas específicas dos indivíduos. É observável, por exemplo, que a quantidade de melanina influencia diretamente na coloração da pele do ser humano, mas essa constatação não atribui valores relevantes para se classificar superioridade ou inferioridade de indivíduos.

Durante esse trajeto observa-se que:

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. (ALMEIDA, 2020, p. 24-25).

A raça não é definida por um termo estático, pois pode ser determinada por fatores históricos e sociais díspares. Por vezes o termo é utilizado de forma depreciativa, utilizando da raça como forma de segregação. O termo insultuoso acaba por desenvolver uma problemática que está diretamente ligada ao racismo.

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2020, p. 32).

A errônea ideia de superioridade de determinadas raças resulta na divisão social dos indivíduos, desconsiderando as suas possíveis contribuições para a comunidade em que estão inseridos. O sistema escravocrata implantado no Brasil trouxe homens, mulheres e crianças para suprir as necessidades da exploração do país pelos portugueses. Desde que se iniciou uma posição de servidão por aqueles indivíduos mesmo após a assinatura da Lei Áurea em 1888.

O racismo institucional surge para dar forma a distinção racial implantada socialmente. Essa segregação alcança diversos âmbitos sociais, podendo interferir nas condutas institucionais, culturais e históricas e fazendo com que determinado grupo tenha privilégios em detrimento de outros.

Observa a existência de dois tipos de racismos: o consciente, que resulta em práticas de discriminação, preconceito e violência quando o indivíduo está ciente do que está perpetrando; o racismo inconsciente, advém da ideia de que a discriminação já está tão enraizada que inconscientemente a sociedade acaba por reproduzir tais atos desconsiderando as vítimas. Pode-se considerar que as “As instituições são racistas porque a sociedade é racista.” (ALMEIDA, 2020, p. 47).

No Brasil, por exemplo, observa-se que:

O conceito expandido pelo Brasil como nação unificada e uniracial faz parte do projeto de apagamento da identidade dos indivíduos. Durante vários momentos da história do planeta, percebe-se que ações como os eventos envolvidos a Segunda Guerra Mundial em relação ao projeto constituído e aplicado pelos nazistas ao alegarem a superioridade racial e fazendo disso uma justificativa plausível para a aplicação política de justificando o genocídio. (ALMEIDA, 2020, p. 31).

O questionamento que se faz pertinente a ser feito é de que como uma memória coletiva passa a ser:

[...] “verdade” dentro de uma sociedade? Observa-se então que “A ideologia nacionalista é central para a construção de um discurso em torno da unidade do Estado a partir de um Imaginário que remonte à origem ou a uma identidade comum. (ALMEIDA, 2020, p. 99).

Para que tal argumento ocupe o posto de verdade absoluta, o sentimento de nacionalismo é incentivado de tal forma que passa a naturalizado onde os geradores não refletem mais sobre os fatores sociais os quais fizeram chegar até ali. Assimilar que:

O povo não e nem o princípio nem o fim da narrativa nacional; ele representa o tênue limite entre os poderes totalizadores do social como comunidade homogênea, consensual, e as forças que significam a interpelação mais específica a interesses e identidades contenciosos, desiguais, no interior de uma população. (BHABHA, 1998, p. 207).

Compreende-se que “O nacionalismo preenche as enormes fissuras da sociedade capitalista, afastando a percepção acerca dos conflitos de classe, de grupos e, em particular, da violência sistemática do processo produtivo.” (ALMEIDA, 2020, p. 99-100).

O negacionismo difundido no Brasil acerca da existência do racismo é um ato de apagamento histórico. Quando o legado colonial é venerado, destacando majoritariamente os possíveis benefícios atingidos pelo Brasil, vê-se que:

O nacionalismo é o solo sobre o qual indivíduos e grupos humanos renascem como parte de um mesmo povo, no interior de um território e sob poder de soberania. Haverá a destruição, a dissolução e a incorporação de tradições, costumes e culturas regionais e particulares que, eventualmente, entrarão em choque com o Estado-nação. Daí é possível concluir que a nacionalidade, que se manifesta como "orgulho nacional", "Amor à pátria", "espírito do povo", é resultado de práticas de poder e de dominação convertidas em discursos de normalização da divisão social e da violência praticada diretamente pelo estado, ou por determinados grupos sociais que

agem como o beneplácito estatal. (ALMEIDA, 2020, p. 100).

O sentimento de pertencimento projetado para que os cidadãos sintam orgulho de algo que na verdade os prejudica, se dá através da distorção de fatos apresentados à população e de que forma são expostos. Quando se discute acerca do assunto, observa-se que da mesma forma “[...] que o nacionalismo cria as regras de pertencimento dos indivíduos a uma dada formação social, atribuindo-lhes ou reconhecendo-lhes determinada identidade, pela mesma lógica, também cria regras de exclusão.” (ALMEIDA, 2020, p. 102).

Claro que as regras de exclusão, por muitas vezes, apresentam-se de forma camuflada e proporcionam a dificuldade de aceitação das comunidades subalternizadas. Esses e outros processos políticos são sustentados para que os detentores do poder mantenham sua posição social. Djamilia (2018, p. 35) acrescenta que “Continuar no achismo apesar da desigualdade latente sendo mostrada é concordar com essa desigualdade. Negar a existência de fatos sociais e ridicularizar lutas históricas por equidade não é dar opinião, é compactuar com a violência.”.

Pode-se citar, por exemplo, a imagem do Brasil no mundo. Percebe-se que “A reputação internacional do Brasil como democracia racial está intimamente ligada à objetificação sexual de mulheres de origem racial mista como a essência da brasilidade.” (BILGE e COLLINS, 2021, p. 20). A aclamada mestiçagem pregada é um exemplo da maquiagem racial que é uma das características propagadas sobre os brasileiros. Tal discurso salienta que a mestiçagem é algo positivo, desconsiderando os eventos predecessores, reprimindo as raízes exploratórias de tal processo e a evidenciação das consequências.

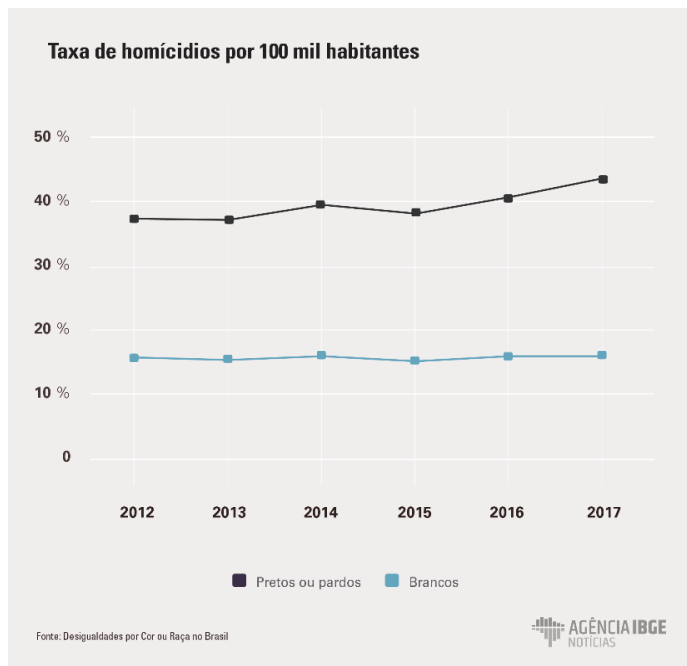
Ao mesmo tempo que se vangloria e exalta a etnicidade branca europeia, se exclui a parte da população que não se enquadra na mesma. Vangloriar-se sobre a divergência racial dos cidadãos não faz com que os mesmos sejam aceitos em locais de poder. A falsa aceitação é feita em prol da manutenção da supremacia branca, onde indivíduos mesmo classificados como mestiços, ainda encontram dificuldades. Para fomentar a discussão observa-se a exclusão social determinada por fatores raciais atrelados a classe. O pouco acesso a postos de poder público é um exemplo

significativo do racismo estrutural. Sabe-se que “Os eventos da Segunda Guerra Mundial e o genocídio perpetrado pela Alemanha nazista reforçaram o fato de que a raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico.” (ALMEIDA, 2020, p. 31).

Mesmo com um país constituído majoritariamente por indivíduos pretos, o Estado concede benefícios os quais favorecem uma minoria branca e converte o discurso de “minoría” para uma maioria indubitável. Segundo o IBGE (2018), 43,1 % da população brasileira se declara branca, 9,3% preta, 1,1% indígena/amarela e 46,5% se declaram pardos.

Ao acessar os dados de violência no Brasil obtém-se a informação de que a maioria dos homicídios, acessando dados de 2017, são de jovens negros com 43,4 homicídios para 100 mil habitantes. Petroni (2021, p. 13) coloca que “Nosso feminismo não pode ignorar que no Brasil mais de 30 mil jovens são assassinados por ano mais de 70% deles são negros e pobres. As mães têm sua vida e alegria interrompidas.”. Verifica-se a seguir, figura 2, a taxa de homicídios no Brasil entre os anos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017:

Figura 2 - Taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes no Brasil.



Fonte: IBGE

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/images/agenciadenoticias/estatisticas_sociais/2019_11/corraca

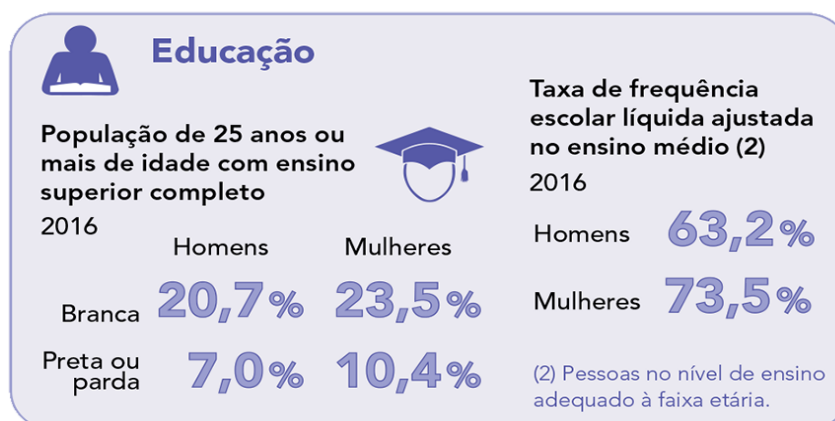
violencia-01.png

O racismo estrutural existe e está incrustado na sociedade brasileira como uma doença terminal. Tal regime afeta de forma pior as mulheres negras. Enquanto a taxa de mortalidade de corpos brancos se mantém, o assassinato de pessoas negras aumenta a cada ano.

Filtrando ainda mais esses dados, segundo o IBGE (2019) a população brasileira é composta de 51,8 % de mulheres. Essa “minoría”, estatisticamente ocupa os maiores índices de mortalidade, desemprego e analfabetismo no país. O mapa da violência demonstra através de dados recolhidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) referente ao ano de 2021, 66% das mulheres assassinadas no Brasil são negras. Transpondo os dados a compreensão de que dentre os anos de 2012 e 2017 houve um aumento relevante da taxa de mortalidade de mulheres negras, mais de 50% dos assassinatos as tinham como vítimas. Fazendo comparação com o censo de 2009 a taxa era menor, contando com 48,5% do total de mulheres assassinadas.

Quando se destaca o acesso à escolarização entra-se em outro dado ostensivo é a discrepância da taxa de escolarização quando cruza-se os dados entre mulheres e homens. Segundo a figura 3 (referente ao ano de 2016), mesmo ocupando a maior taxa de frequência, o acesso à educação superior acaba sendo menor quando 20,7% dos homens conseguem finalizar os estudos, 10,4% de mulheres negras ou pardas conseguem o mesmo.

Figura 3 - Níveis de escolarização.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

É notório que o sistema é excludente. Mesmo obtendo uma maior parte da população composta entre negros ou pardos, quando se fala em acesso à educação a maior parte é destinada aos brancos. Por outro lado, ao se analisar a quantidade de assassinatos os números são contrários, maior parte da população assassinada é de negros e pardos. Os dados também dão suporte a afirmação de Almeida (2020, p. 61-62) alegando que “De fato, negros e negras são considerados o conjunto da população brasileira, apresentam menor índice de escolaridade e, sim, o sistema político e econômico privilegia pessoas consideradas brancas.”.

Tais ações destacam numericamente o poder que o Estado possui e usa implantando políticas públicas que mascaram e justificam-se de forma a negar a existência do racismo. A pauta da meritocracia é levantada de forma a justificar a não ascensão social dos habitantes negros.

A pregada meritocracia que “[...] alude ao ideal de um ambiente meritocrático, em que os indivíduos possam empreender livremente e concorrer entre si.” (ALMEIDA, 2020, p. 161), desconsidera os aspectos sócio históricos característicos da formação da sociedade. O Brasil teve sua história marcada pela exploração e comercialização de seres humanos como forma de acumulação de capital, através do tráfico Atlântico.

A meritocracia se manifesta por meio de mecanismos institucionais, como os processos seletivos das universidades e os concursos públicos. Uma vez que a desigualdade educacional está relacionada com a desigualdade racial, mesmo nos sistemas de ensino públicos e universalizados, o perfil racial dos ocupantes de cargos de prestígio no setor público e dos estudantes nas universidades mais concorridas reafirma o imaginário que, em geral, associa competência e mérito a condições como branquitude, masculinidade e heterossexualidade e cishnormatividade. Completam o conjunto de mecanismos institucionais meritocráticos os meios de comunicação – com a difusão de padrões culturais e estéticos ligados a grupos racialmente dominantes – e o sistema carcerário, cujo pretenso objetivo de contenção da criminalidade é, na verdade, controle da pobreza e, mais especificamente, controle racial da pobreza. (ALMEIDA, 2020, p. 81-82).

A tão aclamada definição torna-se uma falácia quanto à tomada como justificativa da não ascensão social de indivíduos pretos. O termo consiste em apresentar o indivíduo como responsável pelo seu sucesso ou seu fracasso,

ignorando completamente os fatores econômicos e/ou sociais. Percebe-se que:

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial. (ALMEIDA, 2020, p. 82).

Ainda hoje a influência desses e outros fatores é perceptível e resulta na reprodução e propagação do racismo. Concepções enraizadas desde a invasão do Brasil se seguem e, conseqüentemente, passam a consagrar-se através da cultura do dominador, disseminando ações as quais contribuem para a manutenção de atitudes e leis racistas. Segundo Almeida, são:

Muitas das justificativas para escravidão, e para o racismo que a amparava ideologicamente, tinha como base a ideia de uma ordem natural que "fundamentava fechar" a escravidão de determinados povos e a superioridade de outros portanto, leis positivas que amparavam a escravidão nada mais faziam do que espelhar uma ordem já determinada pela "natureza das coisas", por "Deus" ou pela "razão". (ALMEIDA, 2020, p. 132).

Lélia Gonzalez (2018) também dissertou acerca da normalização do racismo na sociedade brasileira, onde o negro é colocado automaticamente em local de subalternidade.

A naturalização da miséria, da baixa escolaridade e da marginalização do negro é evidente e tais dados conseqüentemente "confirmam" a suposta veracidade dos discursos propagados. Gonzalez em seu texto descreve que o discurso comumente disseminado em prol da minimização do problema consiste na construção de algumas perguntas:

Racismo? No Brasil? Quem disse isso? Isso é coisa de americano. Não há diferença aqui porque somos todos, acima de tudo, brasileiros, graças a Deus. O preto aqui é bem tratado, tem os mesmos direitos que nós. Tanto que, quando se esforça, sobe a vida. Conheço um médico; muito educado, culto, elegante e com características tão finas. Nem parece preto.

(GONZALES, 2018, p. 568, tradução nossa³).

Atualmente observa-se a ascensão do movimento que visa a deslegitimar o racismo na sociedade brasileira. Quando uma minoria que está no poder passa a testificar a não presença de determinada particularidade social os cidadãos alienados passam a acreditar e propagar tal discurso. Logo “Necessitamos compreender o cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, como modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade.” (AKOTIRENE, 2019, p. 31).

Uma sociedade em que se busca dissociar as pautas comuns entre raça, classe e gênero, cria uma população majoritariamente conservadora, avessa a processos de reparação histórica, lutas sociais e transformações estruturais com vistas à equidade e justiça. Sendo assim os traços conclusivos para que as divergências raciais fossem impostas foram estabelecidos, mesmo que posteriormente de forma velada. Percebe-se que:

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações. E a escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes. (ALMEIDA, 2020, p. 65).

O imaginário social foi moldado a agradecer de certa forma pela conquista e implantação da cultura do outrem, já que a mesma era considerada, pelos próprios invasores da terra, mais “desenvolvida” comparada às culturas nativas/tradicionais. Outros pontos que são expostos como um diferencial atribuído à brasilidade é quando se é colocada a diversidade étnica do Brasil. Nesse sentido, é “[...]”

³ ¿Racismo? ¿En Brasil? ¿Quién lo dijo? Eso es cosa de americanos. Acá no hay diferencia porque todos somos sobretudo brasileños, gracias a Dios. El negro aquí es bien tratado, tiene los mismos derechos que nosotros. Tanto es que, cuando él se esfuerza, escala en la vida. Conozco uno que es doctor; muy educado, culto, elegante y con unos rasgos tan finos. Ni parece negro.

importante ressaltar que a miscigenação muitas vezes louvada no país também foi fruto de estupros cometidos contra elas. Essa tentativa de romantização da miscigenação procura escamotear a violência.” (RIBEIRO, D., 2018, p. 177). A romantização da miscigenação coloca o movimento exploratório numa posição extremamente incoerente com a realidade. Entende-se que esse processo se deu por:

Muitas vezes isso aconteceu à força, sendo que os estupros eram comuns naquele tempo. Ao homem português era dado o direito de usufruir da vida de todos os habitantes da colônia. Esse direito ocorria devido à sua condição de “senhor” da família patriarcal. Aliás, é oportuno explicitar aqui que família vem da palavra latina “famulus” que significa escravos domésticos de um mesmo senhor: mulheres, filhos, crianças, escravos, terras, etc. Eram “bens” pertencentes ao poder dito na época “naturalmente” construído ao deleite do gênero masculino. (RIBEIRO, A., 2007, p. 2).

A aclamada mistura de raças é resultado de violação e processos escravizadores. Saffioti (2015, p. 31) traz que “[...] a sociedade brasileira não tolera mesmo a união entre ascendentes e descendentes”, admitindo que o fruto dessa união resulta na autenticidade de fatores biológicos em detrimento de discursos supostamente culturais.

A deslegitimação das propostas conquistadas através de ações afirmativas é utilizada como forma de minimizar o racismo cultural presente no Brasil. A discrepância da vivência de homens e mulheres negros é nítida e é atacada em todas as esferas sociais. A articulação em relação à meritocracia é uma das principais justificativas para a retirada das ações afirmativas. Considerar que brancos e negros socialmente podem sair da mesma marca e ter as mesmas oportunidades de alcançar sua ascensão social. Compreende-se que:

[...] no Brasil as ações afirmativas patinam em um debate escapista, fundado na defesa da suposta meritocracia, que esconde o desejo de permanência do status quo, o qual, historicamente, produz privilégios, além de reproduzir e ampliar as desigualdades raciais e retardar o desenvolvimento. (CARNEIRO, 2011, p. 26).

A negação da existência do racismo está posta como forma de mascarar a manutenção da pretensa/suposta/mentirosa supremacia branca. A comparação com países os quais sistema de cotas raciais não foram implantadas são constantemente

utilizados como exemplos do suposto sucesso do combate antirracista. Tal vertente desconsidera os processos sócio-históricos que influenciaram na construção do país e em como a abolição da escravatura se deu.

Com a escassez de articulação para integrar os escravizados socialmente as ações afirmativas entram para de alguma forma tentar reverter esse processo e “Elas têm sido praticadas para atender a diferentes segmentos da população que por questões históricas, culturais ou de racismo e discriminação foram prejudicados em sua inserção social e participação igualitária no desenvolvimento desses países. (CARNEIRO, 2011, p. 25).

A necessidade da discussão acerca do que leva à defasagem da distribuição de renda precisa ser destacada, já que está intimamente ligada a fatores sociais determinantes do destino de parte da população. Percebe-se que:

[...] a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2020, p. 39-40).

A escravidão foi justificada a partir do discurso implementado da suposta inferioridade dos povos africanos e indígenas, os quais não mantinham um sistema de vida baseado na vertente europeia de sociedade e no modo capitalista de produção. Essa constatação aparece como justificativa para a atuação dos europeus a respeito da escravização de povos os quais obtinham um modo vivente diferente, classificando de forma inferiorizada. Todas as raças/etnias e sociedades divergentes do “homem civilizado” europeu eram consideradas inferiores. Observa-se isso quando é considerado que:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. (QUIJANO, 2005, p. 126).

O imperialismo proporcionou a modificação e conseqüentemente alteração

dos corpos humanos em moeda de troca do capital. Os vestígios imperialistas percorrem toda a sociedade e:

A ética da sociedade ocidental inspirada no imperialismo e no capitalismo é pessoal ao invés de social. Ensinam-nos que o bem individual é mais importante do que o bem coletivo, ou seja, que a mudança individual é de maior importância do que a mudança coletiva. (hooks, 2019, p. 23).

Constituindo assim um dos processos desumanos. Apesar de se estabelecer diferentemente do imperialismo dos dois últimos séculos - ato responsável pelos arranjos sociais, políticos e estruturais – hoje uma grande parte da população africana é exterminada como ação resultante de um reajuste estrutural pelo qual ninguém se responsabiliza (FEDERICI, 2019).

Prosseguindo com nessa linha de pensamento, socialmente é preferível:

[...] ignorar que as ideologias, hoje conhecidas como xenofobia, neoliberalismo, divisão internacional do trabalho, opressão patriarcal de gênero e discriminação racial, vieram, com certeza, a partir do século XV, com os “descobrimientos” da Europa. Depois, o neocolonialismo, no final do século XIX, dividiu o continente africano e trouxe significados identitários multifacetados para a diáspora negra, lacunas discursivas propositalmente secundarizadas. (AKOTIRENE, 2019, p. 23).

O processo colonial como um todo foi pensado de forma a proporcionar o apagamento histórico dos indivíduos e/ou sociedades as quais não faziam parte do seu alinhamento racial. Buscar alternativas em prol da anulação da identidade do diferente em favor da validação da suposta superioridade intelectual ocasionou a minimização da existência de povos os quais não conferiam igualdade cultural. Em seguida, o processo de supressão cultural objetiva a desqualificação de toda e qualquer manifestação cultural em suas mais diversas facetas. Logo:

Esse apagamento da negritude" como categoria política permitiu que práticas discriminatórias contra pessoas manifestar a mente de ascendência africana ocorressem em áreas como educação e emprego, porque não havia termos oficialmente reconhecidos para descrever a discriminação racial nem recursos oficiais para remediá-la. (BILGE e COLLINS, 2021, p. 17).

A história do Brasil foi narrada e oficializada com base em colocações constituídas através da visão europeia de mundo. A própria colocação

“descobrimento do Brasil” cai por terra, e aparecem como pauta de muitos debates nos últimos anos já que tal nomenclatura deixa a impressão de que a terra não era habitada antes da chegada dos europeus o que, claro, é um grave equívoco histórico. O processo colonial trouxe consigo uma série de consequências as quais ainda estão tramitando pela sociedade sem expectativa de serem solucionadas.

O Brasil, ao se tornar uma colônia de cunho exploratório, foi moldado diante da difusão da ideia de “descobrimento”, de melhoramento do que antes existia no país. O país constituiu-se sobre a ideia de que a invasão portuguesa não existiu, ocultando a face desconhecida da história da nação brasileira.

Depois de comemorados os 500 anos de “descobrimento”, vê-se que em tão pouco tempo, o domínio de Portugal proporcionou um conjunto de interferências negativas na população nativa, as quais deixam sequelas até os dias atuais. O objetivo exploratório foi explícito desde o início da ocupação das Américas. Deixando evidente que:

O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer. (QUIJANO, 2005, p. 120).

Com quase 200 anos de independência o país não conseguiu estabelecer uma relação amigável consigo, mesmo deixando de ser colônia portuguesa. Observa-se que “Se o regime colonial foi rompido, não houve ruptura com as relações coloniais de poder.” (PETRONE, 2021, p. 14). É inevitável que se perceba que a raça é um fator determinante de como o Estado (e a sociedade) irá tratar o indivíduo. Como Almeida (2020, p. 31) coloca em sua narrativa que de “[...] o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de *grupos sociologicamente considerados minoritários*.”.

Claro que a aceitação de tal discurso não foi feita de forma amigável, houve e ainda há muita resistência. Devido a colocação de poder observa-se que os benefícios gerados para o invasor ainda existem. Um dos métodos utilizados para

consumar esse ganho a favor do invasor consistia e ainda consiste na imposição de sua cultura por meio da força. Dado a série de situações:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia européia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (QUIJANO, 2005, p. 121).

A sustentação de estereótipos acaba por promover mais uma vez a reprodução do racismo no Brasil. Quando se tem “A ideia de que toda negra sabe sambar ou de que todo negro é bom de bola (desde que não seja goleiro) são estereótipos que tem por finalidade nos manter no lugar que a sociedade racista determina.” (RIBEIRO, D., 2018, p. 56).

Para reproduzir a reafirmação da inferioridade negra, estereótipos negativos podem ser levantados. Como aborda Sueli Carneiro diz que “Mais recentemente, diz-se que os negros brasileiros estão ficando muito melindrosos e vendo racismo em tudo. Afinal sempre toleram sem problemas “essas brincadeiras” que, no máximo, podem ser consideradas de mau gosto, jamais racistas.” (CARNEIRO, 2011, p. 116).

Portanto, fatores raciais foram, são e ainda serão determinantes para definir o local social de cada indivíduo. Claro que dentro da regra pode haver exceções, tendo em vista que se trata um processo histórico de racialização e reprodução da diferença colonial, que utiliza-se de mecanismos institucionais para perpetuar a colonialidade do poder. Esses fatores atribuem valores aos indivíduos antes mesmo de nascerem, delimitando até os espaços geográficos que podem ser acessados.

CAPÍTULO 3 – INDÚSTRIA CULTURAL

A ficção popular escapista encanta os leitores adultos sem desafiá-los a se educarem para uma consciência crítica.

bell hooks

A ascensão do sistema capitalista dá destaque, principalmente após o marco da revolução industrial, à confecção abundante de produtos similares. O avanço tecnológico proporcionou a massificação da Indústria Cultural, transformando-a em uma vertente associada à superprodução capitalista.

Fomentando o capitalismo, a indústria surge visando a produção/venda de uma grande quantidade de produtos que, essencialmente, venha a ser o mais generalizado possível. Adorno e Horkheimer (2002, p. 169) salientam que dentro desse sistema “Quanto mais lucro gerar e menos gasto, melhor.” Os artigos produzidos são estocados com o objetivo de uma distribuição em massa pontual, sem prejuízos, de tal forma que precisam apresentar características pertinentes ao público macro.

Destacando as características equivalentes, compreende-se que “A civilização atual a tudo se confere um ar de semelhança.” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 169), dando a sensação de correspondência quando analisados diversos produtos disponibilizados no mercado. Os autores ainda acrescentam que “Cada setor se harmoniza em si e todos entre si. As manifestações estéticas, mesmo a dos antagonistas políticos, celebram da mesma forma o elogio do ritmo do aço.” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 169).

Conectando com o mercado de trabalho, constata-se que:

A divisão social do trabalho pode [...] ser observada também na divisão social dos produtos culturais, tendo em vista que há a setorização de mercadorias e produtos culturais, tendo em vista que há a setorização de mercadorias e produtos destinados a tais e quais parcelas da sociedade, seja ela a elite, classe média ou de trabalhadores menos favorecidos. Todos eles inseridos no contexto de consumo e afetados ideologicamente de distintas e segregadas maneiras pela ação da indústria da cultura de massas, mais uma vez, observa-se a reprodução da alienação e, como tal, a pretensão e aceitação da barbárie. (SCHIFFLER, 2006, p. 73).

Dessa maneira a indústria se solidifica apresentando o mesmo perfil que nas

mais diferentes vertentes do mercado, desde a indústria alimentícia até a venda de produtos de beleza. Os princípios tomados como base aqui também podem ser manipulados de tal forma que é revestida da falsa sensação de saciedade das necessidades individuais, porém quando analisada minuciosamente percebe-se a posição extrema oposta.

Constata-se o perfil da sociedade contemporânea como:

A unidade visível de macrocosmo e de microcosmo mostra aos homens o esquema da sua civilização: a falsa identidade do universal e do particular. Toda a civilização de massa em sistema de economia concentrada é idêntica, e o seu esqueleto, a armadura conceptual daquela, começa a delinear-se. Os dirigentes não estão mais tão interessados em escondê-la; a sua autoridade se reforça quanto mais brutalmente é reconhecida. (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 169).

A criação de uma necessidade pluralizada, onde os indivíduos têm as mesmas necessidades é utópica. A ocorrência da generalização das demandas é implantada através de comerciais, filmes, séries, redes sociais dentre tantos outros meios de comunicação, que trabalham conjuntamente para a perpetuação da farsa conjunta.

As necessidades consideradas individuais na verdade são frequentemente manipuladas pelas grandes indústrias. A indústria trabalha em prol de um suposto bem coletivo que dê prazer aos indivíduos, portanto:

Para que se consiga tal prazer, a cultura contemporânea pauta-se no princípio da semelhança, e cada vez mais tem-se liberdade de ser um só. Nesse sentido, observa-se a construção de uma falsa identidade entre o particular e o universal, tendo em vista que toda a cultura de massas tende a ser idêntica aos interesses coletivos da sociedade de consumo. (SCHIFFLER, 2006, p. 71).

Observa-se que:

A indústria cultural, assim, configura-se como elemento de extrema relevância para a construção do apogeu da sociedade de consumo, contribuiu historicamente para levar a arte à esfera do consumo e, dessa forma, banalizá-la como objeto fetichizado e fonte de prazer. (SCHIFFLER, 2006, p. 75).

Considerando as colocações expostas, o presente capítulo destaca uma das vertentes industriais referentes à produção de arte para o consumo de massa, a

Indústria Cultural. Dentro do presente contexto, fazendo um recorte ainda maior, destaca-se aqui a indústria literária voltada à massa e seu reflexo na construção da identidade de seus consumidores.

3.1 Literatura e Industria Cultural

*As palavras de concessões
são navalhas
retalham minha pele
diluem meus sentimentos
soltam-nos ao ar
feito partículas poluidoras
não diluídas*

Miriam Alves

Mesmo com o considerável avanço tecnológico, a intensificação do uso de redes sociais e o aumento das produções cinematográficas, o mercado editorial permanece vivo. Considera-se que:

O mercado de livros foi a primeira forma do mercado de consumo de bens simbólicos que, germinando desde o século XV, desenvolve-se no XIX e consolida-se no XX, como face primordial daquilo que correntemente se denomina sociedade de consumo. (REIMÃO, 2004, p. 102).

Os livros, durante muitos séculos, foram considerados os principais meios de entretenimento e acesso ao conhecimento e à cultura. A consolidação do mercado literário é cognoscível e suas respectivas características são determinadas pelas conveniências capitalistas.

Por conseguinte, as produções literárias acabaram por absorver e reproduzir cenas do momento histórico em que se encontram. As narrativas acabam por utilizar/reproduzir de características sócio-históricas, consciente ou inconscientemente.

Com o desenvolvimento da imprensa, principalmente após a revolução industrial, a indústria literária tomou uma excepcional notoriedade. Diante de tal marco a reprodução de livros pode ser feita em larga escala, acrescida da vantagem da produção em um menor espaço de tempo, consequentemente a possível capacidade do mercado abrir portas para um maior número de escritores.

O aumento da quantidade de exemplares resultou, por conseguinte, numa melhor distribuição de obras literárias, o que teoricamente proporcionaria uma maior acessibilidade aos livros. Mesmo com o crescente mercado e, paralelamente com ele, os avanços tecnológicos, o mercado editorial acabou por sucumbir a uma

sociedade cada vez mais segregada. Movimentos originados na indústria acabam por intervir na produção literária dando sustento no “[...] ambiente em que a técnica adquire tanto poder sobre a sociedade encarna o próprio poder dos economicamente mais fortes sobre a mesma sociedade.” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 170).

Uma grande parcela da população mundial se encontra na classe D, onde é considerada a população que recebe de 2 a 4 salários mínimos (IBGE). Indivíduos economicamente carentes contam com a insuficiência de recursos básicos à sobrevivência como água potável e alimentação básica e por conseguinte adquirir literatura estaria em segundo plano.

Entende-se que mesmo com o crescimento do mercado literário no Brasil “[...] não foi suficiente para eliminar ou abrandar as drásticas consequências da sociedade de classes, perpetuando a desigualdade e a exploração do homem pelo homem.” (SCHIFFLER, 2006, p. 85). O acesso à literatura é minimizado considerando o regime capitalista. Quando se observa que grande parte da população vive às margens do sistema, percebe-se que os mesmos dispõem minimamente de recursos concisos para a sobrevivência.

Tal posicionamento revela que mesmo a literatura sendo supostamente considerada um facilitador de acesso à educação e cultura, ao mesmo tempo, possui características ditadas pelo elitismo literário.

Diante do mercado, a justificativa para a suposta alta demanda de produtos, tais bens “[...] são aceitas passivamente pelas massas, cabe, então, à Indústria Cultural atendê-las imediatamente, fomentando a economia atual e garantindo o ciclo capitalista de produção e consumo.” (SCHIFFLER, 2006, p. 72). Adorno e Horkheimer (2002, p. 172) acrescentam que a indústria “[...] é um modelo do gigantesco mecanismo econômico que desde o início mantém tudo sob pressão tanto no trabalho quanto no lazer que lhe é semelhante.”.

A monopolização literária gerou, e ainda concebe, o controle da representação retratada na narrativa e os locais em que os envolvidos na trama estarão ocupando. O local de fala exposto através do olhar elitista, conseqüentemente, passa a excluir as “minorias” não representadas ou distorce a

realidade promovendo a perpetuação de lacunas sociais.

O acesso à educação pode ser apresentado como um dos fatores principais para solucionar o problema da lacuna social existente. O sistema educacional foi um dos pontos fundamentais para a manutenção da exclusão social. Existe um paradoxo evidente diante da alegação, já que o ensino pode ser simultaneamente a solução e o problema para a promoção das lacunas sociais.

A valorização de uma forma de produção de conhecimento específico em detrimento de outra caracteriza a constante necessidade de reafirmação do local de poder com o objetivo de moldar as estruturas a favor de uma continuidade minoritária. Diante disso observa-se que:

Os monopólios culturais são, em confronto com eles, débeis e dependentes. Estes devem-se apressar em satisfazer os verdadeiros potentados, para que a sua esfera na sociedade de massa - cujo gênero particular de mercadoria tem já muito a ver com o liberalismo acolhedor e com os intelectuais judeus - não seja submetida a uma série de "limpezas". (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 170).

Logo, ao mesmo tempo que a literatura permite “[...] o resgate historicidade, da imaginação e da promessa rompida em relação a uma utopia proposta.” (SCHIFFLER, 2006, p. 87).

Sodré mostra que “O texto de massa é precisamente o tipo de produto capaz de espicaçar a ‘curiosidade universal’: crime, amor, sexo, corpo, aventura, etc.” (SODRÉ, 1988, p. 16), portanto, ela é essencial para a formação da identidade de grande parte da população, pois possibilita o acesso da mesma a assuntos que ache relevantes. A promoção da acessibilidade promove o incentivo à leitura e a possibilidade de ascensão social.

Paralelamente observa-se que a população consome constantemente literatura e cinema e que, conseqüentemente, acaba por ter suas ações influenciadas pelas produções mesmo que de forma inconsciente. Diante de tal afirmativa percebe-se que é crescente o número de críticas pertinentes levantadas e aplicadas acerca do tema quando se coloca em evidência a representatividade nas produções consumidas pelas massas.

3.2 Questão de gênero e mulheres na literatura

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.

Carolina Maria de Jesus

A busca pela democratização da literatura está acontecendo a muito tempo. Existe além da necessidade de aquisição de obras a demanda de ampliar espaço a escritores e escritoras que pertencem às classes excluídas, dando a oportunidade de expansão cultural e social. Para tanto existe a necessidade do desenvolvimento e manutenção de estratégias as quais viabilizem a publicação dessas obras.

A indústria literária deveria, logicamente, representar a sociedade diversificada caracterizada pela existência de seres humanos multiculturais. Como as grandes produções disponibilizadas a massa são criadas e distribuídas pela classe média/alta, a representação tanto de personagens como de ideais sociais são experienciados através do olhar dos seus idealizadores constituindo monopólios culturais. A representatividade existente dentro das obras comumente está sendo questionadas.

A representatividade vem sendo frequentemente colocada em pauta como o objetivo de proporcionar reflexão acerca da necessidade de se repensar em produções as quais derivam do enaltecimento de uma determinada classe. Com esse destaque as demais classes são automaticamente excluídas de tudo e todos que não se encaixam. Silvio Almeida (2020, p. 101) acrescenta que nesse sentido “[...] a nacionalidade e a dominação capitalista se apoiam em uma construção espaço identitária que pode ser vista na classificação racial, étnica, religiosa e sexual de indivíduos como estratégia de poder.”.

[...] a importância de esse produto cultural apresentar semelhanças e afinidades com o mundo real, pois faz uma grande apologia à sociedade, fazendo com que facilmente o homem se veja em determinadas situações consumindo e adquirindo determinados padrões de conduta e comportamento. (SCHIFFLER, 2006, p. 76).

O poder literário, mesmo que possibilitado de acessibilidade a maior parte da população, foi dado para elite que, conseqüentemente, dita o que é ou não o que é considerado aceitável dentro da literatura. A literatura brasileira e os estudos literários, por exemplo, “[...] se situam dentro desse jogo de forças, observando o modo como se elabora [...] a tensão resultante do empate entre os que não estão dispostos a ficar em seu ‘devido lugar’ e aqueles que querem manter seu espaço descontaminado.” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 14).

As características do outro, diferente da “normatividade” pregada, são estabelecidas e manifestadas através da avaliação vertical, desconsiderando todo o processo histórico-cultural envolto. Partindo do ponto de vista das perspectivas sociais, a literatura pode, por muitas vezes, oferecer representações que, na grande maioria das vezes, não condizem com a real diversidade social. Quando se pensa que:

Nesse momento, em que o todo e a parte exibem os mesmos traços, na medida em que entre eles não existe oposição nem ligação, a massa se vê alienada do processo de reflexão sobre a destruição da própria raça, em guerras particulares e universais sobre as quais não se sente apta a opinar e nem sequer questionar. Torna-se resignada, portanto, diante do terror da destruição em massa. (SCHIFFLER, 2006, p. 74).

Grande parte das produções literárias de sucesso são caracterizadas majoritariamente pela autoria de homens brancos de classe média/alta que seguem com a perpetuação de um ponto de vista privilegiado em detrimento às demais camadas sociais. Mesmo com o grande avanço das publicações no último século em relação às publicações de obras escritas por mulheres, ainda assim a discrepância de produções feitas por autores homens é descomunal.

A representação de personagens femininas aqui é tomada como gancho para pontuar a discussão sobre representatividade dentro das produções literárias. Observa-se que poucas mulheres alcançam a projeção necessária para se tornarem escritoras reconhecidas. Por conseguinte, as figuras femininas representadas nas grandes obras, são estereotipadas e enviesadas através do olhar do outro. Novamente, observa-se que:

Mesmo se a planificação do mecanismo por parte daqueles que manipulam os dados da indústria cultural seja imposta em virtude da própria força de uma sociedade, que, não obstante toda racionalização, se mantém irracional, essa tendência fatal, passando pelas agências da indústria, transforma-se na intencionalidade astuta desta última. Para o consumidor, não há mais nada a classificar que o esquematismo da produção já não tenha antecipadamente classificado. (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 172).

A manipulação da indústria é pré-moldada, com isso, quando a literatura chega a ser produzida por mulheres, estas acabam por pertencer a uma classe privilegiada. Por possuírem representantes criadas em berço elitista, observa-se um perfil embasado por questões sociais isoladas pertencentes à vida de poucas mulheres.

Quando a literatura é produzida por escritoras e escritores que não pertencem a essa elite literária, acabam por ter suas obras deslegitimadas e inferiorizadas por supostamente não apresentarem uma qualidade equivalente. Esse é um processo racista e de epistemicídio, no intento de silenciar e continuar reproduzindo opressão e reprodução da colonialidade do poder.

Um exemplo que moveu e move diversas críticas nos últimos anos dentro da indústria é em relação a representação de personagens de outras etnias por mulheres brancas em produções de *Hollywood*. Mesmo existindo atrizes capacitadas de outras etnias para ocupar os papéis, a mídia propõe o branqueamento das produções de massa.

Quando a não representação fica associada a impotência de pertencimento acaba por invisibilizar a identidade do indivíduo. Quando a pessoa não se vê num papel representado nas literaturas, automaticamente acaba por se considerar um excluído socialmente. Se você é excluído aquele local de fala não é para você.

Dados divulgados acerca dos livros mais vendidos em 2019 e 2020 mostraram que houve um aumento mínimo em publicações feitas por mulheres e o número diminui quando se observa o número de escritoras negras. No ano de 2019, segundo a Gazeta do Povo, a lista da Amazon dos 15 livros mais vendidos no Brasil, apenas dois deles foram escritos por mulheres, *Me Poupe!* (Editora Sextante) da Nathalia Arcuri e o *Mindset* (Editora Objetiva) por Carol Dweck, que ocuparam

respectivamente o 9º e 13º lugar na lista.

No ano seguinte a Amazon disponibilizou uma lista dos 20 livros mais lidos e sete deles foram escritos por mulheres e dois ocupam as primeiras posições: *Pequeno Manual Antirracista* (Editora Companhia das Letras), por Djamila Ribeiro e *Mulheres Que Correm Com Lobos* (Editora Rocco), por Clarissa Pikola. Seguindo essas obras temos em 5º Lugar o clássico *O Morro Dos Ventos Uivantes* (várias editoras), por Emily Brontë, no 10º *A coragem de ser Imperfeito* por Brené Brown, mais uma vez o *Mindset* (Editora Objetiva), Margaret Atwood com *O Conto da Aia* (Editora Rocco) e em 20º lugar *Harry Potter e a Pedra Filosofal* (Editora Rocco), de J.K. Rowling.

Dentro da indústria literária se observa a falsa sensação do não comparecimento de produções feitas por mulheres. As mulheres sempre produziram livros. Contudo é certo que sua grande maioria eram impedidas de ter acesso à educação, o que resultou na complexidade de serem consideradas produtoras de literatura relevantes. Logo, para burlar tal sistema excludente, houve a necessidade de se desenvolver estratégias para publicar as suas obras promovendo acesso ao mercado literário.

A supressão do nome da autoria feminina de muitos livros foi um dos métodos utilizados pelas mulheres. Esse modelo de publicação de livros foi uma prática muito comum para que o leitor e/ou editoras não identificassem o gênero da autoria com a finalidade de que não descartasse as produções. Tal ação, porém, gerou a dissipada informação de que mulheres não produziam literatura.

Tal estratégia é ainda hoje utilizada para evitar a identificação imediata da autoria feminina ou até mesmo reproduzida por sequelas instauradas, pois a possibilidade de rejeição da obra somente por se tratar de uma mulher ainda é muito alta. Um dos exemplos mais conhecidos foi o da escritora Joanne Kathleen Rowling, que assinou sua série de livros *Harry Potter* (1997-2007) como “J.K. Rowling”. A britânica alegou em entrevista à CNN (COSMOPOLITAN, 2017) que a necessidade de abreviar seu nome surgiu com a recorrência da recusa do exemplar da sua pelas editoras. O primeiro livro *Harry Potter e a Pedra Filosofal* (1997) foi rejeitado por 12

editoras antes da *Bloomsbury* finalmente fechar o contrato com a escritora.

A autora do livro *Extraordinário* (2017) também utiliza do pseudônimo “R. J. Palacio”, abreviatura de seu nome que na verdade é Raquel Jaramillo Palacio. A escritora e designer estadunidense obteve maior destaque após a estreia de um filme baseado em sua obra.

Seguindo os exemplos, a escritora canadense de literatura infantil que teve suas obras recentemente colocadas novamente aos holofotes foi Lucy Maud Montgomery, que assina como “L. M. Montgomery”, com a sua série de livros *Anne de Green Gables* (1908). As obras ganharam uma adaptação audiovisual produzida pela indústria canadense na plataforma de *streaming Netflix*, intitulada *Anne with an E* (2017-2019), produzida por Moira Walley-Beckett, segundo dados do site Adoro Cinema. Ainda hoje, mesmo depois de mais de 100 anos de lançamento, as obras da autora estão como uma das mais vendidas e traduzidas no mundo, principalmente após a estreia da série.

Como exemplo final, o best-seller, primeiro livro da série de *50 Tons de Cinza* (2011), também conta com a abreviação do nome da autora Erika Leonard James, “E. L. James”. Segundo dados da revista EXAME sua transposição para o cinema rendeu R\$1,5 bilhões, com R\$69 milhões somente na bilheteria brasileira.

Outra prática comum para publicação de livros era a substituição de nomes femininos por masculinos. Um dos casos mais famosos sobre a supressão de nome em assinatura de obras é a primeira edição de *Frankenstein* (1818), onde Mary Shelley optou por assinar o livro com o sobrenome do seu marido Percy Shelley, que também era escritor, para que sua obra fosse publicada. A vida de Mary Shelley, assim como a trajetória para a publicação de seu livro *Frankenstein*, também foi transposta para a obra audiovisual intitulada *Mary Shelley* (2018), que atualmente está disponível na *Netflix*. A obra literária em si também ganhou diversas versões durante os anos, além de animações, releituras e é frequentemente referenciada em outras produções.

Seguindo a mesma estratégia, porém de forma que tal ato foi edificado comercialmente, observa-se a produção das irmãs Brontë. Elas se autodenominam

“irmãos bell” com os nomes Currer, Ellis e Acton Bell, fazendo respectivamente referência a Charlotte, Emily e Anne Brontë.

A seguir, toma-se como exemplo Mary Ann Evans. A escritora mantinha o pseudônimo “George Eliot”, como ainda é conhecida, ganhando destaque na indústria literária. A escritora inglesa se destacou pela criação de personagens femininas destoantes do padrão e era fiel leitora das irmãs Brontë.

As obras contam sempre com estratégias as quais são perpetuadas na maioria das narrativas. A presença do personagem principal estabelecido como o “herói” da narrativa é utilizada desde as primeiras histórias contadas pela humanidade. O herói é um personagem tido como divino, com características que o fazem ser diferente dos demais e que geralmente busca a harmonia dentro do meio em que vive e luta para tal. A luta contra as trevas e monstros é um dos pontos que fazem com que esse personagem demonstre a força que tem. Segundo Campbell, livros desse gênero são importantes:

Porque é sobre isso que vale a pena escrever. Mesmo nos romances populares, o protagonista é um herói ou uma heroína que descobriu ou realizou alguma coisa além do nível normal de realizações ou de experiência. O herói é alguém que deu a própria vida por algo maior do que ele mesmo (CAMPBELL, 1990, p. 137).

Independentemente do tipo de romance, seja o tido popular ou *cult*, a saga do herói tem sido a base de construção de narrativas durante muitos séculos e é claramente identificada em diversas produções literárias até os dias atuais. Seguindo a mesma linha de pensamento, Campbell reforça que:

A façanha convencional do herói começa com alguém a quem foi usurpada alguma coisa, ou que sente estar faltando algo entre as experiências normais franqueadas ou permitidas aos membros da sociedade. Essa pessoa então parte numa série de aventuras que ultrapassam o usual, quer para recuperar o que tinha sido perdido, quer para descobrir algum elixir doador da vida. Normalmente, perfaz-se um círculo, com a partida e o retorno. Mas a estrutura e algo do sentido espiritual dessa aventura já podem ser detectados na puberdade ou nos rituais de iniciação das primitivas sociedades tribais, por meio dos quais uma criança é compelida a desistir da sua infância e a se tornar um adulto – para morrer, dir-se-ia, para a sua personalidade e psique infantil e retornar como adulto responsável. E essa é uma transformação psicológica fundamental, pela qual todo indivíduo deve passar (CAMPBELL, 1990, p. 138).

De certo, é característico esse começo de jornada onde os personagens têm fisionomia física e/ou psicológica frágil e após provas e testes propostos ao decorrer da sua jornada seu perfil acaba se modificando e as suas características são expandidas. Essas características encontradas traçam a importância de passar por provas para que o personagem possa autoconhecer-se e crescer como pessoa ao decorrer da trama.

Dentro dessa perspectiva observa-se que dentro da indústria, apesar de sempre apresentar possíveis novidades:

O sempre igual ainda regula a relação com o passado. A novidade do estágio da cultura de massa em face do liberalismo tardio está na exclusão do novo. A máquina gira em torno do seu próprio eixo. Chegando ao ponto de determinar o consumo, afasta como risco inútil aquilo que ainda não foi experimentado. (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 177).

A indústria mais uma vez acaba por reproduzir as mesmas características nos personagens. Nota-se que:

Logo se pode perceber como terminará um filme, quem será recompensado, punido ou esquecido; para não falar da música ligeira em que o ouvido acostumado consegue, desde os primeiros acordes, adivinhar a continuação, e sentir-se feliz quando ela ocorre. (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 172).

Os autores ainda acrescentam que “A esquematização do procedimento aparece em os produtos mecanicamente diferenciados revelarem-se, afinal de contas, como sempre iguais.” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 171).

3.3 Estereótipos e questão racial

O imaginário brasileiro, pelo racismo, não concebe reconhecer que as mulheres negras são intelectuais.

Conceição Evaristo

A dificuldade de se discorrer acerca da indústria literária brasileira contemporânea é evidente. Dalcastagnè (2012, p. 13) pontua que o impasse é caracterizado porque não se pode, “[...] pensar na literatura brasileira contemporânea sem movimentar um conjunto de problemas [...]” os quais influenciam diretamente em sua produção, reprodução e distribuição.

Dada tal assertiva, se faz necessário destacar algumas problemáticas que envolvem a acessibilidade da literatura no Brasil, recolhendo informações acerca do *backstage* da indústria literária. É válido recordar que, evidentemente, tantas outras discussões além das apresentadas podem ser levantadas e consideradas relevantes diante de tal tema.

A disponibilidade das produções literárias consiste em uma das principais justificativas para a discussão, considerando em como se dá o acesso à educação no Brasil. Schiffler (2006) disserta que a educação no Brasil foi feita de forma tardia, durante a década de 60, acrescida da falta de planejamento como fator agravante. Os indivíduos pertencentes à denominada classe D não dispunham de recursos viáveis ao acesso à educação e, quando os obtinha, por vezes não era um ensino de qualidade.

Na década de 60 o sistema de alfabetização idealizado por Paulo Freire começou a ter destaque. Sua filosofia se vinculava a noções de pedagogia crítica. A leitura de mundo posicionada pelo movimento defendido por Paulo Freire seguia uma ideologia contrária à automação dos processos educacionais. Em *Pedagogia do Oprimido* (1987), entende-se que a libertação das classes marginalizadas se dá quando entende-se que é:

[...] aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua

libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 1987, p. 20).

Como forma de boicote ao método de Paulo Freire, uma técnica desviante foi aplicada à educação, no início do ano de 1967 (BRASIL, 1967), durante a Ditadura Militar, conhecida como Método Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O método foi um dos processos aplicados que tinham por objetivo a erradicação do analfabetismo no Brasil. Segundo a Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, tal projeto tinha como um dos objetivos promover “Alfabetização funcional e educação continuada para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de cursos especiais, básicos e diretos, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com a duração prevista de nove meses.” (BRASIL, 1967, s.n.).

A priori o principal foco do programa era a alfabetização de jovens e adultos de até 30 anos, disponibilizando recursos para a permanência dos sujeitos na escola. A segunda etapa do projeto era articulada na alfabetização de adultos com mais de 30 anos e posteriormente não haveria idade determinada para ingresso no programa. A Lei ainda acrescenta que uma de suas prioridades é a:

Integração, em tôdas as promoções de alfabetização e educação, de noções de conhecimentos gerais, técnicas básicas, práticas educativas e profissionais, em atendimento aos problemas fundamentais da saúde, do trabalho, do lar, da religião, de civismo e da recreação. (BRASIL, 1967, s.n.).

Por mais que a princípio fosse um método favorável ao acesso à educação no Brasil, por trás existiu um processo falacioso velado. O MOBRAL resultou numa ação contrária ao objetivo colocado. Primeiramente o índice de analfabetismo no país persiste e mesmo quando conseguia atingir uma parcela da população houve um aumento considerável na quantidade de analfabetos funcionais. Em 2018, o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf) mostrou que mais de 30% dos brasileiros entre 15 e 25 anos são analfabetos funcionais. Compreende-se que:

O regime, no ápice de sua crise, debate-se para recompor a hegemonia, o controle social, e utiliza-se, para tanto, da educação, entre todos os níveis, em especial o pré-escolar. Infelizmente, as práticas cristalizadas pelo MOBRAL não passaram impunes pela história da educação de crianças menores de seis anos, porque referendaram o oferecimento de um atendimento de baixa qualidade, feito de qualquer jeito para as camadas populares, em detrimento da democratização da educação ofertada nesse

nível às elites brasileiras, desde o século XIX. O discurso do MOBRAL, que acaba por defender e referendar o trabalho voluntário e traz junto com este o amadorismo e o espontaneísmo, congrega discursos presentes no passado recente do atendimento à infância brasileira e, prodigiosamente, lança seus dados para o futuro. (ARCE, 2008, p. 395).

Ao contrário da metodologia de Paulo Freire, o MOBRAL tinha a característica tecnicista da educação. Não era de interesse do regime que a população marginalizada tivesse acesso à educação e que, conseqüentemente, ultrapassasse os limites do domínio das operações básicas necessárias para o trabalho.

Na mesma época o ensino técnico foi aplicado e incentivado. A técnica acaba por ser de extrema importância para deslegitimar as correntes de pensamento envoltas a métodos e conteúdos que se baseiam nas reflexões das constituições sociais. A inserção de cursos técnicos conjuntamente ao segundo grau forneceu ao governo a economia de despesas e a produção de mão de obra qualificada. A aplicabilidade de produção de mão de obra sem o questionamento dos estudantes era o objetivo mascarado.

As sequelas da má construção educacional do Brasil está presente em diversas áreas do sistema social brasileiro. A educação do Brasil herdou características as quais os estudantes além de não terem adquirido formação de qualidade, os seus formadores somente tiveram acesso a cursos de curta duração com o simples objetivo de alfabetização mecânica. A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, art. 13, descreve que para lecionar “[...] no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau.” (BRASIL, 1971, s.n.).

Sob forma velada, reduzir a importância de se frequentar o ensino superior era um dos principais objetivos do governo. A descredibilização das universidades públicas acaba por sofrer até atualmente as conseqüências de pensamentos limitantes implantados desde o regime militar. O evidente boicote ao desenvolvimento intelectual da população brasileira é cognoscível.

A ascensão social pregada durante os últimos anos revela a incompatibilidade de pensamento da sociedade burguesa brasileira acerca dos fatores sociais e históricos que se fazem presentes nas bases da educação brasileira. Um dos fatores comprobatórios para tal afirmativa é a constante aplicabilidade do termo

“meritocracia”, que desconsidera fatores pertinentes para além do alcance dos indivíduos em situação de marginalização.

Claro que, o acesso à educação de qualidade poderia de alguma forma amparar o indivíduo e, conseqüentemente, poderia se atingir outro nível social. Tal assertiva pode ser reafirmada no recorte feito da afirmação de Freitas (2009, p. 281), onde coloca que “No mundo moderno a forma por excelência de ascensão dos indivíduos na hierarquia social é pelo conhecimento.”.

A literatura, logo, teria o processo formativo de extrema importância dentro da educação brasileira quando:

[...] como arte e obra de ficção, funde realidade, experiência e reflexão sobre uma determinada sociedade e suas concepções de mundo - indispensável à construção crítica dos alunos, é legítimo contrastá-la a novas linguagens no intento de verificar as frequentes traduções de seu universo na sociedade contemporânea. (SCHIFFLER, 2006, p. 82).

A possibilidade de disponibilizar a discussão sobre a literatura e o acesso a esse componente nas escolas daria aos estudantes um “[...] espaço para a reversão do processo de barbárie e alienação instaurados pela Indústria Cultural.” (SCHIFFLER, 2006, p. 84). Processos formativos baseados na reflexão e análise de dados coletados possibilita a reflexão acerca de atividades sociais e históricas, promovendo a valorização e formando um indivíduo ativo diante das questões sociais pertinentes.

A alienação social, promovida pelos processos educativos mal alicerçados, pode ser somente revertida mediante a intervenção na própria pedagogia implantada. Schiffler (2006, p. 84) acrescenta que “O papel social da educação na sociedade contemporânea é desbarbarizar a sociedade”.

A formação de estudantes, até o momento, é formulada em torno do viés capitalista e voltada para a manutenção do sistema. Não se tem interesse efetivo em produzir uma educação de qualidade já que, se houver tal acesso, o mercado capitalista entraria em colapso pela possível deficiência de mão de obra qualificada. Silvia Federici faz a análise da relação entre reprodução humana e produção de trabalhadores e observa que:

[...] a maior parte da mão de obra industrial “transborda” para o “Terceiro Mundo”, enquanto o crescimento do setor de serviços tem sido principalmente um produto da comercialização do trabalho reprodutivo e, portanto, um “transbordamento” não no território da fábrica, mas da casa. (FEDERICI, 2019, p. 333).

Dentro desse aspecto observa-se que “A sociedade capitalista segue a racionalidade da dominação, tendo em vista que, por intermédio da tecnificação do conhecimento, se produz a noção de justiça e se perpetua a barbárie múltipla.” (SCHIFFLER, 2006, p. 72). Para alcançar uma possível ascensão social, os indivíduos da classe C necessitam de acesso a livros e cultura que deveriam ser disponibilizados através da educação. Como alternativa de resolução de tais problemáticas deveria ser fomentada políticas públicas voltadas a esse objetivo, só essas serão capazes de transformar a realidade, além de proporcionar uma possível ascensão social.

Paradoxalmente a população pertencente a classe C está no *ranking* dos que mais consomem literatura no Brasil. Em pesquisa disponibilizada pelo UOL acerca da quantidade de livros consumidos no país e por quem são consumidos comprova tal afirmativa. A pesquisa foi dividida entre três classes: classe A; classe B; classe C (a primeira a mais alta, seguida da intermediária até a última, a mais baixa). Observou-se como resultado que “Na comparação, 4% dos leitores de livros pertencem à classe A, 26% integram a classe B, 49% fazem parte da classe C e 21% estão nas classes D e E.” (UOL, 2021, s.n.).

Rodrigo Casarin continua a expor os resultados acertando que mais de 44,1 milhões de brasileiros pagam pelos livros consumidos, transformando as porcentagens anteriormente expostas em números efetivos e “Desses 44,1 milhões de consumidores, 3 milhões pertencem à classe A, 14,3 milhões à classe B, 21,3 milhões à classe C e 5,6 milhões às classes D e E.” (UOL, 2021, s.n.).

Considerando os dados expostos, observa-se que mesmo a classe C sendo caracterizada por possuir pouco recurso financeiro e sofrendo com escassez de recursos voltados para a formação educacional, é a que classe mais consome livros. Por conseguinte, devido a renda, subtende-se que em sua grande parte são acessados livros considerados literatura de mercado por caracterizarem itens de

mais fácil circulação e acessíveis financeiramente.

Pode-se reafirmar que a população almeja adquirir livros, acessar o mercado literário, mas as condições socialmente impostas não asseguram o acesso à literatura por conter necessidades mais urgentes a serem sanadas. Mesmo não apresentando condições financeiras, os leitores procuram múltiplas formas de acesso a literatura e esta ocorrência não está presente nas informações consideradas por Casarin, podendo aumentar ainda mais os dados de consumo de livros pela classe C. Outro aspecto que está em ascensão é a disponibilidade de materiais em formato virtual. Reimão afirma que (2018, p. 42) “[...] a parcela participante do consumo de livros enfrenta um complicador que é a má comercialização e distribuição dos mesmos, considerada a pequena rede nacional de livrarias e pontos de vendas de livros.”

Os livros literários e de baixo custo são uma das alternativas para os leitores da classe C. Devido a facilidade de acesso aos livros criados para a massa e as constantes promoções disponibilizadas por lojas de departamento, os torna além de altamente conhecidos a produção em alta escala os torna viáveis para a obtenção. Logo, o mercado mais viável para obtenção de obras literárias pelos indivíduos da classe C advém da facilidade de acesso a literatura de mercado.

Diante a produção de literatura, fazendo recorte a nível nacional, percebe-se que o Brasil apresenta um perfil hegemônico enquanto a discrepância na quantidade de publicações relativas ao gênero dos escritores. Dalcastagnè (2012, p. 14) destaca em suas pesquisas que cerca de 93,9% dos autores publicados no Brasil são homens brancos e, em sua grande maioria, residentes no Rio de Janeiro ou São Paulo.

A compreensividade do perfil necessário idealizado para se publicar no Brasil retoma a discussão acerca do sexismo e racismo estrutural discorridos no capítulo 1. Considerando tal palco observa-se que “[...] todo espaço é um espaço em disputa, seja ele inscrito no mapa social, ou constituído numa narrativa.” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 13). Tal certificação demonstra mais uma vez a influência de estereótipos determinantes para se fazer parte do mercado editorial. Observa-se que “A literatura

nacional existe a partir do momento que ela é feita por determinados autores, que utilizam os signos linguísticos e os arcaibouços simbólicos próprios de um país, mas não é presa a esse país.” (ALVES, 2020, p. 202).

Acrescentando a discussão, Miriam Aparecida Alves (2020, p. 198) alega que uma das principais barreiras para se publicar no Brasil é o descrédito para com autores negros. A autora declara em entrevista à revista *Gláuks* que por muitas vezes “O resultado do nosso material escrito nunca é avaliado como tendo qualidade estética, uma qualidade literária para, como eles falam, ‘o projeto editorial desta editora’.” (2020, p. 198). Tal afirmação mostra a realidade da indústria literária brasileira e como ela é constituída por fatores advindos do racismo estrutural. Os números apresentados em relação a quantidade de livros consumidos entre 2019 e 2020 no início do presente texto, apenas confirmam numericamente as alegações de Regina Dalcastagnè e Miriam Alves.

Para que escritoras e escritores negros publiquem no Brasil é necessário recorrer a editoras independentes que por muitas vezes são idealizadas justamente para a promoção de espaços de representação e representatividade. Miriam Alves (2020, p. 198) traz que uma das opções encontradas por ela e seus colegas para contornar o problema foi é que “Nós inventamos nossa própria forma de publicar, sendo *Cadernos Negros* um dos meus maiores exemplos, que há quarenta e dois anos está aqui no Brasil publicando uma literatura negra brasileira.”.

Autores conhecidos, reconhecidos e premiados academicamente tendem a obter um espaço privilegiado dentro das editoras e, conseqüentemente, no mercado editorial. Pontuado com Dalcastagnè que afirma que “[...] o domínio da norma culta serve como fator de exclusão [...]” (2012, p. 14). Ao mesmo tempo que a indústria literária cobra uma formação de qualidade, o sistema educacional público não consegue entregar os materiais necessários para que todos os brasileiros o adquiram com excelência educacional.

Miriam Alves ao responder sobre a questão da receptividade de suas obras no Brasil e no mundo, declara que:

[...] aqui no Brasil, a minha trajetória literária , suscitando comentários: “mas

eu nunca ouvi falar de você”. Não é porque você não ouve falar de mim que eu não exista, com uma carreira como escritora e um reconhecimento internacional. A diferença, é sobre o entendimento de visibilidade, se não está aparecendo nos meios televisivos e outras mídias hegemônicas não existimos. Mas, existimos, fazemos literatura, vendemos literatura, estamos discutindo lá fora, no exterior, e agora dentro de algumas universidades aqui no Brasil. (ALVES, 2020, p. 200).

A produção literária, por meio das alegações de Miriam, ocupa um status de “boa produção” quando os escritos procedem da população dominante, indivíduos pertencentes às elites. Investir em literatura produzida por pessoas anônimas não tem a mesma credibilidade das produções de pessoas destacadas pela mídia e pelas academias e conseqüentemente não trarão retorno financeiro.

Um dos grandes exemplos de escritoras brasileiras que obtiveram tardiamente o reconhecimento das suas obras foi a escritora Maria Carolina de Jesus. A autora apenas obteve visibilidade após a publicação de *Quarto de Despejo* (1960), obra que foi classificada como literatura documental de contestação. Após anos de sua morte, na década de 90, pesquisadores levantaram obras literárias das décadas de 50 e 60 e se depararam com as obras de Maria Carolina. Mesmo havendo a redescoberta das obras de Carolina e ao ser reanalisada considerada uma obra plena de detalhes e de escrita única, dentro do âmbito de leitura de mundo de uma determinada massa, a qual está envolvida nas discussões literárias, ainda é por muitas vezes desconsiderada como literatura culta.

Dalcastagnè observa que a presença de determinados autores no campo literário é validada através de características específicas. A exigência de se estruturar a literatura de forma que seja encaixada em determinados padrões (homem, branco, morador das principais capitais do país, dentre outros) “[...] mantêm-se, de algum modo, inalterada a hierarquia dentro do campo literário, criando através à sua democratização.” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 16).

Maria Carolina de Jesus, após anos da publicação do seu trabalho no exterior, obteve uma certa visibilidade da sua produção literária. Porém, o que acrescenta Dalcastagnè é que as obras de Maria Carolina cabem dentro dos parâmetros estabelecidos para análise literária dentro das academias, mas “[...] ficamos em posição pior para dar o passo seguinte, que é questionar esses mesmos parâmetros

de julgamento estético, que são, eles próprios, reflexo de exclusões históricas.” (2012, p. 16).

Miriam Alves, por exemplo, adquiriu maior visibilidade no exterior e atribuiu a desigualdade existente no Brasil como um dos principais fatores para tal evento. A autora alega que o mercado literário dos Estados Unidos tem grande interesse no consumo da literatura brasileira como um todo, dando a credibilidade que por muitas vezes falta no Brasil.

A escritora conta com produções em outros idiomas como o inglês, alemão, catalão e francês, mas decorre da dificuldade de publicação no Brasil com o acréscimo dos altos custos envolvidos no processo de divulgação e impressão do material. Acerca do tema ela acrescenta que:

Atualmente eu estou tendo mais, vamos dizer, visibilidade em outras mídias, porque, como eu disse, nós fazemos a nossa própria mídia, nós temos no Movimento de Literatura Negra Brasileira, autores, leitores, editores e mercado. Algumas pessoas dizem que a gente é conhecido só na bolha, sem considerar que existem a bolha da literatura do branco, da literatura formal, da literatura que se chama universal, que se chama de letrada, que é uma bolha. (ALVES, 2020, p. 199).

O primeiro ponto a destacar-se é o não protagonismo do negro. Ao se analisar obras de destaque da literatura nacional, percebe-se que o protagonismo é dado sempre a personagens brancos e quando personagens negros aparecem, se aparecerem, são colocados em posição de serviçais.

[...] pode ser definida como a dominação exercida pelas pessoas brancas em diversos âmbitos da vida social. Essa dominação resulta de um sistema que por seu próprio modo de funcionamento atribui vantagens e privilégios políticos, econômicos e afetivos às pessoas brancas. (ALMEIDA, 2020, p. 74).

Esses e outros pontos são exemplos marcantes a serem levados em consideração observando a exclusão de mulheres negras dentro da literatura brasileira. A reflexão acerca da construção de representações e representatividade de personagens dentro da literatura brasileira deveria ser pauta de discussões mesmo antes do acesso à educação superior. A falta de espaços propícios para a análise da construção coletiva cultural brasileira acaba por dificultar a propagação

de uma literatura nacional mais realista onde todos tenham local de fala e acesso a educação de qualidade.

CAPÍTULO 4 – MARÉIA, POR MIRIAM APARECIDA ALVES**GOTAS**

Mesmo que eu não saiba falar a língua

dos anjos e dos homens

a chuva e o vento

purificam a terra

Mesmo que eu não saiba falar a língua

dos anjos e dos homens

Orixás iluminam e refletem-me

derramando

gotas

iluminadas de Axé no meu Ori

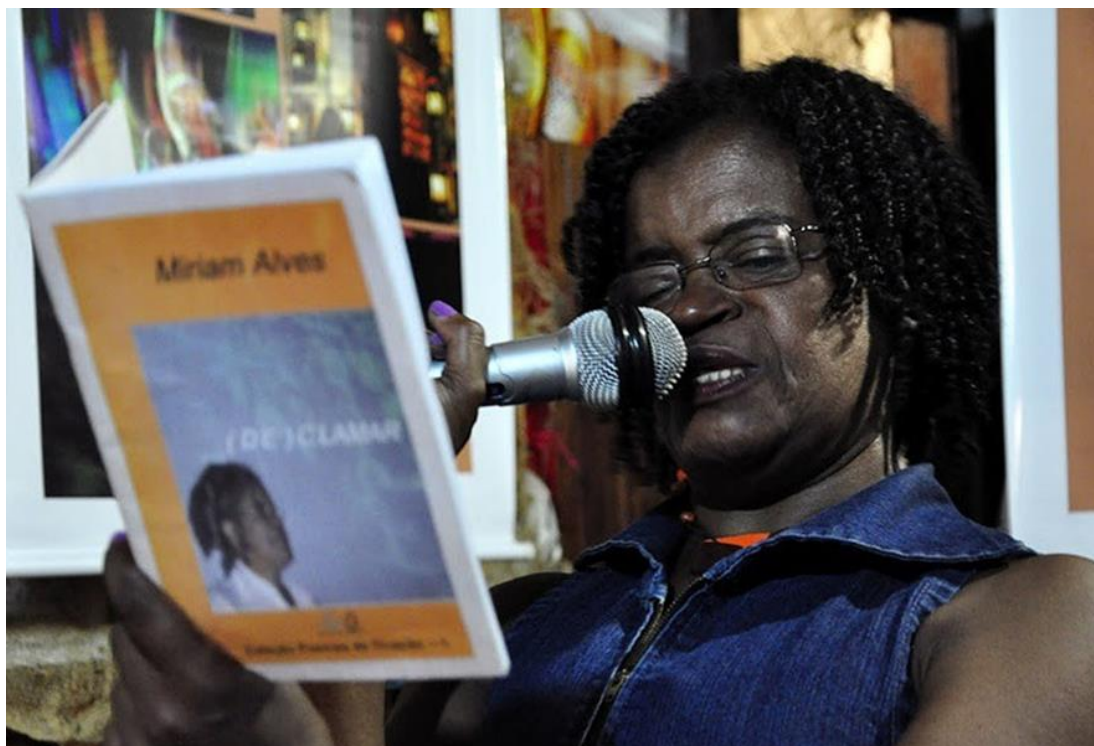
(*(De) Clamar*, p. 27)

4.1 Miriam Aparecida Alves, trajetória

*Circula no tempo. Circula o tempo.
O tempo é. Memória é mar.*

Miriam Alves

Figura 4 - Miriam Aparecida Alves.



Fonte: Recanto do Poeta. Disponível em: <https://recantodopoeta.com/miriam-alves/>

A escritora negra, brasileira, professora e assistente social, Miriam Aparecida Alves é paulista nascida em 1952. Formou-se em Serviço Social pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), instituição superior privada fundada em 1968. Miriam pertence à primeira parcela da população negra brasileira a ter acesso ao ensino superior em meados da década de 70.

Miriam Alves possui formação complementar nos cursos de: Motivação Profissional, pelo Governo do Estado de São Paulo e Secretaria do Estado da Saúde; extensão universitária em Didática para Profissionais Universitários no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP); Extensão Universitária em Família pela HCFMUSP; A criança Doente Aspectos

Sociais e Emocionais pelo Ministério da Previdência e Assistência Social; Oficina Literária pela Secretaria Municipal de Cultura; Realidades Brasileiras pelo Centro de Orientação e Desenvolvimento Profissional; Extensão Universitária em Metodologia Científica pela FMU; Educação de Base pelo Instituto Social de São Paulo.

A escritora possuiu vínculos nas seguintes instituições: Middlebury College (MC) nos Estados Unidos (2010), como professora visitante; University of New Mexico (UNM) nos Estados Unidos (2007), como professora visitante; Governo do Estado de São Paulo (GESP) – Secretaria de Estado da Saúde (SES) (1993-2002), como assistente social; HCFMUSP (1980-1993), como assistente social; Centro Universitário (FMU), como supervisora de estágio.

Durante seu trajeto, Miriam publicou obras no Brasil e no exterior, além de participar de diversos eventos e entrevistas onde discorre acerca de sua trajetória e atual situação da literatura afro-brasileira. A escritora possui menção honrosa na categoria “conto” no II concurso Mulheres Entre Linhas, pela Secretaria de Estado da Cultura e o Conselho Estadual da Condição Feminina.

A autora iniciou seu processo de escrita aos 11 anos e segue com sua carreira de escritora desde então. A princípio Miriam narra que escrevia apenas por prazer, colocando em seus escritos pensamentos diversos sobre situações vivenciadas. No início de sua jornada, decidiu organizar todos seus escritos em um único exemplar. Sua primeira tentativa de publicação não foi promissora, a escritora afirma que até pessoas próximas davam retorno negativo quando compartilhava de sua ambição de se tornar escritora.

Anos mais tarde, Miriam finalmente dispôs da oportunidade de conhecer escritores renomados que compartilhavam dos mesmos interesses. Esses profissionais, que em sua maioria eram negros, deram suporte e fizeram parte da formação do grupo *Quilombhoje Literatura* (1980-1989), por quase uma década. Miriam discorre que finalmente sentiu-se amparada na sua luta por visibilidade. A escritora declarou a Revista Callaloo, da Johns Hopkins University, que:

[...] estando com eles consegui elaborar uma reflexão intelectual, em relação ao meu posicionamento político como mulher, negra, poeta, escritora. O nosso dia a dia, os preconceitos a discriminação, a nossa vida

de negros, e a nossa literatura, refletíamos sobre isso. Saí do isolamento, meu gueto da solidão. (ROWELL, 1995, p. 971).

Desta maneira, ao distanciar-se de seu momento de solitude, Miriam conseguiu destaque merecido no campo literário. A diversidade de gêneros explorados pela autora pode ser observada em suas obras, desde a escrita de poesias a contos e romances. Até a presente data, Miriam Alves publicou as seguintes obras que se intercalam entre poesia, romance e contos: *Momentos de busca* (1983); *Estrelas no dedo* (1985); *Mulher mat(r)iz* (2011); *Bará na trilha do vento* (2015); *Maréia* (2019).

Além das produções ficcionais destacadas acima, Miriam conta com uma série de artigos e livros de coautoria. Tal dado se dá por conta, principalmente, da sua participação no grupo Quilombhoje. Miriam e os demais participantes da equipe costumam produzir uma literatura com caráter de resistência, onde a abordagem dos vestígios do período de escravização é evidenciada.

As demais obras que contam com a coautoria de Miriam são, em ordem cronológica: *Cadernos Negros 5* (1982); *Axé - antologia da poesia negra contemporânea* (1982); *Cadernos Negros 7* (1984); *Mulheres entre linhas - II concurso de poesia e conto* (1986); *A razão da chama - antologia de poetas negros brasileiros* (1986); *Pequena Antologia Temática* (1987); *Terramara* (1988); *1979-1988 - 10 Anos de luta contra o racismo* (1988); *Poesia negra*⁴ (1988); *Cadernos Negros 13* (1990); *Poesia negra brasileira: antologia* (1992); *Ad libitum Sammlung Zerxtreuung*⁵ (1992); *Zauber gegen die ka"lte*⁶ (1994); *Contra Lamúria* (1994); *Cadernos Negros 17* (1994); *Enfim nós: escrita contemporânea feminina afro-brasileira* (1995, tradução nossa⁷); *Além dos limites* (1995, tradução nossa⁸); *Cadernos Negros 19* (1996); *Cadernos Negros 20* (1986); *Nueva poesia latinamerikaniche, Literaturmagazin, Herausgegeben von Tobias burgghardt, Martin*

⁴ *Schwarze poesie* (original).

⁵ Sem tradução.

⁶ Sem tradução.

⁷ *Finally us - contemporary Black Brazilian woman writers.*

⁸ *Moving beyond boundaries.*

*Lüdke und Delf schnidt Gemany Rowoht*⁹ (1996); *Presença negra na poesia brasileira moderna* (1997); *Pau de sebo: coletânea de poesia negra* (1998); *Cadernos Negros 21* (1998); *Cadernos Negros: os melhores poemas* (1998); *Cadernos Negros: os melhores contos* (1998); *Cadernos Negros 22* (1999); *Cadernos Negros 23* (2000); *Callaloo* (2000); *Cadernos Negros 24* (2001); *Cadernos Negros 25* (2002); *Cadernos Negros 26* (2003); *Mulheres escrevendo: ficção afro-brasileira* (2005, tradução nossa¹⁰); *Cadernos Negros 29* (2006); *Cadernos Negros 30* (2007); *Cadernos Negros 33* (2010); *Cadernos Negros 34* (2011); *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (2011); *Cadernos Negros 40* (2017).

A priori, a singularidade e relevância da escrita da autora é inquestionável. Quando Miriam transita entre os gêneros literários, além de constatar-se sua singularidade, observa-se a riqueza de conteúdo empregue.

Apesar de seu destaque indiscutível, Miriam em entrevista à revista *Gláuks* em 2020, ao ser indagada acerca dos processos envolvidos a sua escrita particular e sobre publicação de trabalhos de mulheres negras no Brasil afirma que “Como escritora negra, é um exercício de resistência e de persistência, porque existem várias barreiras a serem quebradas.” (2020, p. 198). Ao acrescentar exemplos de dificuldade de o negro publicar no Brasil, a autora afirma que “[...] normalmente, aquele primeiro descrédito de que você escreve mesmo, de que negro escreve, passa a ser para publicar.” (ALVES, 2020, p. 198).

Devido tal ambiente, a autora declara que no Brasil, apesar de todas as dificuldades encontradas:

Começa a aglutinar escritores e escritoras e inicia-se o que eu chamo de Movimento de Literatura Negra Brasileira, denominação que muitos dos pesquisadores e professores acadêmicos ainda têm uma resistência muito grande de adotar. A partir de 1978, abre-se um caminho que agencia não só os escritores antigos, novos escritores, como também leitores. Uma ação que tem quarenta e dois anos com a publicação de um livro por ano. Respondendo a sua pergunta, tentando ser sucinta: realmente, publicar literatura no Brasil é complicado. Publicar literatura negra no Brasil é muito complicado. (ALVES, 2020, p. 198-199).

⁹ Sem tradução.

¹⁰ *Women righting - Afro-Brazilian women's short fiction.*

Dessa forma, a autora continua dissertando sobre a facilidade que a mesma tem de publicar seus trabalhos fora do Brasil revelando a despesa necessária para a publicação efetiva de livros no país. Quando os mesmos são publicados demandam um grande investimento que a autora alega não ter condições de arcar.

A quantidade de traduções das suas obras também integraliza a singularidade de sua escrita, as quais foram traduzidas para o inglês, alemão, francês e catalão. Miriam em entrevista à revista *Gláuks* em 2020, discorre acerca de tal momento em que, diante das adversidades diagnosticadas:

Completando o meu relato sobre dificuldades, tem a questão da visibilidade na mídia hegemônica. Assim sendo, o meu reconhecimento como escritora, veio primeiro do exterior, principalmente nos Estados Unidos, muito antes que aqui no Brasil. Eu fui convidada para ir para várias universidades nos Estados Unidos, a primeira cidade foi Miami, participei em 1996 da International Conference of Caribbean Women Writers and Scholars", em 1997 do "Latin American Speaker Simposium", em Nova York. No ano de 1995, ministrei palestras na Áustria, integrando uma comitiva com escritores brasileiros brancos e negros. A minha recepção lá fora onde sou vista como referência, sem dúvida é melhor do que aqui no Brasil. (ALVES, 2020, p. 199).

Observa-se os resquícios do racismo estrutural na indústria editorial. Almeida destaca mais uma vez que o racismo está impregnado na sociedade brasileira, uma vez que "[...] há instituições cujos padrões de funcionamento redundam em regras que privilegiem determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da ordem social." (ALMEIDA, 2020, p. 47).

Quando é mencionada a luta para que as mulheres ganhem voz e direitos sociais, fala-se também do direito à educação o que leva conseqüentemente ao aumento de sua produção literária. Ao se deparar com o mesmo problema acrescido de raça e classe o contexto se torna mais complexo. As principais editoras existentes no mercado brasileiro tendem a recusar escritos de mulheres negras. Dalcastagnè (2012) traz os dados em números onde pode-se observar que dentre os anos de 2006 a 2011 29 escritores homens e brancos foram ganhadores dos prêmios literários existentes contra somente uma escritora. Posteriormente a Universidade de Brasília (UnB) fez um mapeamento da presença de escritores negros e pobres brasileiros. Os pesquisadores utilizaram obras publicadas entre os anos de 1990 a

2004 onde observou-se que 93,9% eram escritores ou escritoras brancos e dentro desse total 72% eram homens.

Não é interessante e nem economicamente viável a reprodução de material vindo de produções negras e periféricas, já que se subentende que o mesmo não irá gerar lucros para a empresa. Diante disso Akotirene destaca que:

[...] o desafio político é rejeitar quaisquer expectativas literárias elitistas, jargões acadêmicos, escrita complexa na terceira pessoa e abstrações científicas paradoxais sob a sombra iluminista eurocêntrica, míope à gramática ancestral de África e diáspora. (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

A colocação de Carla juntamente com a alegação de Miriam e análise de dados feita pelos pesquisadores da UnB, concretizam que a exclusão das escritoras negras do mercado editorial brasileiro é uma realidade. A invisibilização das escritoras negras surge através de fatores políticos. Para que se possa publicar nesse contexto é necessária a criação de empresas voltadas especificamente para esse público. Em entrevista para a CNN Brasil, Conceição Evaristo comenta sobre a publicação do seu livro *Becos da Memória* (2006) que foi adiada durante 20 anos: “[...] Eu mandei para várias editoras. O texto literário, no caso da autoria negra, carrega a nossa subjetividade na própria narrativa. A temática negra, principalmente quando trabalha com identidade negra, não é muito bem aceita.” (CARNEIRO, 2018).

Como forma de combater a problematização levantada, algumas editoras investiram na publicação de livros produzidos por autoras e autores negros. As editoras que se destacam por essa atitude são: Editora Malê (que publicou o livro escolhido como objeto de análise); a Editora Pallas, que publicou os livros de Conceição Evaristo; e a Editora Jandaíra que se evidenciou com a publicação da Coleção Feminismos Plurais, coordenado pela escritora Djamila Ribeiro. Djamila tem um destaque muito grande como escritora chegando a ser nomeada para a Academia Paulista de Letras o que assume uma importância política significativa pois é uma mulher negra ocupando um território simbólico.

Outro ponto fundamental que foi assinalado na pauta da mesma entrevista, foi a questão da comumente chamada “literatura nacional”. Como classificar uma literatura como nacional, quando fomos acometidos pela diversidade cultural e

herdeiros dos vestígios de 353 anos de escravidão? Diante de tal questionamento Miriam discorre acerca de seu ponto de vista em relação a nacionalidade da literatura produzida:

Não, não existe uma literatura presa a um país, a uma região ou uma língua, mas existe uma literatura nacional. A literatura feita num determinado país, pode romper fronteiras, acredito que a literatura ficcional extrapola os limites geográficos e as barreiras linguísticas, porque pode se recorrer a tradução, que auxilia a transpor os empecilhos dos diferentes idiomas. Por exemplo, Maria Carolina de Jesus é traduzida em 25 idiomas, até onde eu sei. É uma literatura que nasce, sai de um determinado lugar geográfico chamado Brasil, numa determinada condição de favela, com falta de acesso aos bens materiais e culturais, com escassez de alimentação. Dentro dessa realidade, a forma como ela escreveu extrapolou as fronteiras do Brasil e os limites da língua portuguesa. (ALVES, 2020, p. 202).

Dispondo das produções internacionais, Miriam coorganizou:

Eu tenho, ainda, duas antologias bilíngues de escritoras negras brasileiras, que coorganizei, a primeira foi *Enfim nós/Finally us: contemporary black brazilian women writers*, 1995, que saiu no Texas, nos Estados Unidos. A segunda de contos *Women righting/Mulheres escrevendo: afro-brazilian women 's short fiction*, 2005 que saiu em Londres na Inglaterra. (ALVES, 2020, p. 199).

A literatura é ativamente uma ferramenta de denúncia social e ela é viva. Ao escrever e transcrever a realidade para as páginas, observa-se os diversos pontos de vista expostos nas narrativas. As várias vertentes apresentadas em forma de escrita podem e devem transportar-se para outros cantos do planeta. A concreticidade da fala que a autora apresenta é a famigerada *Semana de Arte Moderna*, que buscava principalmente a produção de uma arte tipicamente brasileira. Depois de 100 anos do evento, percebe-se que mesmo buscando a produção de material tipicamente brasileiro, até hoje as artes são influenciadas pela cultura europeia, assim como as demais aquisições culturais feitas por outros países e pelos próprios povos indígenas, habitantes primários do mais tarde nomeado Brasil.

Contudo, as urgências pontuadas na fala anterior influenciaram a pergunta subsequente acerca da sua produção literária:

O meu fazer literário tem um viés na literatura negra brasileira, que se propõem a trazer para o cenário literário, seja na ficção, seja na poesia, o protagonismo do cidadão brasileiro negro, que são 53% da população, e

que os fazeres literários brasileiros majoritariamente não nos fazem protagonistas. Nessas obras predominantemente escrita por autores brancos, estamos, nós os negros, sempre num lugar de escravos, descendentes de escravos e/ou subalternizados em alguma função, sem personalidade e interioridade dramática. O meu fazer literário busca exatamente dar interioridade e cognitividade às personagens negras da história, que têm toda uma complexidade de personalidades e de ação, que rompe o binômio: bonzinho-malzinho, bandido-mocinho. Levo em conta que a literatura é a criação do imaginário de um povo, de uma nação, é um lugar de sonho, de questionamentos e muito mais. No meu romance *Maréia*, 2019, trabalho essa questão da psique, da interioridade, da personagem negra, e da psique complexa da personagem branca. Trabalho com a ideia de que nós, brancos e negros, somos herdeiros do sistema escravocrata, cada qual com seu legado, e que à sociedade branca não passou impune as agruras, carrega uma culpa mal disfarçada em autodefesa para manter-se no poder, já os cidadãos negros se refazem, se recompõe o tempo todo para vencer, existir e ser. (ALVES, 2020, p. 103).

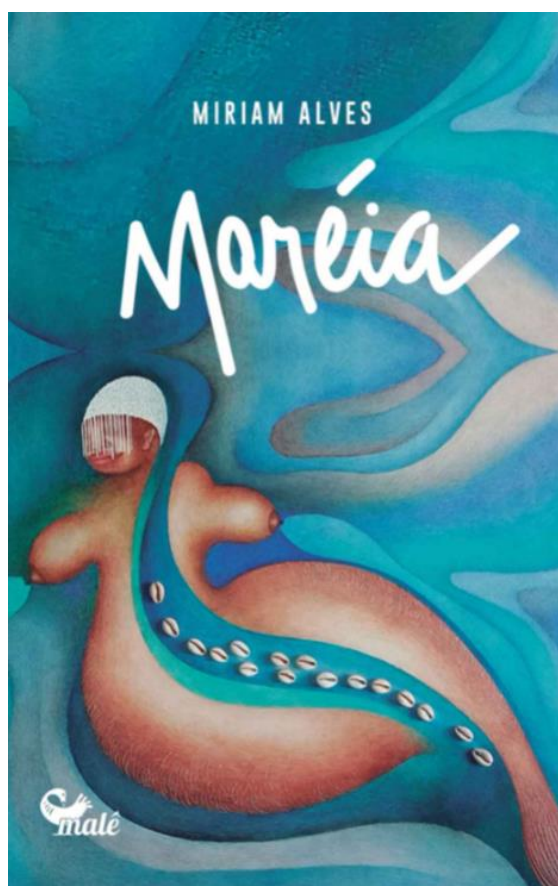
Outro destaque pertinente a fala de Miriam é acerca da necessidade de articulação das personagens negras por outro viés. A propagação da imagem da mulher negra, erotizada, cuidadora de crianças, boa cozinheira, analfabeta, dentre outros estereótipos deve ser reconstruída. Trazendo à tona que todas as pessoas possuem marcas da escravidão, claro que uns mais marcados que os outros, e que se falar sobre o assunto diante de outros olhares é relevante para a compreensão do outro no mundo.

4.2 Maréia

Foi bom ter ido. É bom estar de volta.

Miriam Alves

Figura 5 - Capa- Maréia.



Fonte: Amazon. Disponível em: https://www.amazon.com.br/dp/B08HGRXZTY/ref=dp-kindle-redirect?_encoding=UTF8&btkr=1&asin=B08HGRXZTY&revisionId=&format=2&depth=1

O livro *Maréia*, publicado em janeiro de 2019 pela Editora Malê, foi o objeto de análise do presente trabalho. O presente livro conta com o total de 188 páginas e pode ser adquirido no site da *Amazon* ou da Editora Malê. O valor médio de cada exemplar é de R\$30,00 e também é possível adquirir a versão em *ebook*.

O romance tem a capacidade de transportar o leitor para um universo paralelo. Diante a narrativa cíclica o livro leva o indivíduo a ser conduzido para um contexto diferente do habitual. O livro é dividido em 15 capítulos, sendo eles: 1 – Herdeiro; 2 – Herdeira; 3 – Legado de Alfredo; 4 – Legado de Maréia; 5 – ACEMA; 6 - Claves de

Sol; 7 – Redoma da Loucura; 8 – Relicário de Dorotéia; 9 – Nona Casa do Relicário; 10 – ‘Apakan’ – Mortos Criam Asas; 11 – Vida Restrita; 12 – Oniriki; 13 – Diário de Marujo; 14 – Encanto das águas – “Omi ifaya” e 15 – Paralelas.

O escrito conta com palavras de origem na língua lorubá em toda extensão da narrativa como: *Adalu, Akoko, Ogbon, Oju, Bere* dentre outras. José Beniste discorre em seu livro, *Mitos Yorubás: O Outro Lado Do Conhecimento* (2009), que a etnia lorubá¹¹ é de origem Nigeriana e tem como característica a existência de 250 grupos étnicos que dispõe de diferentes dialetos. A língua lorubá é a mais utilizada no continente africano por conta da quantidade de comunidades em que a mesma é utilizada. A língua é empregue em cantos e rituais religiosos procedentes das comunidades de candomblé.

A língua conta com diversas características significativas. Beniste (2009) elenca uma série delas como, por exemplo, a inexistência das letras C, Q, X, Z e V. Não existem letras mudas, a acentuação tônica sempre está presente na última letra da palavra e ela difere da habitual concordância gramatical quando analisada em grau, número e gênero.

Ao final do livro é possível encontrar glossários disponibilizados pela autora para auxiliar o leitor na compreensão do texto, indicando as palavras e suas respectivas traduções para o português nos capítulos: 16 – Glossário Ioruba – Português e 17 – Glossário Português – Ioruba.

A narrativa alude a duas perspectivas distintas as quais são dispostas diante dos capítulos apresentados. Inicia-se o texto com a apresentação dos Menezes de Albuquerque, que é uma típica família branca de posses e bem representada socialmente. Na apresentação da obra Florentina da Silva Souza (2019), comenta que a narrativa:

Pode nos levar à história do processo de enriquecimento das famílias brancas que com violência e brutalidade ascenderam e conquistaram prestígio na sociedade brasileira - uma metonímia para o processo de escravização impetrado em todos os países da afro-diáspora. (ALVES, 2019, p. 7).

¹¹ A grafia pode variar entre “Yorubá”, “Ioruba” e “Iorubá”.

Apesar das aparências, em seu íntimo a família é constituída em ambiente conflituoso, onde desde sua origem os objetivos primordiais dos seus descendentes era perpetuar as riquezas e a honra a todo custo. A família tinha:

Verdades aprisionadas naquela casa eram muitas, não se coadunavam com as versões contadas pelo pai João Fernando Menezes de Albuquerque, que lhe ocultava os meandros indignos sobre a fortuna acumulada havia séculos. Não mencionava sobre os detalhes sórdidos de como se estabeleceu o poder e a influência social e política, amealhado pela família quatrocentona que comandava o destino da nação, independentemente de quem se sentasse na cadeira presidencial. (ALVES, 2019, p. 22-23).

Paralelamente vive os Santos, típica família negra de origem humilde. Divergentemente da família Menezes de Albuquerque, os Santos possuem um ambiente familiar harmonioso. A família se baseia em preceitos advindos da ancestralidade e de relações afetuosas de onde pertence Maréia, personagem que dá nome ao livro. Florentina acrescenta a apresentação do livro que a família Santos “[...] nos leva a conhecer a tradição de um grupo de afrodescendentes que foi zelosamente compartilhada para não ser esquecida [...] é também um romance sobre memória(s) e seu processo de constituição[...]” (ALVES, 2009, p. 7).

A perspectiva de vida da família Santos se difere em relação a Menezes pois é a demonstração de “[...] uma memória de resistência narrada com vistas ao futuro, a possibilidade de que o objeto símbolo mítico usurpado retornasse à família para reconstruir o ciclo da história.” (ALVES, 2019, p. 8). Observa-se que a misticidade presente na narrativa consegue projetar as vivências da ancestralidade utilizando além da oralidade de objetos simbólicos comprobatórios do misticismo envolto.

A fé, a simbologia, mistérios e maldições podem ser encontrados durante a apreciação da obra, o que remete ao leitor uma visitação à ancestralidade africana. Como visitar esse ambiente sem estar fisicamente na região de origem dos mesmos? A proximidade a mitologia africana considera que:

O mundo sagrado é um mundo independente. O homem nada entende ou realiza sem sentir ou estar localizado a partir de uma definição pessoal. Quando alguém diz a outro que está do seu lado, não está pensando na proximidade ou numa determinada distância. Pessoas juntas podem estar distantes umas das outras, da mesma forma que a distância pode aproximar

e unir, lado a lado, as pessoas. Assim é o espaço religioso. (BENISE, 2020, p. 25).

Ao decorrer da narrativa percebe-se que as histórias acontecem paralelamente. Os Albuquerque estão colhendo os vestígios da herança do movimento “colonial” onde procuram sustentar a todo custo traços quase inexistentes de sua herança europeia. Ao passar para o personagem Alfredo, que é herdeiro dos Menezes de Albuquerque e é lhe cobrado a postura pela família:

Passou a considerar sentimentos como fraqueza, nunca mais nada demonstrou, para ser um digno descendente das conquistas heroicas, narradas com orgulho senhorial pelo patriarca Alfonso, que gostava de ser chamado de Dom Alfonso, por mais que esse tratamento tivesse caído em desuso havia décadas. (ALVES, 2019, p. 14).

Esse e outros episódios suportam a ideia de continuação da herança colonial. Ao não se desvincular de uma nomenclatura não mais existente, por exemplo, seu avô se recusa a se desprender das heranças coloniais. Por conseguinte, observa-se que de fato os Menezes é a representação de que:

[...] os europeus persuadiram-se a si mesmos, desde meados do século XVII, mas sobretudo durante o século XVIII, não só de que de algum modo se tinham autoproduzido a si mesmos como civilização, à margem da história iniciada com a América, culminando uma linha independente que começava com a Grécia como única fonte original. Também concluíram que eram naturalmente (isto é, racialmente) superiores a todos os demais, já que tinham conquistado a todos e lhes tinham imposto seu domínio. (QUIJANO, 2005, p. 127).

A suposta superioridade adquirida passa a ser superior a tudo e a todos, considerando a perpetuação de narrativas e atitudes as quais não são mais validadas atualmente. Ao jovem restava “[...] a responsabilidade de continuar a altiva linhagem patronímica, que remontava aos idos tempos de conquistas medievais.” (ALVES, 2019, p.14).

A família Santos, apesar de também herdar os princípios de seus antepassados, coabitam com raízes ancestrais acrescidas da influência da sociedade em que vivem atualmente. Florentina acrescenta a apresentação da obra que “[...] a memória da família de Maréia, é uma memória de resistência narrada com vistas ao futuro, a possibilidade de que o objeto símbolo mítico usurpado retornasse

a família para reconstruir o ciclo da história.” (ALVES, 2019, p. 8). Essa mitologia envolve ao objeto que foi retirado dos seus ancestrais pela família Menezes e dá um plano de fundo para a narrativa onde o leitor passa a procurar indícios da ligação de cada uma. Observa-se que “No momento em que um objeto é inserido numa consciência mítica, ele assume uma consistência religiosa e passa a ser utilizado como manifestação sagrada (Mito 13).” (BENISE, 2020, p. 23).

As raízes ancestrais se fazem presentes principalmente ao se analisar diversas passagens. Logo ao início do capítulo intitulado “Herdeira” observa-se a narrativa de um mito onde a família Santos era descendente dos Takatifu, considerados dádivas dos deuses.” (ALVES, 2019, p. 27). Observa-se que “As culturas africanas, de um modo geral, demonstram que a revelação dos mitos cria um envolvimento sagrado numa sucessão de cenas da vida em todas as suas manifestações.” (BENISE, 2020, p. 20).

Cada família vive seus próprios conflitos e crenças, as quais são marcadas por traições e tragédias, mas que diferem na forma de lidar com cada situação. A princípio o leitor pode se sentir confuso com a fragmentação das narrativas, onde em cada capítulo relata separadamente as discordâncias nos conflitos familiares de ambas as partes.

Outro ponto eminente é a não linearidade da história, já que a autora opta por recorrer a *flashbacks*, não alinhados, onde o leitor somente consegue obter certas informações acerca do passado dos personagens ao decorrer da narrativa. Tal momento ocorre, por exemplo, quando Maria Dorotéia - avó de Maréia - relembra com ternura um momento passado com seu marido Marcílio:

Quando Marcílio era vivo, ela contava com a sua compreensão e respeito, ele a surpreendia envolvida em seus pensamentos, aproximava-se de mansinho sem interromper, sentava-se ao seu lado observando-a com paciente ternura, até sua presença ser notada. “Então, minha velha! Viajando de novo?” (ALVES, 2019, p. 128).

Trechos como esse podem aguçar a curiosidade do leitor para compreender em que ponto as duas famílias, tão diferentes, irão se conectar.

O romance apresenta mulheres com as mais diversas representações,

levando o leitor a presenciar a pluralidade feminina dentro de um mesmo ambiente narrativo. De um lado encontra-se a família Santos, destacando as personagens Maréia e Dorotéia. Do outro a Menezes de Albuquerque a qual evidencia-se Guilhermina e Branca.

Na família Santos encontra-se Maréia, mulher negra e bem sucedida, com base familiar extremamente ligada às raízes ancestrais. No início da narrativa sobre a vida de Maréia ela é apresentada em seu quarto com ênfase aos instrumentos musicais presentes nele:

Um foco recaía sobre o violoncelo, fora do seu estojo protetor, apoiado sobre um pequeno pedestal que o ampara com segurança. Outro inundava de luminescência a flauta transversal, escorava ao porta-retratos, cuja fotografia, em segundo plano, dava indícios de ter sido tirada em décadas passadas. (ALVES, 2019, p. 26).

Mesmo o foco, e o nome do livro, sendo em Maréia, também é apresentada a personagem Dorotéia, avó de Maréia e grande influenciadora de sua vida. Maréia sempre lembra da avó com muito carinho e ao tocar a flauta naquela manhã pensou que “A sonoridade a fazia relembrar os relatos de Maria Dorótéia Nunes dos Santos, chamada carinhosamente de vó Deia [...]” (ALVES, 2019, p. 27).

Na família Menezes de Albuquerque observa-se a presença da mãe de Alfredo que sofre diante da perda precoce de sua filha sob soberania do patriarca Alfonso Manoel, mas existe uma personagem importante, Guilhermina Melo Freire de Albuquerque, mãe de Alfonso.

Guilhermina é apresentada no primeiro capítulo do livro que narra sua trajetória até se tornar uma pessoa extremamente melancólica. Inicialmente ela é apresentada como “[...] fora uma mulher alegre, sua beleza derivada dos cuidados que a abastança da família Melo de Freire proporcionava.” (ALVES, 2019, p. 16). Ao decorrer da sua história Guilhermina estudou em escolas renomadas de freiras francesas e foi ensinada a se portar como uma dona de casa exemplar. Mais tarde foi apresentada a João Francisco Menezes de Albuquerque e se casaram pouco tempo após.

A personagem Branca aparece juntamente com a narrativa da família

Menezes de Albuquerque. Ela era denominada “martinha”, juntamente com todos os outros trabalhadores domésticos dos Menezes de Albuquerque. Durante o momento de agressão de Guilhermina ela “Lembrou-se, na agonia, de que possuía um nome, não era a “martinha”, dos serviços realizados.” (ALVES, 2019, p. 82). De origem pobre, Branca foi silenciada de diversas formas durante a sua vida.

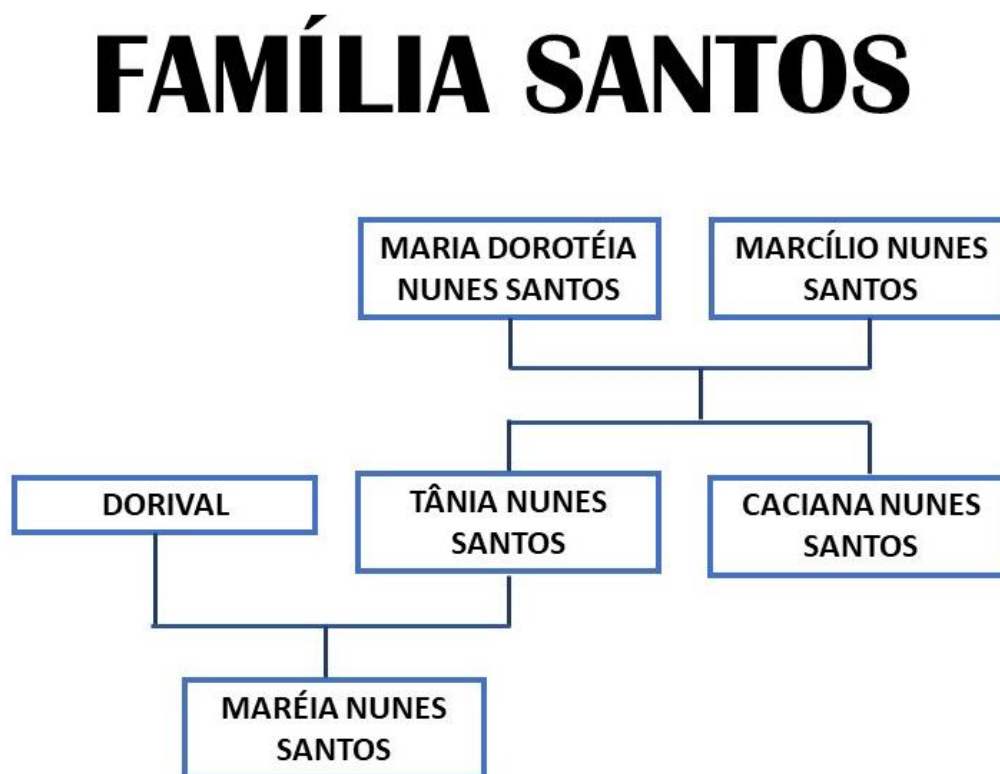
Nos próximos tópicos serão feitas algumas considerações de trechos do livro sob análises de gênero, raça, decolonialidade, ancestralidade dentre outros.

4.2.1 Família Santos

[...] minha neta é a soma do líquido e do sólido, mar e areia, Mar-é-ia.

Miriam Alves

Figura 6 - Árvore da família Santos.



Fonte: Figura da autora.

A análise da obra se inicia a partir da trajetória da família Santos. A protagonista da trama é Maréia Nunes Santos, personagem que dá título ao livro. Apesar de sua evidência, a jornada da personagem inicia-se no segundo capítulo da obra, onde observa-se desde o princípio características de liberdade e emancipação.

O nome Maréia é derivado do mar e areia, revelando sua ligação direta com os elementos da natureza. Apenas com a análise de seu nome pode-se observar elementos característicos da mitologia africana. Os mitos africanos estão envoltos de representações do sagrado com a vida cotidiana onde os “[...] animais, plantas, astros e a natureza como um todo, assumindo significados que vão além de um

simples ser.” (BENISTE, 2020, p. 20). A própria essência do nome dá a força necessária à existência da personagem, pois “[...] a palavra é elemento desencadeador de ações ou energias vitais.” (LEITE, 1996, p. 105).

O avô de Maréia, Marcílio Nunes Santos, foi o responsável pela escolha do nome, quando explicitado a sua forte ligação com o mar, ele diz que “[...] tenho, até, o mar no nome Mar-cí-lio, minha neta é a soma do líquido e do sólido, mar e areia, Mar-é-ia’.” (ALVES, 2019, p. 53). Mais uma vez a legitimação da ligação entre palavra e natureza onde Fábio Leite discorre que dentro dessa perspectiva:

[...] a palavra dotada de uma parcela da vitalidade do preexistente, é necessariamente uma força inerente à personalidade total, daí que sua utilização deve ser cuidadosamente orientada, pois que uma vez emitida algumas de suas porções desprendem-se do homem e reintegram-se na natureza. (LEITE, 1996, p. 105).

Considerando a forte influência da natureza, presencia-se o cenário litorâneo, em que se passa grande parte da narrativa, o que leva o leitor a compreensão da forte ligação dos personagens com o mar e, conseqüentemente, a elementos da natureza. Nota-se a importância da terra para as sociedades africanas, onde:

A terra, principal recurso natural dessas sociedades agrárias, é considerada ela mesma como uma divindade e sua fertilidade é tomada como doação preexistente. Dotada dessa energia vital que a sacraliza, a terra não pode ser apropriada pelo homem, que, entretanto, está potencialmente habilitado a ocupá-la segundo as normas ancestrais. (LEITE, 1996, p. 112).

A narrativa praiana evidencia a ligação com o mar e a natureza presentes nas raízes ancestrais. Além do avô, o pai da personagem Maréia são exemplos de ligação com o ambiente marítimo acentuando o discurso de ligação com a ancestralidade. Dorival era o pai de Maréia e era funcionário da Marinha do Brasil, assim como o seu avô. A posição que os dois ocupavam os permitiam manter o contato com a natureza pois sempre embarcavam em viagens ao decorrer da costa brasileira.

Era um convívio repleto de prazer, tinham por perto os dois únicos homens da casa, ainda que por um período que passava muito rapidamente, pois as chegadas eram sempre o prenúncio de partidas. Ela aproveitava ao máximo a breve permanência deles, com uma curiosidade afoita para abrir os inusitados presentes, e ouvir as aventuras de mar e navios. (ALVES, 2019,

p. 48).

Explorando mais a fundo a personagem, Maréia revela-se como uma mulher livre que luta para alcançar seus objetivos, apesar de todas as possíveis barreiras que são comumente pressupostas como parte representação da vida de mulheres negras. Diferentemente das personagens pertencentes à família dos Menezes de Albuquerque, que serão citadas posteriormente, Maréia possui um perfil calmo e constante.

Ao início de sua jornada, observa-se que ela acaba de embarcar sozinha numa viagem de carro com destino a casa da sua família no litoral. Durante a viagem ela “Mesmo com a presença de neblina em alguns trechos, deleitava-se no prazer de dirigir, como quem comanda seu próprio destino, na sinuosidade do caminho, curvas acentuadas à esquerda e à direita, que corta o verde da Serra das Araras.” (ALVES, 2019, p. 55).

Observa-se no presente trecho que a personagem possui um perfil tranquilo e focado, apresentando uma forma diferente de lidar com as situações impostas durante a jornada da vida humana. O “prazer de dirigir” pode ser correlacionado com a liberdade existente na vida de Maréia, a liberdade de ir e vir. Outro destaque pode ser feito quando se nota que ela vive sozinha em outra cidade, possuindo além de independência financeira, a liberdade de transitar entre os locais.

A influência ancestral encontrava-se presente desde a infância de Maréia, “Pessoas saídas das narrativas dos avós aproximavam-se, uma a uma, segredavam-lhe histórias, compondo as peças que faltavam para montar o grande quebra-cabeça de sua ancestralidade.” (ALVES, 2019, p. 73). Tais ensinamentos resultaram no que estava predestinado a personagem.

Maréia demonstra sua ligação com seu legado ancestral, sempre “[...] agradecia por ser herdeira da inclinação musical de seus antepassados, reavivar recordações a exortava a nunca desistir de seus intentos, ficava leve, disposta, fortalecida, pronta para enfrentar desafios.” (ALVES, 2019, p. 28-29). A ancestralidade rege a vida da personagem e observa-se que “[...] o princípio histórico estabelecido pelos ancestrais é elemento objetivador das regras mais decisivas que

regem a estrutura e a dinâmica dessas sociedades.” (LEITE, 1996, p. 110) e as pessoas que estão sob esses princípios. Outras características marcantes da ancestralidade é a parte que conta sobre "As vibrações pulsantes do coração da Terra envolviam-nas num carinho arrebatador." (ALVES, 2019, p. 101).

O conceito de ancestralidade diverge do modelo social ocidental constituído por bases capitalistas. Observa-se que basicamente “Entre as nações modernas, onde a escrita tem precedência sobre a oralidade, onde o livro constitui o principal veículo da herança cultural, durante muito tempo julgou-se que povos sem escrita eram povos sem cultura.” (BÂ, 2010, p. 167). Enquanto o padrão eurocêntrico baseia-se em uma herança que serve basicamente para a transferência de bens materiais após a morte de um familiar, a filosofia africana considera a mesma nomenclatura com um significado díspar.

A herança cultural afrodescendente é transmitida de forma oralizada. Em uma concepção geral:

[...] a literatura oral corresponde à vocalização de uma formulação simbólica e subjetivado mundo. A construção dessa representação de si e do mundo, por sua vez, não está dissociada de uma dimensão estética, veiculada pela palavra e pelo ritmo da oralidade. (SCHIFFLER, 2017, p. 114).

A oralidade não é só transmitida através de discursos que narram situações específicas. Ela pode ser transmitida por meio de cantos, rezas, provérbios, dentre tantas outras formas de manifestação. Bâ (2010, p. 168) disserta sobre seus estudos das culturas orais que “[...] nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte.”.

Durante a narrativa é possível observar o ambiente familiar voltado para compartilhar ensinamentos em forma de histórias.

Ao final do dia, reuniam-se na varanda, de onde se avistava a baía de Guanabara “um cenário de pôr de sol, que misturava o vermelho do céu ao azul do mar” e dedicavam-se a contar causos. Ouviam-se os sorrisos e gargalhadas, incitados pelas minúcias mais hilárias, viam-se os rostos emotivos, quase em lágrimas, pelos detalhes mais dramáticos. (ALVES, 2019, p. 48).

A aplicação e difusão da sua ancestralidade, apesar de parecer singela, é protagonista das ações dos personagens, mostrando que mesmo vivendo nos tempos atuais ainda é possível ver que a ancestralidade ainda está viva. Os traços da ancestralidade presentes na narrativa são referenciados desde a infância da personagem com grande influência e interferência de sua avó (personagem apresentada no tópico anterior):

Déia, transmitia à neta, detalhes sobre sua ascendência, para que a memória não esmaecesse na bruma branca do esquecimento. A avó contava que descendiam de Takatifu, aquele que nasceu sagrado, irmão gêmeo de Atsu, o mais jovem dos dois; afirmava que lá naquele tempo, em outras terras que não aqui, eles, ao nascerem, foram considerados dádivas dos deuses. (ALVES, 2019, p. 27).

A narrativa oral também era proferida pelo seu avô. No período em que Marcílio estava em casa fazia questão de esmiuçar suas memórias com a família sobre fatos acontecidos no mar com ele e seus ancestrais, “Marcílio adorava contar a saga cheia de façanhas dos homens da família, fascinados por aventurar-se nas águas, uma paixão desde imemoráveis tempos.” (ALVES, 2019, p. 49).

O ato da repetição é utilizado por Marcílio para a transmissão de suas histórias. Na narrativa “Ele repetia fatos para não serem esquecidos e se perderem; as vezes, reticenciava ou acrescentava um novo aspecto.” (ALVES, 2019, p. 49). O movimento de acréscimo também é uma das características da cultura oral quando considera-se que a palavra é viva e segue uma cadência própria.

“Pensa que a vida de marinheiro sempre foi assim? Foi, não. Não mesmo!” O modo peculiar de descrever prendia a atenção dos ouvintes. “Nos tempos da armada imperial...” - interrompia-se, numa longa pausa, a religar os vários fios partidos, o olhar perdia-se nos contornos da baía de Guanabara, como restabelecendo elos, levado só pela força dos pensamentos, como correntes marítimas. Reorganizava memórias ouvidas, vivenciadas, reavivar memórias que se apagavam nas memórias alheias; às vezes, as palavras emudeciam, os olhos marejavam. (ALVES, 2019, p. 49).

Observa-se que “A tradição oral possui uma cadência própria das palavras e do ato performático. Nesse sentido, uma das formas de trazer ritmo ao texto é respeitar as pausas dos narradores orais transcrevendo-os sob a forma de versos.” (SCHIFFLER, 2017, p. 117). Acrescentando a discussão da inserção ou retirada de

aspectos nas narrativas não compõe uma perda na diegese.

A questão da autoria também é alvo de críticas acerca da oralidade, na medida em que o texto remonta a uma tradição da comunidade. De fato, a composição parte de um texto comum, mas o processo de atualização típico da performance permite a impressão da marca individual do narrador oral ou do performer em questão. Desse modo, não apenas a composição, mas a escrita pessoal levam a marca individual, a habilidade e a inspiração do narrador oral. (SCHIFFLER, 2017, p. 119).

Durante a narrativa a presença de outros indivíduos fora da família eram frequentes, a família Santos recebia amigos os quais serviam de plateia para suas histórias:

“Minha gente! Nem tudo é como contam e como vocês leem nos livros. Todos querem um lugar de herói, mas nem todos são heróis e nem bandidos. Tem um pouco de tudo em cada um. Dependendo de quem conta... já viu, né? Aumenta-se um ponto ou inventam-se vários outros. Eu falo o que ouvi dos meus mais velhos, que ouviram dos seus, que ouviram dos outros... E assim vai. Quem são os meus?” (ALVES, 2019, p. 50).

Na cultura africana a herança é considerada uma transferência de saberes que transpassa gerações, o que é classificado como um bem mais valioso do que heranças financeiras. A palavra em si tem um significado excepcional.

Nesse sentido deve ser lembrado que a palavra é elemento desencadeador de ações ou energias vitais. De fato, ao ser dirigida para atingir determinados fins, interfere na existência pois que, uma vez absorvida, pode provocar reações, controláveis ou não. É por isso que o aparelho auditivo é assemelhado aos órgãos reprodutores femininos: ambos são capazes de fazer gestar algo decisivo pela penetração, no interior dos indivíduos, de um elemento vital desencadeador do processo. (LEITE, 1996, p. 105).

Marcílio utilizava sua narrativa com cuidado para com seus ouvintes suprimindo palavras de conotação pejorativa e enobrecia as passagens que tinham recordações de persistência, resistência e superação advindas dos seus antepassados (ALVES, 2019, p. 51).

Tais costumes também possuem características advindas da cultura bantu, que serviu de língua base para diversas outras provenientes do centro sul do território africano. É perceptível que a dispora africana contribuiu efetivamente para a construção de uma identidade cultural com características semelhantes que

consequentemente afetaram as narrativas afro-brasileiras. Bâ (2010, p. 208) discorre que “[...] uma das peculiaridades da memória africana é reconstituir o acontecimento ou a narrativa registrada em sua totalidade, tal como um filme que se desenrola do princípio ao fim, e fazê-lo no presente”. O bantu, não é apenas uma forma de comunicação, também suporta em suas raízes ensinamentos da filosofia africana. Cunha Junior traz em seu artigo acerca das sociedades baseadas no bantu, que:

As filosofias africanas. O conhecimento da realidade e a imaginação reflexiva sobre as compreensões das consequências das relações instituídas entre os seres da natureza, animados e inanimados (nas sociedades africanas tudo tem vida), constitui parte das filosofias africanas vindas das sociedades ligadas as questões da ancestralidade, da identidade territorial, da transmissão dos conhecimentos pelas palavras falado pelos seres humanos e pelos tambores. Formas de filosofar coletivas de conhecimento geral, produzindo valores éticos que regulam as vidas cotidianas das sociedades africanas, ditas tradicionais (tradição no sentido da repetição no tempo com modificações e inovações, mas sempre referidas a uma história do passado e transmita por um ritual social normativo). (CUNHA JUNIOR, 2010, p. 81-82).

A memória é extremamente importante para a cultura e a preservação dos laços familiares, atuantes em prol de um coletivo, desconstruindo o processo individualista pregado e propagado nos últimos séculos pelo modelo eurocêntrico e pelo capitalismo. Tal perspectiva pode promover inicialmente estranhamento quando observadas a partir do ponto de vista europeu/capitalista, já que mesmo herdando traços africanos, a nação brasileira se estabelece diante da implantação da cultura europeia.

Maréia tem aptidão pela música que foi determinada desde antes do seu nascimento, são heranças de seus antepassados. Reconhece-se, segundo Amadou Hampaté Bâ, que “O que a África tradicional mais preza é a herança ancestral. O apego religioso ao patrimônio transmitido exprime-se em frases como: ‘Aprendi com meu Mestre’, ‘Aprendi com meu pai’, ‘Foi o que suguei no seio de minha mãe’.” (BÂ, 2010, p. 174).

O dom pertencente à Maréia necessita de acolhimento e aceitação, mesmo compreendendo a sua predisposição para tal ainda é preciso que ela reconheça, aceite e pratique. Bâ (2010, p. 176) acrescenta que “[...] existem ‘Conhecedores’ que

continuam a transmitir a herança sagrada àqueles que aceitam aprender e ouvir e que se mostram dignos de receber os ensinamentos por sua paciência e discrição, regras básicas exigidas pelos deuses.”

Maréia desfrutou da oportunidade de estudar e se graduar em música, formando-se na pós-graduação e por conseguinte abrindo uma escola de música a qual utilizava para transferir seus dons musicais para outras pessoas. Desde criança Maréia utilizava de meios para absorver a música que eram característicos das suas raízes ancestrais.

Acostumara-se na infância, a aguçar o ouvido para escutar o som das coisas; não percebia nada, questionou se elas musicavam mesmo; a velha senhorita dizia ser necessário ter confiança em si mesma, para dialogar sem timidez, só aí elas sonorizariam. (ALVES, 2019, p. 27).

A descendência da personagem faz com que ela dispunha dos mesmos dons dos seus antepassados. Durante a escolha do seu projeto de pesquisa, buscou as obras do padre e maestro José Maurício Nunes Garcia, figura apresentada à personagem na sua infância nas narrativas de sua avó. Na pesquisa:

Constavam da produção artística, do padre musicista, mais de duzentas e quarenta composições catalogadas em diversos gêneros: modinhas, músicas sacras, peças orquestrais e dramáticas. Fascinou-a o riquíssimo legado, a vida do instrumentista; no entanto, lamentava-se sobre os detalhes relevantes que desapareceram, por força do esquecimento coletivo. Sentia-se tomando posse de sua herança, o que a estimulava romper as barreiras impostas, obstinava-a, ainda mais, a alcançar os seus intentos. (ALVES, 2019, 29-30).

A valorização da cultura ancestral se mostra presente no trecho. Mesmo com a destruição e do pouco material encontrado acerca das produções musicais do padre, ela se sentiu incumbida para reavivar o legado de Maurício para que o seu próprio se fizesse presente. Os processos envolvidos a tal decisão acabaram por provocar estranhamento quando observados exteriormente.

A personagem, diferentemente do que foi imposto socialmente durante os séculos, ocupa um local de status social. Mesmo fazendo parte de uma família negra, ela usufruiu de oportunidades ímpares para ocupar o local em que está. Porém, apesar de todo seu esforço e apoio familiar, ainda vive cercada de discursos as quais

ainda revelam o racismo oculto na sociedade. Observa-se a:

[...] necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência... (GONZALES, 1984, p. 225).

Maréia acaba por conhecer esse racismo dentro da própria academia quando a narrativa foi “Alguém, como ela, se meter com música erudita. Como pode? E, ainda por cima, abrir uma escola? É metida mesmo! Isso não vai dar certo.” (ALVES, 2019, p. 30). Tais alocações são envoltas de discussões proferidas socialmente os quais não possuem, quando racionalizados, motivos os quais devem ser disseminados. Encontra-se aqui novamente a forte influência dos estereótipos. A suposta não existência do racismo no Brasil acaba por perpetuar a elocução de narrativas preconceituosas com naturalidade.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criança, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. (GONZALES, 1984, p. 225 - 226).

A estatização das instituições de ensino superior propõe que, mesmo sendo a maior parte da população brasileira, homens e mulheres negros não são frequentadores das academias. A população brasileira possui, de acordo com dados do IBGE (JORNAL DA USP, 2020), cerca de 54% da população formada por negros em 2017, sendo que este número tem a potencialidade de ter aumentado durante os últimos 4 anos.

Indubitavelmente a narrativa destacada apresenta fortes traços do racismo estrutural brasileiro. Segundo Almeida “O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.” (ALMEIDA,

2020, p. 32). A música erudita, por exemplo, é considerada de status, logo a fala destacada anteriormente aponta para a não viabilidade da personagem de fazer parte dos apreciadores de tal estilo musical.

De forma a concretizar a incoerência da fala, ainda se aponta a possível falência de sua escola apenas baseada em fatores superficiais como sua raça e gênero, desconsiderando todos os outros aspectos que a fazem ser um indivíduo de destaque na sociedade o qual lutou e estudou tanto quanto ou até mais do que os outros estudantes da unidade. Contudo, ela encontra em sua casa apoio para a sua produção musical, dando assim continuidade ao seu legado. Assim, para demonstrar a sua imposição diante tais narrativas a personagem:

Não esmoreceu, frente ao espanto causado no corpo docente, na graduação da Faculdade de Música; ao escolher flauta e violoncelo, os olhares dos professores diziam mais que as palavras, ao tentarem convencê-la a optar por algo mais apropriado a pessoas como ela. (ALVES, 2019, p. 29).

A articulação existente durante a sua jornada como estudante de graduação não é apenas um processo presente em narrativas ficcionais. A deslegitimação das capacidades de mulheres negras foram e ainda são sugeridas dentro dos mais diversos ambientes sociais. Tal processo excludente é posto por Almeida quando discorre que:

O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas dos Estados Unidos, o apartheid sul-africano e, para autoras como Michelle Alexander²⁴ e Angela Davis,²⁵ o atual sistema carcerário estadunidense. (ALMEIDA, 2020, p. 34).

A segregação ocorre não somente quando falamos de regimes explícitos, como o dos Estados Unidos e África do Sul. Sistemas sociais e políticos atuam veladamente para com a segregação social utilizando de afirmações estereotipadas e enraizadas. A partir do momento que se pressupõe que uma estudante mulher e negra não pode tocar um instrumento como flauta e violoncelo, está ocorrendo um processo de segregação, onde somente determinadas pessoas podem ter a

capacidade de se interessar ou ser capacitado para tal tarefa. A organização social propõe que a cultura afrodescendente não esteja presente na cultura brasileira. Sob essa perspectiva Lélia Gonzalez (1984, p. 226) observa que “[...] se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem.”.

A matriarca da família Santos, Maria Dorotéia Nunes Santos, representa, mais do que nunca, a serenidade e o ambiente aconchegante da família. Ao evidenciar as mulheres da família Santos, é possível perceber a manifestação de laços indiscutivelmente acolhedores quando dissertado que possuíam:

[...] laços de afetividades duradouras. Eram três mulheres, fortes, frágeis, determinadas, acumulavam sabedorias nas vivências cotidianas. Apoiavam-se, tocavam a vida como um barco, revezavam no comando do leme, acertavam o rumo, juntas evitavam a deriva, seguiam navegando sob a liderança de Dorotéia." (ALVES, 2019, p. 72).

A figura feminina tem grande destaque em toda a narrativa, o que caminha na contramão de todos os estereótipos pregados historicamente. As mulheres, dentro da sociedade africana, eram destacadas como detentoras do conhecimento e provedoras da vida, possuindo papel de fundamental importância dentro da comunidade. No seguinte trecho "As sábias mulheres, égides do conhecimento, detentoras de saberes específicos, agradeciam ao Universo e à Terra e atinavam, de antemão, em quais úteros estavam sendo gestados meninas ou meninos." (ALVES, 2019, p. 100), percebe-se o destaque quase majestoso da mulher dentro da sociedade. Segundo Leite, as:

[...] sociedades de organização matrilinear, figura que aqui serve de exemplo, o parentesco formula-se pelos laços uterinos de sangue, razão pela qual a mulher é a única fonte de legitimação das descendências. Estas constituem, assim, o núcleo fundamental que define a família, sendo que em suas bases encontram-se as ancestrais-mulheres que lhes deram origem. é devido a essa configuração do parentesco que os direitos e deveres são institucionalmente transmitidos de mãe a filha, de irmã a irmã, de tia a sobrinha e, quanto aos homens, de irmão a irmão, e de tio a sobrinho. (LEITE, 1996, p. 111).

O sentimento de acolhimento e pertencimento proporcionado dentro da casa

da família Santos é perceptível. Mesmo com a ausência dos homens da família, via-se que a vida seguia ao comando de Dorotéia. Perdeu o marido Marcílio e seu genro Dorival para o mar, e mesmo assim continuou persistente e com fé nas suas raízes e perpassando seus conhecimentos para o berço de sua família. Mesmo “Sob o prisma de sua formulação sangüínea, a família extensa de organização matrilinear transcende, portanto, o espaço físico, abrangendo todos os indivíduos ligados pelo parentesco uterino a ancestrais mulheres comuns.” (LEITE, 1996, p. 111).

A própria forma de lidar com a morte é díspar do mundo ocidental. Visto que mesmo com a morte física é possível sobreviver de forma espiritual considerando a sua descendência. Enquanto em um é tratada comumente como o resultado do fim de um ciclo, na cultura africana é apenas o início da eternidade e da continuidade familiar.

[...] o princípio vital de imortalidade é encaminhado ao mundo privativo dos ancestrais, no qual passa a manifestar-se, em outras condições existenciais e desde que não venha a fazer parte de um novo membro da comunidade. Esses fatores explicam a notável importância conferida às cerimônias funerárias que, se em parte podem ser consideradas como ritos de passagem, de outro se constituem em ritos de permanência, pois delas nascem os ancestrais. (LEITE, 1996, p. 110).

A imortalidade da mente é tão viva que, notavelmente mostrado na narrativa, quando a personagem Maréia herda a sabedoria inerente de seus antepassados para lidar com os instrumentos musicais. Destaca-se tal afirmação quando no trecho:

O desejo de aperfeiçoamento a levou a cursar pós-graduação em História da Música Brasileira; depois de muito argumentar, conseguiu aprovação do projeto de pesquisa, sobre a obra do maestro da corte de Dom João VI, no Brasil, Padre José Mauricio Nunes Garcia, personagem relatado nas histórias de dona Déia, como descendente dos gêmeos Takatifu e Atsu, portanto, seu parente remoto que, assim como ela, possuía a capacidade de reproduzir os sons das coisas. (ALVES, 2019, p. 29).

Apesar da situação que comumente seria classificada como grave, a família Santos permanecia conforme os valores os quais sempre priorizaram. A relação de Déia e de seu marido é destacada durante a narrativa de Maréia quando dizia que durante uma de suas estadias em casa:

Os avós recolhiam-se ao quarto principal da casa, preenchiam meses de ausência, tocavam-se com mãos sôfregas, os corpos coladinhos aqueciam-se, espantavam a friagem da cama de casal, ocupada, quase sempre, só pelas lembranças de Dorotéia, que havia muito se acostumara a dividir seu homem com o mar. “Tem jeito, não. Ele tem dois amores, eu e a rainha do mar, que o rouba sempre. Ainda bem que ela deixa o mais gostoso pra mim, que sou de carne osso e algumas curvas. (ALVES, 2019, p. 48-49).

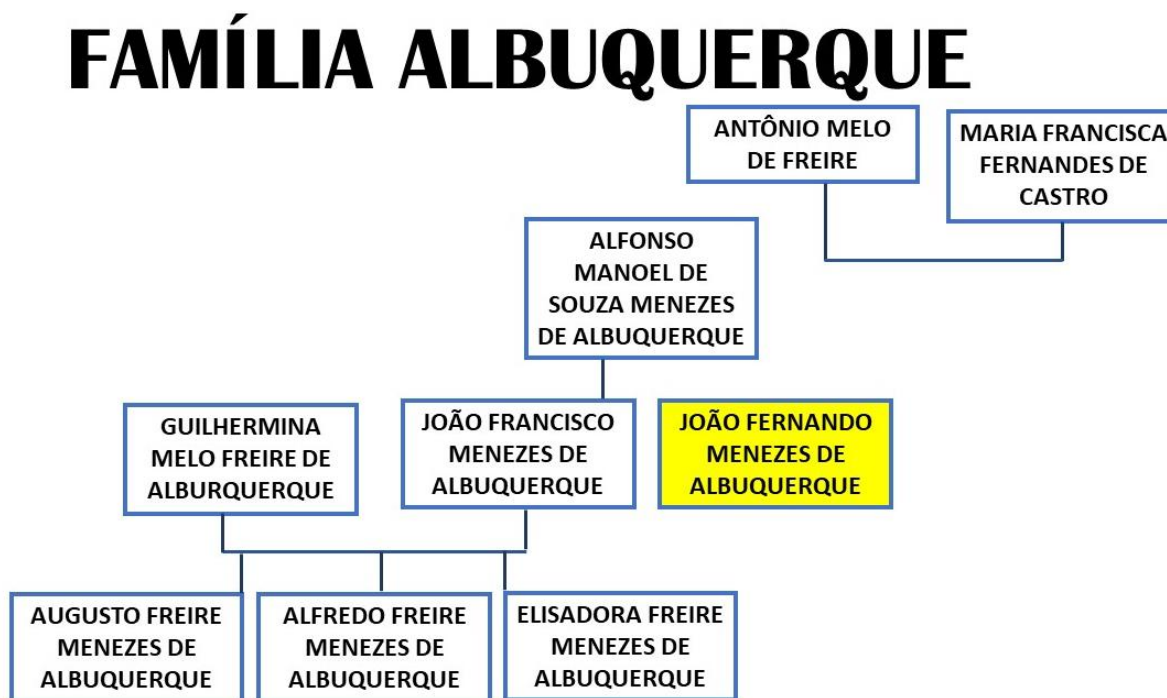
As narrativas de Dorotéia demonstram traços fortemente ancestrais, onde em suas lembranças e em suas viagens, compreende que os espíritos dos seus antepassados ainda estão próximos para transferir seus conhecimentos. Déia estava tendo “sonhos” onde a mesma se via rodeada por objetos os quais pareciam pertencer de outra vida. Tais sonhos aparecem como uma forma de comunicação com os seus ancestrais. Dorotéia sempre tinha o mesmo sonho e ao final ela "Compreendeu a importância daquele local especial, que se destinava aos ritos de recepção das crianças ao nascerem, celebrando-as como esperança da continuidade." (ALVES, 2019, p. 100).

4.2.2 Família Menezes de Albuquerque

Quem é das águas, delas, não se perde.

Miriam Alves

Figura 7 - Árvore da família Menezes de Albuquerque.



Fonte: Figura da autora.

No início do capítulo 1, intitulado “herdeiro”, passa-se a descrever Alfredo Freire Menezes de Albuquerque, filho do meio e único herdeiro do patrimônio dos Menezes de Albuquerque. O presente capítulo é marcado pela descrição de mortes misteriosas, loucura, doenças, violência contra escravizados dentre outros.

A mãe do herdeiro, Guilhermina Melo Freire de Albuquerque é introduzida na narrativa. Casada com João Francisco Menezes de Albuquerque¹², filho de Alfonso Manoel de Souza Menezes de Albuquerque, deu à luz a três filhos: Augusto Freire Menezes de Albuquerque, Alfredo Freire Menezes de Albuquerque e Elisadora Freire

¹² O personagem também é referido como “João Fernando Menezes de Albuquerque”. O nome aparece em destaque na árvore genealógica e a sua variação provavelmente pode ser um erro presente no texto.

Menezes de Albuquerque.

A personagem é descrita como “Mulher adulta, transformou-se em esposa dócil, mãe cuidadosa, zelosa, primorosa, senhora do lar.” (ALVES, 2019, p. 16). Cresceu em um internato.

No internato, exercitou-se na arte de ordenar e ser servida. Em seus domínios, comandava as empregadas; nunca se preocupou em saber o nome de quem lhe prestava serviços, chamava-as de “martinhas”, garantindo a distância necessária entre a distinção, ela, e os anônimos, os outros. Força do hábito adquirido na escola das religiosas; lá, as meninas sem recursos econômicos eram internas serviçais, auxiliavam na cozinha, faziam faxina, lavavam e passavam as roupas de cama e mesa, em troca de algumas horas de ensinamento gratuito. (ALVES, 2019, p. 16-17).

A personagem é a personificação das características esperadas para o comportamento social da mulher. Guilhermina pertencia a uma geração “[...] de mulheres socializadas para "sofrer" a relação sexual, destinada a procriação, não para dela desfrutar, não para dela extrair prazer, independentemente de ela resultar numa gravidez.” (SAFFIOTI, 2015, p. 24). Guilhermina serviu, basicamente, de instrumento para dar continuidade ao legado da família Albuquerque. Ela foi:

[...] criada para cuidar do marido e dos filhos. Era o modelo de esposa e mulher que deveria zelar pela educação dos filhos e suprir as necessidades do marido. As privilegiadas, como Guilhermina, instruídas para serem as comandantes, senhoras do lar, cumprindo a obrigatoriedade da elegância sorridente, disponibilizando-se para proporcionar felicidade ao marido, alegria aos filhos, esvaziavam-se de seus anseios pessoais. (ALVES, 2019, p. 84).

Sua vida foi dedicada a proporcionar uma qualidade de vida para seu marido e filhos, onde ela depositava todo o seu tempo.

Seu marido morreu em circunstâncias incomuns. Seus filhos se tornaram a única esperança de dar continuidade ao legado da família. Posteriormente seu filho Augusto também morreu de forma anormal, o que acabou por somar aos eventos impactantes em sua trajetória de vida de Guilhermina.

Após a perda do filho e do neto, Alfonso se preocupava em deixar um herdeiro à altura do que ele desejava. O patriarca da família era:

Mais temido que respeitado, obcecado em deixar um herdeiro à altura de seu legado patrimonial, principalmente depois do falecimento do filho João

Francisco e do neto Augusto; primogênito, o herdeiro natural, não poupava esforço e dinheiro para perpetuar as conquistas, que tanto o enchiam de prazer e orgulho. (ALVES, 2019, p. 39).

A cobrança de educar um indivíduo capaz de dar continuidade ao legado da família era o propósito de vida de Alfonso. Contudo o patriarca começou a culpabilizar os acontecimentos adversos a Guilhermina, com ações e falas que instituíram gradativamente a sua percepção da situação.

Guilhermina voltou sua atenção à educação de sua filha caçula, já que seu filho do meio, Alfredo, passou a ser tutelado pelo avô que o estava educando para se tornar herdeiro desde a morte do seu irmão. Os cuidados excessivos dela com a filha não foram questionados pela família, já que seu sogro afirmou que ele deveria afastá-la do filho Alfredo, pois “Menina é diferente, pode ficar de paparicos. É mais sensível, chora fácil. Só precisa ser dona de casa, saber comandar um lar, nada mais. Se você não conseguir educá-la nesses moldes, vou providenciar um colégio.” (ALVES, 2019, p. 41).

A ideologia patriarcal e os papéis de gênero se aplicam no momento em que na narrativa aborda questões como a permissividade de se “paparicar” a menina e da não necessidade de se dar atenção especial ao menino, pois o mesmo estava sendo criado para ser um “homem forte”. Esse tipo de narrativa é comumente propagada considerando as “[...] fantasias da cultura de massa, que tentam criar a mulher perfeita.” (WOLF, 2020, p. 93). As meninas são criadas para serem seres imaculados, ela “[...] aprende que a mulher mais linda do mundo foi criada pelo homem, e que a audácia intelectual dela trouxe aos homens a primeira doença e a morte.” (WOLF, 2020, p. 95).

Enquanto isso, a responsabilidade descomunal colocada sob os ombros de Alfredo a acabou por desenvolver comorbidades nele. Desde muito jovem desenvolveu sudorese excessiva:

Suor teimoso em fino filete, como um pequeno rio, brotava a região da nuca, escorria lento no meio das costas, desaguando entre as nádegas, irradiando para o corpo umidade fria, que denunciava silenciosamente suas inquietações mais recônditas. Acostumara-se a não evidenciar emoções; o único indício de seu estado emocional corporificava-se naquela transpiração inconveniente. (ALVES, 2019, p. 14).

Observa-se que “As mulheres não passam de beldades na cultura masculina para que essa cultura possa continuar sendo masculina.” (WOLF, 2020, p. 93). Paralelamente os meninos são criados para serem os provedores do lar e não podem demonstrar fraquezas. Marcas fortes do patriarcado são perceptíveis na família Menezes de Albuquerque, expressa não somente em atitudes, mas também em falas dos personagens com o Alfonso quando ele disserta que “Apesar da modernidade dos tempos, de que não gosto, ainda existem uns bons, no velho estilo, mesmo que seja em outro país. Agora, os meninos não podem ser molengas, têm outra disciplina. Você não vai estragar meus netos, com mimos.” (ALVES, 2019, p. 41).

Alfonso continua atribuindo os infortúnios da família a sua nora. Já Guilhermina preocupava-se sumariamente com a predestinação da filha, que estava sendo criada para seguir os passos da mãe - casar, ter filhos e cuidar dos herdeiros da família. Guilhermina “Apegou-se a filha como tábua de salvação, fazia-lhe as vontades, agradava a ela, realizava os seus mínimos desejos, principalmente na ausência do avô e do pai.” (ALVES, 2019, p. 41).

Guilhermina vivia numa atmosfera de luto constante. Há também a descrição da perda de sanidade mental da personagem, que acaba por ser trancada por seu sogro em um local separado da casa principal e afastada de seu filho (o herdeiro). Alfredo sofria “[...] aos doze anos, depois da morte do pai, abateu-se em solidão, agravada com o confinamento da mãe, na redoma da loucura, construída para isolá-la do convívio dele e dos demais. (ALVES, 2019, p. 42).

As adversidades continuam quando Guilhermina também perde a filha precocemente. Após o ocorrido ela passou a questionar seu papel como mãe “[...] não soube ser mãe.” (ALVES, 2019, p. 16). A frase é repetida diversas vezes pela genitora ao decorrer da narrativa aleatoriamente, dando mais vazão à afirmação do sogro sobre a sua sanidade mental. No primeiro momento destaca-se o fracasso abraçado por Guilhermina e a admissão de que se ela não sabe ser mãe nada mais lhe bastava, pois havia falhado com o seu principal objetivo de vida.

Depois da morte da filha, aos cinco anos, Guilhermina sentia-se negligente nas obrigações para as quais fora educada a vida toda.

“Não soube ser mãe” – frase que repetia várias vezes ao dia, batendo a mão direita no lado esquerdo do peito, primeiro levemente, depois mais forte. “Não soube ser mãe, fui criada para isso. Não soube ser mãe” – culpava-se. Punia-se e logo caía em choro convulso incontrolável. (ALVES, 2019, p. 16).

Ela salienta no trecho a seguir que “Não soube ser mãe, fui criada para isso.” (ALVES, 2019, p. 16), dando ênfase na sua suposta falha como mãe, já que durante toda sua vida foi treinada para esse momento. Dando ênfase em seu sentimento de dor pela perda da criança, ela fala repetitivamente o nome da filha falecida, Elisadora (chamada carinhosamente de Dorinha por Guilhermina).

Após os acontecimentos anteriores, Guilhermina começa a ser tratada efetivamente como louca. Essa “loucura” era tratada de forma negligente pelo sogro pois justamente quando precisava de mais apoio, “A nora Guilhermina, acometida por desvarios emocionais, era tratada como um estorvo.” (ALVES, 2019, p. 39). A violência é cometida para com Guilhermina quando é percebido que “Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.” (SAFFIOTI, 2015, p. 18). Com fins de resguardo da imagem da família diante da sociedade:

O sogro construiu, no quintal da mansão, acomodações para isolá-la, mantê-la afastada do neto, para que seus delírios não influenciassem a natureza vulnerável do menino. Ela delirava, mantida no seu mundinho de lamentações, “Dorinha, Dorinha... Cadê você? Eu não fui mãe... Não fui.” Chorava, esmurrava a cabeça, medicada com calmantes, por profissionais de saúde que a atendiam, diuturnamente; silenciava abraçada a uma boneca de pano, vestida de babado rosa, loira, cabelos compridos, olhos azuis. Dom Alfonso a culpava por não ser boa parideira, não aumentou a prole e ainda por cima deu à luz um fracote, de cuja capacidade ele desconfiava, para comandar e herdar o império financeiro, mas o transformaria em homem, custasse o que custasse. (ALVES, 2019, p. 38-39).

Fatores envoltos a possível maldição que estava sob a casa dos Menezes de Albuquerque foram espalhados. Diante do boato da família ter tomado para si um amuleto pertencente aos escravizados e por isso estavam sob uma maldição. Alfonso dizia que ““Não acredito em pragas, são invencionices. Coisas são coisas.”” (ALVES, 2019, p. 42).

A denominada “colonização” do Brasil promoveu o processo de silenciamento

e acabou por deixar de fora de seus registros oficiais a cultura dos povos escravizados, indígenas e/ou africanos, sendo substituídas e/ou apagadas. A sociedade eurocêntrica propõe uma ideologia divergente. Os indivíduos são postos como indivíduos onde cada pessoa foca em si e no seu próprio crescimento pessoal. Tal perspectiva leva-o a considerar inferior ou selvagem todo o tipo de comunidade que exibem tradições díspares.

A inferiorização da cultura afrodescendente está presente em diversas falas de Alfonso. Pode-se destacar uma delas - falando sobre a apropriação de um objeto sagrado africano que estava supostamente dando azar a família - onde ele diz que “[...] isto só comprova o misticismo atrasado de um povo inculto que merecia ser subjogado, nada mais.” (ALVES, 2019, p. 44). Cabe aqui alocações acerca do trecho com a colonialidade do ser e do saber. Catherine Walsh (2012, p. 68, tradução nossa¹³), sob a perspectiva de Quijano, disserta acerca das duas formas de colonialidade. A colonialidade do ser “[...] é exercida por meio da inferiorização, subalternização e desumanização[...]”, que fica explícita nas falas do personagem demonstrando o seu posicionamento em relação à cultura do outro.

Contrapondo a narrativa de Alfonso, observa-se que:

[...] os saberes ancestrais tem o status de “conhecimento”. Sua relevância e importância é tanto para os povos indígenas quanto para os afrodescendentes como para outros fatores sociais, parte de uma nova constituição articulada e intercultural de conhecimentos plurais [...]. (WALSH, 2012, p. 70, tradução nossa¹⁴).

Alfonso se refere ao objeto de forma inútil, desconsiderando o valor cultural do objeto para os seus ancestrais e descendentes. Diante de tal evento, o aspecto que não é considerado pelo personagem é que:

[...] o ser humano é composto do seu corpo físico e da sua inteligência viva. Esta inteligência viva não vista como separada do corpo físico. Em certas situações, como na morte, o corpo físico pode se separar da inteligência viva. Trata-se de uma inteligência existente sem a vida corporal. A inteligência uma força espiritual viva, que do ponto de vista filosófico é

¹³ [...] es la que se ejerce por medio de la inferiorización, subalternización y deshumanización[...]

¹⁴ [...] los saberes ancestrales tienen el estatus de “conocimiento”. Su relevancia e importancia es tanto para los pueblos indígenas y afroecuatorianos como para los otros sectores sociales, parte de una nueva construcción articulador e interculturalizador de conocimientos en plural[...].

metafísica, existe na forma eterna, embora sempre de forma dinâmica sofre modificações da sua força existencial. Esta inteligência viva renasce e prolonga sua vida nos descendentes. (CUNHA JUNIOR, 2010, p. 85).

Um dos aspectos observados é que mesmo durante um momento que deveria ser tomado basicamente como de luto, as aparências acabaram por sobressair a vivência da família. A situação que deveria ser constituída em um momento de aproximação familiar acaba por afastar cada vez mais os membros da família.

Outra personagem de destaque é Branca, ela vivia como criada da família Albuquerque. Branca era uma mulher de poucos bens que trabalhou durante muito tempo na casa dos Menezes de Albuquerque. Desde o princípio da narrativa destaca-se a desconfiguração da identidade da personagem, já que Guilhermina a chamava de “martinha”. A patroa da família generaliza os seus empregados com essa nomenclatura, retirando as particularidades de cada um:

Tratadas com menosprezo pelas diferenciadas sociais, moças brancas como ela, que, para marcar a hierarquia de mando, destituíam-nas do nome de batismo, através da alcunha genérica de “martinhas”, numa alusão ao lugar desprivilegiado daquelas fadadas a acatar caladas as ordens, transformando-se em espectadoras mudas de vidas que não lhes pertenciam. (ALVES, 2019, p. 83).

Durante sua infância Branca viveu diversos infortúnios. Primeiramente não era uma garota de origem rica. Ela também não se encaixava nas regras que eram impostas para que as mulheres fossem o mínimo femininas, "Branca viveu a juventude no internato; sem aptidão para o manuseio da agulha e da linha, restou-lhe a execução das tarefas estafantes, aprendera a lição de inexistir." (ALVES, 2019, p. 83). Ao se ver fora dos padrões estabelecidos socialmente percebeu que a única forma de se encaixar minimamente era produzindo o suficiente para não ser descartada:

Branca se acostumara a ser invisível, esgueirando-se por entre corredores, quarto, mobília, limpando e servindo. Quando jovem, sonhou estudar no conceituado colégio Santa Marta, porém, sua condição não permitiu o acesso à formação destinada a moças de fino trato, pertencentes a famílias abastadas que desembolsavam considerável quantia mensal, custeando o ensino em regime de internato. Por não fazer parte desse grupo social seletivo, restou-lhe a alternativa de inclusão no benevolente projeto mantido pela instituição para proporcionar instrução a moças menos favorecidas. Às infelizes, em troca da gratuidade, caberia servir, realizando as tarefas

de limpar, cozinhar, lavar, passar, engomar as roupas em geral, as íntimas e pessoais, das freiras e das alunas afortunadas. Cansadas do trabalho estafante, ao final do dia, reunidas numa sala, recebiam poucos conhecimentos de gramática e matemática. No entanto, dava-se ênfase especial às aulas de bordado, as que sobressaíam comporiam o grupo das bordadeiras de enxovais, executando anagramas, com iniciais dos nomes dos nubentes, em peças de cambráia e seda. O Santa Marta afamava-se pela delicadeza e pelo capricho, recebendo constantes encomendas. (ALVES, 2019, p. 83).

Em certo momento a própria personagem precisou repetir seu nome para lembrar a si mesma quem era e o porquê de estar ali. Repetia “Branca, eu sou Branca.” Continuou repetindo: “Branca, Branca, Branca. Eu sou Branca!” (ALVES, 2019, p. 82).

No momento final de sua vida a patroa, confundida, começou a atacá-la pelos cabelos: "Obcecada, os arrancava aos tufos, transformando o prazer da única vaidade da velha mulher em dor." (ALVES, 2019, p. 84). Apesar da morte trágica, Branca foi enterrada da forma mais simples e oculta possível. Apesar do leitor poder a princípio considerar que a morte de Branca foi o resultado da fúria inevitável de Guilhermina, pode se perceber que ambas se apresentavam:

Com papéis controversos, porém, ambas as mulheres se comportavam como autômatas, destituídas de vontade própria, enfraquecidas na consciência de si, perdiam a espontaneidade, o viço, a serviço dos sonhos alheios. A ensandecida patroa não largava os cabelos longos, loiros, da empregada, que, vaidosa, sempre se orgulhava deles em segredo, escovando-os com capricho, como resquícios de amor-próprio, antes de se entregar às lidas diárias, obrigada a mantê-los sob as toucas que os uniformes domésticos exigiam. Obcecada, os arrancava aos tufos, transformando o prazer da única vaidade da velha mulher em dor. (ALVES, 2019, p. 84).

O final trágico de Guilhermina se deu de forma inesperada. Depois da agressão a sua criada, ela "Tentou escapar, espremeu-se por entre os vãos do portão de ferro, se entalou, feriu-se com um corte fatal na altura da jugular, o sangue jorrou, ela se esvaía." (ALVES, 2019, p. 89). Em seu funeral não foi revelado o momento antecedente, a agressão e morte de Branca. Ambas foram veladas em horários diferentes e, claro que, para manter a boa aparência da família, o enterro:

[...] de Guilhermina, seguido por uma comitiva pomposa, de pessoas prestigiosas da sociedade, ele à frente, com expressão facial indefectível,

resguardava-se do turbilhão que lhe corroía; nas mãos um buquê de rosas brancas, com uma faixa: “saudosa, carinhosa e amada mãe. (ALVES, 2019, p. 90).

Diante do momento em que a personagem estaria fechando o ciclo da vida, foi submetida a mais um ato de supressão social. Como sua suposta loucura não era aceita socialmente e foi camuflada por sua família, durante o velório ocorreu o processo de subtração de tais acontecimentos para evitar uma má interpretação da população. Ora, observa-se que não existiu um cuidado com a pessoa em si, Guilhermina, mas o principal objetivo da ação era conservar o nome da família Menezes de Albuquerque, onde se importavam basicamente como que o nome da família ficaria marcado do que com a saúde de Guilhermina. Todo o ambiente preparado para o velório e sepultamento, tempo que foi pensado para transmitir uma imagem de serenidade, desconsiderando totalmente a morte de Branca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caça às bruxas nunca terminou, mas as mulheres também nunca deixaram de resistir.

Silvia Federici

Contudo observa-se que a trajetória das lutas travadas pelas mulheres está longe de acabar. As manifestações e provocações feministas justificam-se através do combate contra a implantação do patriarcado buscando essencialmente a igualdade entre os gêneros. O importante é destacar que a luta feminista em prol do posicionamento e construção identitária da mulher na sociedade atual está vivo e operante. Observa-se que mesmo “[...] o movimento feminista não criou uma revolução feminista constante. Não acabou com o patriarcado nem erradicou o sexismo, nem a exploração nem a opressão sexista. E, como consequência, as conquistas feministas estão sempre em risco.” (hooks, 2019, p. X).

As mulheres nunca deixaram de resistir e conquistar o seu espaço social de direito. Atualmente o movimento feminista aborda a multiplicidade de perfis de mulheres, assim dando espaço ao denominado feminismo negro.

Estratégias foram articuladas e por conta delas foi possível a produção de literatura feminina. Consequentemente, os questionamentos levantados acerca do espaço ocupado por obras literárias produzidas por mulheres negras na Indústria cultural se fizeram pertinentes.

A Indústria Cultural acaba por tomar um local importantíssimo no auxílio da construção da identidade dos seus consumidores. Considerando tal fato, observa-se a impedimento do processo de massificação de produções afro-brasileiras, devido à constituição do racismo estrutural. Mesmo com a existência de políticas públicas as quais visam o fim do racismo, ele acontece de forma velada.

O diálogo acerca das produções literárias através dos anos e o *modus operandi* da Indústria Cultural são fatores os quais analisados conjuntamente tendem a explicar por via de regra quais os parâmetros esperados para a produção de literatura no século XXI. Quando a discussão é afunilada é indiscutível a dificuldade de se publicar num país emergente como o Brasil. A viabilidade das produções é

analisada de forma a fomentar e alimentar o sistema capitalista, induzindo os consumidores a adquirir produtos massificados e análogos. Obtém-se um sistema que fornece benefícios somente para a população de classe alta que dispõe de todo amparo possível para o acesso a esses produtos.

A simplificação da representatividade da mulher na literatura proporcionou o molde estabelecido e pregado ainda hoje do modelo ideal de mulher. Quando se disserta acerca da figura da mulher negra o problema é agravado. O racismo está presente nas obras literárias e a não intervenção no sistema pode por desencadear a perpetuação da discriminação.

Quando se fala da produção de literatura negra o funil fica ainda mais apertado. É incoerente que num país onde mais da metade da população é negra um número escasso de autores e autoras negras estejam disponíveis no mercado editorial. Observa-se indícios de sequelas deixadas pela colonização do Brasil e do regime escravocrata. Posteriormente pode-se observar que o regime militar ainda contribuiu, mesmo que de forma velada, para a manutenção de tal projeto institucional de exclusão.

Contudo, percebe-se a influência positiva da narrativa da escritora afro-brasileira Miriam Aparecida Alves. A genialidade da sua escrita dialoga com diversos fatores sócio-histórico-culturais, onde pode-se destacar numerosos pontos pertinentes para discussões como as concepções de feminismo, gênero, patriarcado, racismo dentre outros. A receptividade do romance pelo mercado editorial brasileiro é um exemplo vivo de como as produções literárias de escritoras negras são excluídas somente por existir.

Miriam além de trazer uma protagonista que não segue os padrões estabelecidos socialmente, onde em sua grande maioria são representadas como mulheres periféricas analfabetas, *Maréia* como base para a reprodução e representação das raízes culturais da personagem. Apenas de viver numa época atual, a personagem apresenta valores advindos da ancestralidade. Tal narrativa enriquece a literatura brasileira e vem como uma produção singular jamais retratada que deveria ter um maior destaque, tanto nas academias quanto nas bibliotecas das

escolas do Brasil.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Abigail. **From Abigail Adams to John Adams**. The texts are reprinted from Adams Family Correspondence, volume 1 (1963), edited by J. H. Butterfield. Massachusetts Historical Society, 1963. Disponível em: <https://oa-shared.s3.amazonaws.com/static/pdf/Adams_Remember_Ladies.pdf>. Acesso em abril de 2022.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Milton José de. **Educação visual na televisão vista como educação cultural, política e estética**. Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins, Campinas, SP, v.1, nº 4, outubro. 2000. Disponível em: <<file:///C:/Users/euram/Downloads/Dialnet-AEducacaoVisualNaTelevisaoVistaComoEducacaoCultura-4856408.pdf>>. Acesso em maio de 2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. Editora Jandaíra, 2020.

ALVES, Miriam; ROWELL, Charles H. Miriam Alves: Uma entrevista. **Callaloo**. Journal Article. Vol. 18, Nº 4, Literatura Afro-Brasileira: Um Número Especial (Autumn, 1995), pp. 970-972 (3 pages). The Johns Hopkins University Press. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3298924?read-now=1&refreqid=excelsior%3A63f0553fe219d319ce871864d0829581&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em setembro de 2021.

ALVES, Miriam. **Maréia**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

ALVES, Miriam Aparecida; SIQUEIRA, Joelma Santana; SANTOS, Vivaldo Andrade. **Gláuks: Revista de Letras e Artes** – jul/dez 2020 – v. 20, nº 2 (p. 197 a 203). Disponível em: <<file:///C:/Users/M%C3%B4nica/Downloads/216-Texto%20do%20artigo-1033-1-10-20201229.pdf>>. Acesso em setembro de 2021.

ALVES, Miriam Aparecida. Miriam Aparecida Alves. **LATTES**. Disponível em:<
[ARCE, Alessandra. O MOBREAL e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: em defesa do trabalho voluntário. Cad. **Cedes**, Campinas, vol. 28, nº 76, p. 379-403, set./dez., 2008. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/PGysRZYmGhJBfC7GGKsPHjL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em junho de 2022.](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4773774D8&tokenCaptchar=03AGdBq243INs87skzQB0UvWcevu0AfOQs5txGiHUVAAb_AsRqI-l09a0bvtHQkDfn3_dOJhphAYt3HN1ueiggfQxc_m1NL1ghkUhS3WvC_gyZ08bXFWBxfVEktJAI88YOIjXwz9ojGHDNBY83PS3x2jmTa4e11QVKXxKklhY-69IDYsxdA_zGEOt3ZG58vm6FNJH3UZa6tyEpTLka9wr-LyMJlmbR05mOaa_pwWI372pVpgtuT3ZIRA8PH6bCiX3dg57T_uG0u142MItnSHWVVW7ID3dPJYW13CtK_KcLOFSviE9jf79EiE2-iX3KWZwZkp5l6CmcoD-M8TnqfHerfjoNYLLe9wr3U_eugwb4GqS0lk91xWKRqJsxkO7pvH4OxyTLW_W2GofreEQ2m-V4Pi5ru9x7qbFNF1JwhGa5YK4IKI9pUbMQRZN8LJRPPUkm_SnAyJ8SPLNB-T3OMWvgE1_5qmDvA3KOOA>. Acesso em setembro de 2021.</p>
</div>
<div data-bbox=)

BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). **História Geral da África: I – Metodologia e Pré-História da África**. 2ª edição. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-212. Disponível em:<https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amadou_hampat%C3%A9_b%C3%A2_-_a_tradi%C3%A7%C3%A3o_viva.pdf>. Acesso em fevereiro de 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. Difusão Europeia do Livro, São Paulo. 1967.

BENISE, José. **Mitos Yorubás: o outro lado do conhecimento**. Ilustrações do próprio autor. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2020.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Editora UFMG, Belo Horizonte, 1998.

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. O movimento de mulheres negras no Brasil. In: Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser. **Introdução ao pensamento feminista negro. Por um feminismo para os 99%**. Boitempo Editorial. 1ª edição. 4 março 2021.

BRASIL. Legislação Informatizada. **DECRETO Nº 31.643, DE 23 DE OUTUBRO DE 1952**. Publicação Original. Bogotá, 30 de março a 2 de maio de 1948. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-31643-23-outubro-1952-322462-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em setembro de 2022.

BRASIL. **LEI Nº 5.379, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1967**. Brasília, 15 de dezembro de 1967. 146º da Independência e 79º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5379.htm>. Acesso em junho de 2022.

BRASIL. **LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692impressao.htm>. Acesso em junho de 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília 2005. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf>. Acesso em setembro de 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº111 de 28 de setembro de 2021**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, em 28 de setembro de 2021 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc111.htm>. Acesso em setembro de 2022.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. Joseph Campbell com Bill Moyers. Org. por Betty Sue Flowers. Tradução: Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Júlia Dias. É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora. **BBC Brasil**. Rio de Janeiro, 9 março 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>>. Acesso em setembro de 2022.

CRAIG, Randal. **The narratives of Caroline Norton**. PALGRAVE MACMILLAN, 2009. the United States - a division of St. Martin's Press LLC, 175, Fifth Avenue, New York, NY 10010. 2009.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. NTU. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 108, p. 81-92. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9385>>. Acesso em setembro de 2021.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021**. Daniel Cerqueira et al., São Paulo: FBSP, 2021. IPEA. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em janeiro de 2022.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Editora Horizonte. 2012.

DELAURIER, Jane E. **The radical Frances Wright and antebellum evangelical reviewers: self-silencing in the works of Sarah Josepha Hale, Lydia Maria Child, and Eliza Cabot Follen**. M.A., New York University, 1983. B.A., University of Missouri-Kansas City, 1974. Kansas City, Missouri. 2015.

EIG, Jonathan. **The Birth of the Pill: How Four Crusaders Reinvented Sex and Launched a Revolution**. W. W. Norton & Company; Reprint edição. 2015.

ESTANTE VIRTUAL. Livros que viraram filmes. **Estante Virtual**. Disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/conteudo/livros-que-viraram-filmes>>. Acesso em junho de 2022.

EXAME. 50 Tons de Cinza arrecada mais de R\$1,5 bilhão em bilheteria: O primeiro filme da saga literária atingiu a marca de R\$ 1,5 bilhão em bilheteria global, segundo a Universal Pictures. Publicado em 06/03/2015, 16:29. Última atualização em 06/03/2015, 16:29. **Revista Exame**. Disponível em: <<https://exame.com/casual/50-tons-de-cinza-arrecada-mais-de-r-1-5-bilhao-em-bilheteria/>>. Acesso em junho de 2022.

EXAME. Os livros mais vendidos em 2018: O fenômeno de vendas "A sutil arte de ligar o foda-se" lidera a lista dos livros mais vendidos. **Revista Exame**. Da Redação. Publicado em 08/01/2019 às 09:30. Disponível em:<<https://exame.com/casual/os-livros-mais-vendidos-em-2018/>>. Acesso em setembro de 2022.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. Editora Elefante. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GONZALEZ, Lélia, *et al.* "**RACISMO Y SEXISMO EN LA CULTURA BRASILEÑA.**" *Antología Del Pensamiento Crítico Brasileño Contemporáneo*, edited by Breno Bringel and Antonio Brasil, CLACSO, 2018, pp. 565–84. Disponível em:<<https://doi.org/10.2307/j.ctvnp0k3f.28>>. Acesso em janeiro de 2022.

GORDON, Charlotte. **Romantic outlaws**: the extraordinary lives of Mary Wollstonecraft and her daughter Mary Shelley. V3.1. The United States by Random House. Penguin Random House LLC, New York. 2015.

G1. 'Extraordinário' estreia no topo da bilheteria brasileira. **G1**. 11/12/2017, 12h58. Disponível em:<<https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/extraordinario-estrela-no-topo-da-bilheteria-brasileira.ghtml>>. Acesso em junho de 2022.

G1. Total de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas cresce no Brasil, diz IBGE. **G1**. Por Jornal Nacional 22/07/2022, 20h59. Atualizado há 2 meses. Disponível em:<<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/22/total-de-pessoas-que-se-autodeclaram-pretas-e-pardas-cresce-no-brasil-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em outubro de 2022.

GAZETA DO POVO. Livros mais vendidos no Brasil em 2019. **Gazeta do Povo**, 2021. Disponível em:<<http://www.gazetadopovo.com.br/cultura/luccas-neto-fdeu-geral-quais-foram-os-livros-mais-vendidos-do-brasil-em-2019/>>. Acesso em julho de 2021.

GONZALEZ, Lélia, *et al.* **RACISMO Y SEXISMO EN LA CULTURA BRASILEÑA.** *Antología Del Pensamiento Crítico Brasileño Contemporáneo*, edited by Breno Bringel and Antonio. Brasil, CLACSO, 2018, pp. 565–84. Disponível em:<<https://doi.org/10.2307/j.ctvnp0k3f.28>>. Acesso em janeiro de 2022.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libiano. 1952. 12ª edição, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista da Margem ao Centro.** 1ª edição. Editora Perspectiva S/A, 2019.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher?** Mulheres negras e feminismo por bell hooks. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

IBGE. **Conheça o Brasil – População. Cor ou raça.** 2016. Disponível em:<<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em janeiro de 2021.

INAF. **Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional.** Alfabetismo no Brasil, 2022. Disponível em: <<https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>>. Acesso em junho de 2022.

JACOBS, Jo Ellen. **The voice of Harriet Taylor Mill.** Indiana University Press, 601 North Morton Street Bloomington, IN 2002.

LEHNEN, Leila. **Narrativas fora do lugar.** Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 45, p. 13-20, jan./jun. 2015.

LERNER, Gerda. **The Grimké sisters from South Carolina:** pioneers for women's rights and abolition. Rev. and expanded ed. p. Cm. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data. 2004.

LEWIS, Anna. Here's why JK Rowling uses her initials instead of her name And while we're at it, here's her real name. **COSMOPOLITAN**, 11 Jul, 2017. Disponível em:<

<https://www.cosmopolitan.com/uk/entertainment/a10287947/jk-rowling-initials-instead-real-name/>>. Acesso em maio de 2022.

LEITE, Fábio. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 103-118, 1995/1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/74962>>. Acesso em: 05 de fev. 2021.

LIMA, Paola. PORTELA, Raíssa. **Mulheres na política: ações buscam garantir maior participação feminina no poder**. Agência Senado. Publicado em 27/5/2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/aliados-na-luta-por-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em setembro de 2022.

LOSCHI, Marília. Taxa de homicídio de pretos ou pardos é quase três vezes maior que a de brancos. 13/11/2019. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25999-taxa-de-homicidio-de-pretos-ou-pardos-e-quase-tres-vezes-maior-que-a-de-brancos>>. Acesso em janeiro de 2022.

LOUREIRO, Robson. **Cinema e Estética: elementos para uma reeducação do olhar**. P. 134-154. jan/jun 2008 Educação.

MELO, Luísa. Os filmes que mais bombaram nos cinemas no primeiro semestre. **REVISTA EXAME**. Publicado em 12/08/2016 20:59. Última atualização em 13/09/2016, 14:10. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/os-filmes-que-mais-bombaram-nos-cinemas-no-primeiro-semester/>>. Acesso em julho de 2022.

MACIEL, Nahima. Confira os 20 livros mais vendidos no Brasil em 2020 no site da Amazon. **Correio Brasiliense**. 30/12/2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2020/12/4897700-confira-os-20-livros-mais-vendidos-no-brasil-em-2020-no-site-da-amazon.html>>. Acesso em junho de 2021.

MAZUI, Guilherme. 'No Brasil, não existe racismo', diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. **G1**. 20/11/2020, 14h17. Atualizado há um ano. Brasília. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao->

lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml> Acesso em outubro de 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Portal Galedés. 2004. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em setembro de 2022.

PETRONE, Talíria. A urgência do feminismo para os 99%. In: Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser. **Introdução ao pensamento feminista negro. Por um feminismo para os 99%**. Boitempo Editorial; 1ª edição. 4 março 2021.

PRUDENTE, Eunice. Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra. Eunice Prudente destaca que a mulher negra sofre uma tripla forma de discriminação porque é mulher, negra e pobre. **JORNAL DA USP**. 31/07/2020 - Publicado há 1 ano. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>>. Acesso em novembro de 2021.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres e educação no Brasil-colônia: histórias entrecruzadas. **Revista HISTEDBR**, v. 1, p. 1-26, 2007. Disponível em:<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/arilda_ines_miranda_ribeiro2_artigo_0.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REIMÃO, Sandra. **Livros e Televisão: correlações**. Cotia, SP. Ateliê Editorial, 2004.

ROWELL, Charles H., and Míriam Alves. "Míriam Alves: Uma Entrevista." **Callaloo**, vol. 18, no. 4, 1995, pp. 970–72. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/3298924>>. Acesso em janeiro de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHIFFLER, Michele Freire. **Literatura, Oratura e Oralidade na Performance do Tempo**. REVELL ISSN: 2179-4456 v.2, nº 16 - Literatura e Oralidade. 2017.

SCHIFFLER, Michele Freire. **Narrativas machadianas**: transcendência e historicidade no processo formativo. São Carlos: UFSCar, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Best-Seller: a literatura de mercado**. 2ª edição. Editora Ática. 1 de janeiro de 1988.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. UBU. 22 de março de 2020.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y (de)colonialidad**: Perspectivas críticas y políticas. Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 61-74. 2012.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOLF, Naomi. **O mito da Beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução Waldéa Barcellos. 15ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução Adriana Buzzetti. 1. Ed. São Paulo, Brasil. Lafonte, 2020.

YOUSAFZAI, Malala. **Eu sou Malala**. A história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã. Malala Yousafzai e Patrícia McCormick. Companhia das Letras, 1ª edição. São Paulo, 2013.

REFERÊNCIAS FOTOGRÁFICAS

Figura 1 - IBGE. Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos. **IBGE**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>>. Acesso em junho de 2022.

Figura 2 - IBGE. Taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes no Brasil. **IBGE**. Novembro de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/images/agenciadenoticias/estatisticas_sociais/2019_11/corraca_violencia-01.png> Acesso em junho de 2022.

Figura 3 - IBGE. Níveis de escolarização. **IBGE**. Novembro de 2019. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>> Acesso em junho de 2022.

Figura 4 - Miriam Alves, foto. **Recanto do Poeta**. Disponível em: <<https://recantodopoeta.com/miriam-alves/>>. Acesso em setembro de 2021.

Figura 5 – MARÉIA. CAPA DO LIVRO. **Amazon**. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/dp/B08HGRXZTY/ref=dp-kindle-redirect?_encoding=UTF8&btkr=1&asin=B08HGRXZTY&revisionId=&format=2&depth=1>. Acesso em setembro de 2021.